



Reportagem
O fogo? “A gente nem sabe de onde vem”
Destaque, 6/7

É DE QUEM
CARREGA NA
POUPANÇA

O QUE RENDE É IR AO
CONTINENTE

CARREGUE
SALDO
NO CARTÃO
CONTINENTE

GANHE 10%
DE DESCONTO
EM CARTÃO

TODAS AS
COMPRAS
TODOS
OS DIAS

DESCONTO VÁLIDO POR 30 DIAS APÓS O CARREGAMENTO. OFERTA VÁLIDA ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2025. CADA CARREGAMENTO CORRESPONDE À COMPRA DE UM VOUCHER, CUJO VALOR SERÁ APRESENTADO EM PARALELO COM O SALDO DO CARTÃO CONTINENTE. SAIBA MAIS EM CARTAOCONTINENTE.PT

Reforma florestal derrapou e falha no cuidado dos espaços rurais

Fogos A este ritmo, Portugal não alcançará as metas definidas para 2030 • Ano de 2024 já é o quarto pior da década em área ardida • Governo decreta estado de calamidade a norte Destaque, 2 a 9 e Editorial

Comissão Europeia
Portugal fica com a pasta dos Serviços Financeiros
Destaque, 10/11



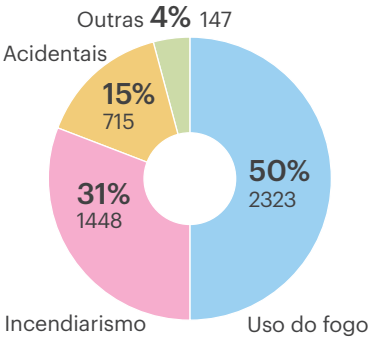
Azambuja
Aluno de 12 anos esfaqueia seis colegas no recreio da escola
Sociedade, 19

Israel acusado
Ataque a Hezbollah com explosão de *papers*
Mundo, 23

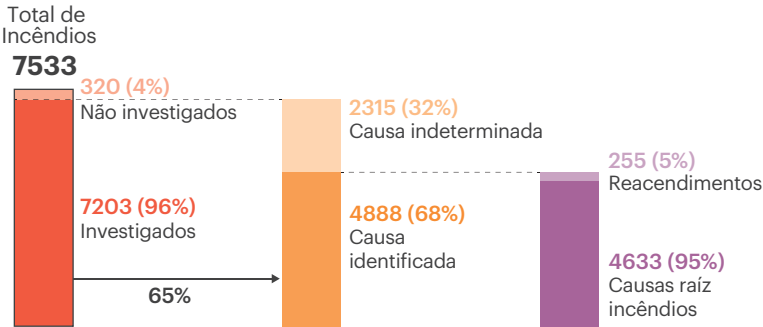
Hoje TANGUY E LAVERDURE
Esquadrilha de Cegonhas Vol. 4
Argumento: Jean-Michel Charlier
Desenhos: Albert Uderzo
Por+ 11,90€

DestaqueIncêndios florestais

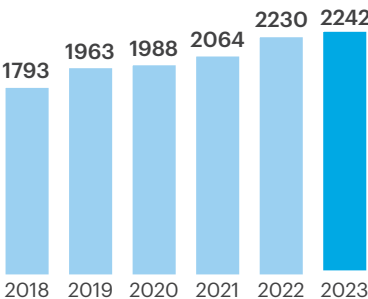
Peso relativo das causas em 2023



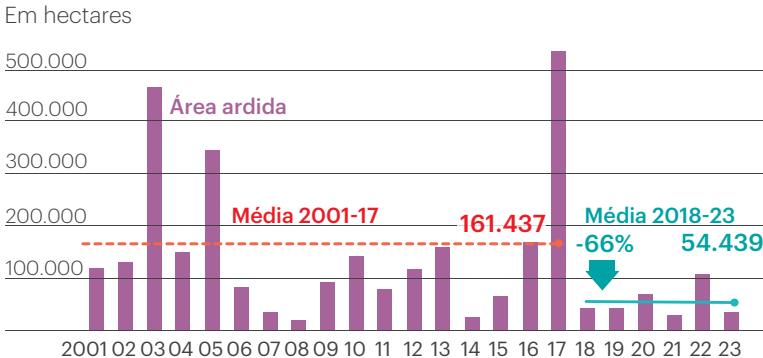
Investigação de incêndios



Evolução do n.º aglomerados "Aldeia Segura"



Evolução da área ardida no período 2001 e 2023



Evolução dos meios aéreos*

	Helicópteros Ligeiros/Médios	Helicópteros Pesados (Kamov)	Aviões Anfíbios Médios	Aviões Anfíbios Pesados	Meios Aéreos Coordenação
2017	36	3	6	2	1
2018	40	3	8	2	2
2019	41	3	10	2	3
2020	38	3	14	2	2
2021	38	3	14	2	2
2022	38	3	14	2	2
2023	43	5	18	2	2

*A estes meios aéreos acrescem os dois Helicópteros de Reconhecimento Avaliação e Coordenação (HERAC), por solicitação da ANEPC ao CCOM

Fonte: GNR; SGIFR | Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

PÚBLICO



Reforma florestal derrapou e falha no cuidado dos espaços rurais

Plano de Acção que pôs em marcha a reforma de 2017/18 mudou as prioridades e perdeu velocidade

Manuel Carvalho

Num balanço que produziu há dois anos para avaliar a evolução do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR), a agência nacional que coordena e monitoriza as suas acções de combate e de prevenção (AGIF) apresentou uma série de bons resultados que acabavam com um aviso severo: “Estamos apenas a ganhar tempo. Temos de tomar mais medidas já.” Face ao desastre dos últimos dois dias, em especial nos distritos de Aveiro e de Viseu, o aviso parece premonitório. Na altura, a AGIF reconhecia que não tinha sido “possível concretizar melhorias fundamentais” contra as ameaças dos incêndios e um ano depois, no seu relatório de 2023, essas debilidades persistiram ou acentuaram-se. Na medida destinada a “cuidar dos espaços rurais”, onde entram operações sensíveis como a limpeza das matas, a protecção das imediações dos espaços urbanos ou a interven-

ção na gestão da paisagem, a taxa de execução ficara-se pelos 53% da meta proposta.

Perante os resultados, a AGIF insistia no relatório de 2023 que “a probabilidade de incêndios” se reduziu, que se “evitou o desastre”, mas considerava que é “crítico ganhar escala de actuação mobilizando proprietários, associações de produtores, empresas e municípios para que acrescentem mais 200 mil hectares/ano de área gerida com silvicultura, pastorícia e fogo controlado”. O documento situava, porém, o cumprimento desses objectivos muito longe das metas previstas. As faixas de protecção e a aposta em floresta em “mosaico”, que todos os silvicultores consideram essencial para criar barreiras naturais à progressão do fogo, limitavam-se a 86 mil hectares. E todos eram da responsabilidade do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) e das empresas com infra-estruturas no terreno, como a REN, a eRedes e a Infra-Estruturas de Portugal – que ainda assim



ADRIANO MIRANDA

reduziu a sua área de actuação de 32 mil hectares, em 2021, para 21 mil hectares no ano passado.

O mesmo sentido de abrandamento na urgência de aplicação de medidas estruturais desencadeadas depois da tragédia de Pedrógão Grande, em 2017, encontrava-se na execução do programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”, que inclui planos para a retirada de população e para a limpeza do mato nas periferias das povoações, até 50 metros dos edifícios. No primeiro ano da execução da medida, em 2018, inscreveram-se 1718 aldeias no programa. No ano passado, esse número subiu para 2242, registando apenas mais 12 inscrições face ao ano anterior. A AGIF previa que aderissem mais 111 aglomerados urbanos. O Plano Nacional da Acção traçado para o período 2021-2030 apontava para que sete mil povoações de zonas de risco estivessem protegidas pelos meios previstos nessa acção, fundamental para que o fogo não ameaçasse os perímetros urbanos, como aconteceu nos últimos dias.

Nos últimos anos, o país deixou acumular vegetação fina, arbustiva e arbórea

A mensagem da AGIF é, perante estes dados, clara: “O perigo manter-se-á na ausência de determinação política para coordenar, acelerar e executar o programa. Na verdade, com o ritmo actual de implementação do Plano Nacional de Acção e do SGIFR, não será possível atingir as metas previstas para 2030.” Ou seja, passarão dez anos para lá do prazo previsto e o plano não estará concretizado.

Um aviso que se cumpriu

No geral, todas as Orientações Estratégicas que a AGIF inscreveu no Plano de Acção estão a travar. Nos avisos que a agência foi fazendo a autarcas ou ao Governo, os custos desse relaxamento foram subindo de tom: “Portugal e os portugueses confrontam-se com o paradoxo do fogo”,

notava a AGIF no relatório do ano passado. Ao deixar de “gerir activamente o pós-fogo, nomeadamente o de 2017, e sem intervir com escala na restante área verde, deixámos acumular nos últimos seis anos vegetação fina, arbustiva e arbórea”, avisava a agência. Ora essa acumulação de combustível natural “irá alimentar incêndios mais rápidos e severos que podem queimar mais de 750 mil hectares num só ano e/ou destruir locais únicos e ameaçar relevantes infra-estruturas e comunidades urbanas”. O retrato antecipado do que aconteceu no distrito de Aveiro.

O fracasso na execução das principais orientações estratégicas pode, de resto, medir-se na despesa da Administração Central do Estado no SGIFR, que em 2023 foi de 483 milhões de euros, menos 46 milhões (-9%) face ao ano anterior. Ainda assim, este valor está muito para lá do investimento que o Estado fazia na prevenção e no combate aos incêndios rurais antes de 2017. Em termos acumulados, a despesa global com o SGIFR deste então até ao ano passado ascendeu a 2,5 mil milhões de euros. O que corresponde a um valor três vezes superior à média dos anos anteriores. Mas mais importante do que a despesa global foi o seu destino. Depois de Pedrógão, o Estado passou a gastar nove vezes mais na prevenção e apenas duas vezes mais no combate. Depois de a AGIF ter sido criada, a despesa na prevenção foi sempre superior ao combate, o que traduz uma mudança radical na forma como o Estado encarava o problema dos fogos. A prioridade das apostas dirigiu-se para a gestão da floresta e na eliminação de factores de risco.

Ainda que 14 das 23 metas do Plano de Acção estejam por cumprir, a mudança de orientação na gestão política e técnica dos fogos produziu vários avanços na direcção que os especialistas consideram ser a mais correcta. O cadastro florestal avançou com a criação do Balcão Prédio Único, que mobilizou 310 mil cidadãos e a consulta de dados de dois milhões de propriedades. O investimento no associativismo florestal, através do reforço da criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), avançou - há hoje 276 ZIF, que abrangem 1,9 milhões de hectares de floresta que, acrescidos pelas áreas com outras formas de gestão colectiva, caso dos baldios, colocam quase metade da floresta nacional neste regime que garante mais cuidado e geração de riqueza. Finalmente, no ano passado foram celebrados 70 contratos que vão permitir o lançamento de novos programas de reordenamento e gestão da paisagem numa área estimada em 140 mil hectares - actualmente, só está em operação o da serra de Monchique/Silves.

Fogo e castigo

A fiscalização do cumprimento das regras de protecção e segurança é

outro dos pontos-chave das mudanças políticas da “reforma da floresta” de 2016/17. No ano passado, a GNR identificou 998 freguesias para dirigir as suas prioridades de fiscalização e sinalizou 14.319 situações de incumprimento - cerca de 10 mil até Maio deste ano. Em especial, estas missões da Guarda dirigem-se para a obrigação de limpeza de matos nas vizinhanças das zonas urbanas. As infracções foram 31% superiores às registadas em 2022, mas estão longe dos valores registados no início do programa: em 2018, a GNR detectou 31.500 situações de incumprimento. Depois de sinalizar as infracções, a GNR tratou de saber se, no ano passado, as violações à lei tinham sido superadas. Em 5126 dos casos, cerca de 36% do total, os proprietários não tinham resolvido os problemas.

No balanço entre o pré e o pós-desastre de Pedrógão, há muitas outras mudanças a assinalar. Apesar de terem perdido lugar nas prioridades políticas, os meios de combate aumentaram e melhoraram ao longo do tempo - o número de aeronaves de combate ao incêndio passou de 55 para 70 no ano passado, por exemplo. O que ajuda a explicar a eficácia no ataque inicial aos incêndios, que no período oscilou na resolução entre 86% e 93% dos focos antes de ganharem proporções mais difíceis de enfrentar. E ainda que os planos de educação e mobilização das comunidades tenham executado apenas um quinto da despesa orçamentada, a plataforma de comunicação de queimas e queimadas criada pelo ICNF em 2019 registou mais de um milhão de pedidos e comunicações.

Outra dimensão que registou melhorias é a do conhecimento. Os operacionais portugueses aumentaram em número (de cerca de dez mil para 14 mil), são mais profissionali-

zados e participam em acções de formação ou em várias missões externas de combate a grandes fogos, reforçando as suas competências. E também as causas dos incêndios são hoje mais acompanhadas e mais bem percebidas. Dos casos estudados no ano passado, 7523, no total, foi possível determinar a sua origem em 63% das situações. O mau uso dos fogos responde por metade dos incêndios, cabendo ao incendiário, que em anos anteriores foi a primeira causa dos fogos, a origem de 31% dos casos.

Em consequência, no ano passado foram identificados 970 suspeitos e detidas 63 pessoas. A maioria dos acusados, 54, terá provocado incêndios por negligência e nove fizeram-no com dolo. A AGIF dedicou-se depois a fazer o balanço do crime de fogo posto e concluiu que, entre 2019 e 2023, “foram registados 25.694 crimes de incêndio florestal, tendo sido efectuadas 594 detenções e identificados 3882 suspeitos”.

Apesar de registar muitas fragilidades e atrasos na execução do seu plano, e se parece evidente que os agentes próximos do sector florestal encaram de uma forma mais relaxada o drama dos fogos, a AGIF considera que “as metas globais do plano nacional estão em linha com o previsto”. Os números parecem ir ao encontro desse optimismo registado no ano passado, após cinco Verões com bons resultados. “Em 2023 não se registaram vítimas de incêndios, a área ardida acumulada anual manteve-se abaixo dos 66 mil hectares e a percentagem dos incêndios superiores a 500 hectares foi inferior a 0,3%, mesmo com a redução do número total de incêndios”, nota a agência. O cenário deste final de Verão pode mudar esse optimismo, embora, até esta terça-feira, tenha ardido menos de um terço da meta proposta pelo plano para o ano inteiro (cerca de 17 mil hectares, de acordo com dados do ICNF).

Para criar uma nova dinâmica e relançar o plano, a AGIF pede medidas, mas, acima de tudo, determinação. Propõe que a prioridade da acção tenha como alvos “os agentes privados, associativos e municipais”. Para que a sua mobilização ocorra, é preciso rever e reforçar “os estímulos económicos e fiscais, mas também o financiamento”, uma proposta que o ministro da Agricultura, José Manuel Fernandes, já acolheu. Observadores que trabalham perto do mundo rural, como o ex-secretário de Estado Miguel Freitas, recomendam ainda uma redução na carga burocrática dos projectos. Depois, para que essa mobilização se realize, há que contar com os efeitos que os dramas deste ano poderão ter na aceleração do plano. Se o padrão de 2017 se repetir, a memória do que acontece por estes dias em Aveiro ou na Beira Alta vai por certo juntar-se a esses estímulos.

Com o ritmo actual de implementação do Plano Nacional de Acção e do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais, não será possível atingir as metas previstas para 2030

Relatório da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais

DestaqueIncêndios florestais

Primeiro balanço

Em apenas três dias, 2024 tornou-se o quarto pior ano da década em área ardida

Teresa Serafim

Em apenas três dias, 2024 passou de um dos anos da década com menos área ardida para se tornar num dos piores, sendo só ultrapassado por 2016, 2017 e 2022.

Até ao final do último mês, a área ardida em Portugal continental era de 10.294 hectares, segundo o Relatório Provisório de Incêndios Rurais do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que considera dados até 31 de Agosto. Paulo Fernandes, investigador de engenharia florestal da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, indica que, num relatório do mesmo instituto com dados até domingo, a área queimada passava para 17.500 hectares. Mesmo que se juntasse a esse valor os 5000 hectares dos incêndios da Madeira, 2024 seria um dos anos da década com menos área ardida, estando próximo de 2014, com 17.481 hectares, ou de 2021, com 25.855 hectares, segundo o relatório do ICNF.

Só que os incêndios rurais dos últimos dias, que afectaram várias áreas do Centro e do Norte do país, mudaram esse panorama. Dados do Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais (EFFIS, no acrónimo em inglês), que se baseia em imagens de satélite para fazer estimativas e formular dados diariamente, arderam 71.482 hectares desde domingo até ontem às 17h, o que faz

com que o valor anual suba para 90.148 hectares.

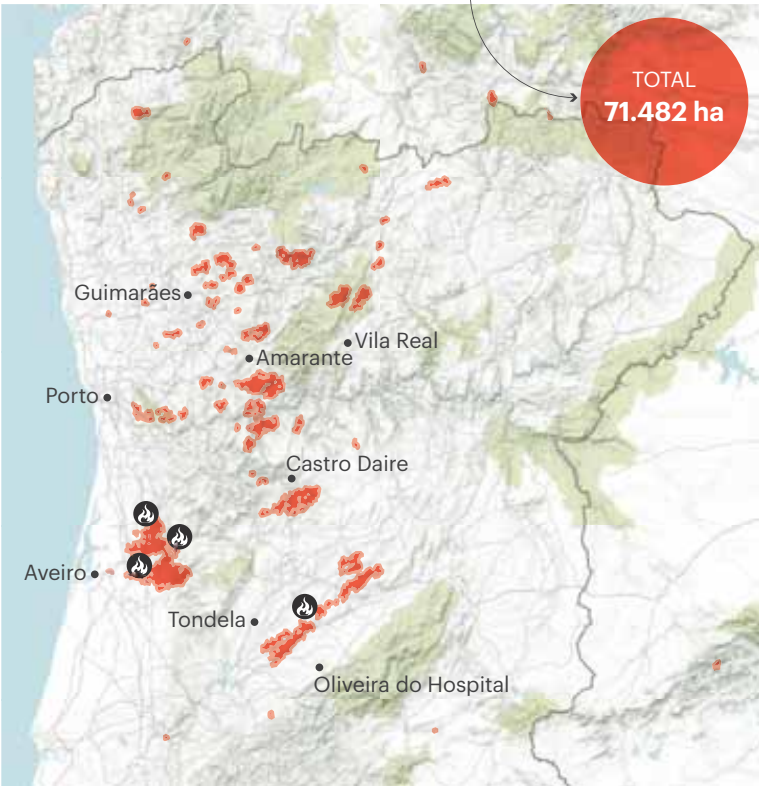
Embora estes valores não estejam longe da realidade, José Miguel Cardoso Pereira, coordenador do Centro de Estudos Florestais do Instituto Superior de Agronomia, pede alguma “cautela” na comparação com outros dados. Os valores do EFFIS provêm de imagens de satélites e da aplicação de um algoritmo de classificação dessas imagens, o que permite delimitar as áreas queimadas. Uma das grandes vantagens deste sistema é que fornece imagens todos os dias, mas são “grosseiras”, indica o investigador.

Desta forma, acaba por apanhar áreas à volta da que está realmente a arder que não estão nessa situação, como pequenos terrenos agrícolas, porções de terra que foram protegidas pelos bombeiros ou até lagoas. Como tal, ao não se descartarem essas áreas, acaba-se por ter valores entre 10 e 15% de área ardida acima do valor real. Mesmo tendo esses valores “em excesso”, devido aos últimos três dias, 2024 é já o quarto pior ano da década em área ardida. Consideremos os 90.148 hectares indicados pelo EFFIS. Se retirássemos 15% a esse valor, seriam 76.625 hectares de área queimada. Já se retirássemos a esses 76.625 hectares os 5000 dos incêndios da Madeira, que o ICNF não considera, seriam 71.625 hectares.

Na última década, de acordo com

Incêndios rurais em Portugal continental

🔥 Maiores fogos activos 🔴 Área ardida entre 15 e 17 de Setembro



Fonte: EFFIS; Mapbox

PÚBLICO

os dados do relatório do ICNF até 31 de Agosto, só se encontram valores mais altos em 2017, com 236.485 hectares; em 2016, com 128.515; e em 2022, com 108.491. Depois, apenas em 2015, arderam 61.118 hecta-

res. Estes valores do ICNF têm em conta dados de satélites mais rigorosos ou informações de terreno.

Já se considerarmos os valores do EFFIS, que tem em conta todo o ano, em 2017, foram 563.532 hecta-

res de área queimada; em 2016, 165.853; e em 2022, 104.379.

Três bombeiros mortos

No ponto da situação sobre o dia, ontem às 20h, André Fernandes, comandante nacional de emergência e protecção civil, referia que o dia foi “bastante difícil” e o combate no terreno “muito duro”.

Na sede da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil (ANEPC), em Carnaxide, avisava que a noite seria “um período complicado”. A essa hora, havia 64 incêndios em curso no país, sobretudo nas regiões do Centro e do Norte.

“É expectável que o vento continue forte do quadrante de leste”, notou, indicando que os fogos já obrigaram a realojar 62 pessoas. O dia foi marcado pela morte de três bombeiros de Vila Nova de Oliveirinha, na Tábua, quando se deslocavam para um incêndio nesse concelho do distrito de Coimbra. Ao todo, os fogos desta semana já causaram sete mortes.

Um anticiclone posicionado por cima das ilhas britânicas está a provocar um fluxo de ar vindo de leste, ou seja, do interior do continente europeu. No caso de Portugal, esse fluxo vem do interior da Península Ibérica, trazendo para o litoral português uma massa de ar quente, com temperaturas anormalmente altas, e seca. **com Nicolau Ferreira e Rui Barros**

Conselho de Ministros

Governo declara situação de calamidade e aponta a criminosos

Liliana Borges

Uma mão pesada para os criminosos responsáveis pelos incêndios florestais e “celeridade” e “agilidade” para “todas as respostas que são necessárias”. Estas foram as duas promessas feitas por Luís Montenegro, no final de uma reunião extraordinário do Governo. Ao lado de Marcelo Rebelo de Sousa, o primeiro-ministro anunciou que a situação de alerta seria elevada a situação de calamidade em forma de resolução do Conselho de Ministros “em todos os municípios afectados pelos incêndios” e teve do Presidente da República, “não uma mera solidarie-

dade institucional, mas uma solidariedade estratégica”.

Depois de deixar uma mensagem de agradecimento aos bombeiros e de homenagear as vítimas mortais, o primeiro-ministro falou nas “coincidências a mais” na origem do elevado número de incêndios florestais dos últimos dias e prometeu consequências para os criminosos. “Não podemos perdoar a quem não tem perdão”, declarou Luís Montenegro. “Sabemos que há fenómenos naturais e sabemos que há circunstâncias de negligência que convergem para que possam eclodir incêndios florestais. Mas há coincidências a mais”, insistiu.

Num tom duro, o primeiro-minis-



Luís Montenegro

tro avisou “aqueles que em nome de interesses particulares são capazes de colocar em causa os direitos, liberdades e garantias e a própria vida dos cidadãos”. “Não os vamos largar”, comprometeu-se, avisando que “o Estado [em nome dos portugueses] vai atrás dos responsáveis por estas atrocidades”.

Para isso, o primeiro-ministro esteve reunido com a ministra da Justiça antes do início do Conselho de Ministros e nos próximos dias haverá um diálogo com a Procuradoria-Geral da República e com as forças de investigação criminal para que seja criada “uma equipa especializada em aprofundar, com todos os meios, a investigação criminal à

volta dos incêndios florestais”.

Montenegro apontou a quem tem “interesses que sobrevoam estas ocorrências” e prometeu que tudo será feito para que estes criminosos sejam identificados e levados “às mãos da Justiça”. Para o líder do Governo, é importante que os portugueses saibam que o sistema judicial é eficaz.

Montenegro admitiu ainda accionar o Fundo de Solidariedade da União Europeia “se os requisitos desse accionamento se vierem a verificar”. Sem certezas sobre como a situação poderá evoluir, o primeiro-ministro avisou: “Estamos bem conscientes que as horas difíceis ainda não terminaram.”



+ IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS NO TRABALHO E NO EMPREGO

- + igualdade salarial
- + proteção na parentalidade
- + proteção do/a trabalhador/a cuidador/a
- + conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar
- + combate ao assédio no trabalho
- + direitos
- + proximidade

Saiba mais em:



DestaqueIncêndios florestais

Na linha de combate

O fogo? “A gente nem sabe de onde vem”

As chamas continuavam sem dar descanso ao distrito de Aveiro. Em Águeda, o fogo alastra-se e bombeiros e moradores lutam lado a lado

Reportagem

Patrícia Carvalho Texto
Adriano Miranda Fotografia

O ar está coberto de cinzas, que o vento forte espalha por todo o lado, e o fumo é tanto que a visibilidade não vai além de algumas dezenas de metros. É dessa névoa causada pelos incêndios que surge Diana Martins, 21 anos, segurando uma camisola contra o rosto, para proteger as vias respiratórias. Em Casal, freguesia de Préstimo, correu a ajudar uma empresa na orla do eucaliptal, propriedade de um amigo dos pais, e a batalha travada com outras pessoas estava, por enquanto, ganha: salvou-se a maquinaria e só se perdeu alguma madeira. Mas tudo podia mudar outra vez.

Porque foi tudo muito rápido, conta a mãe da jovem, Fernanda Martins, 55 anos. “Estava aqui a deitar um olho à fábrica e de repente começou tudo a arder. Foi um horror”, conta. A descrição é comum a muitos outros moradores e outras localidades do concelho: uma projecção inesperada, um reacendimento, e, num ápice, onde havia ainda arvoredo verde, nasciam línguas de fogo.

Casal, fica num desvio que liga A-dos-Ferreiros a Préstimo. Durante a manhã, a estrada chegou a estar cortada, mesmo depois de já todo o coberto vegetal ter ardido em redor. “Há muitos reacendimentos, não é aconselhável passar”, explicava um elemento da Polícia Municipal que guardava o acesso. Ainda assim, abriam-se excepções, para descobrir uma estrada ladeada por árvores e sinais queimados, solo coberto de cinzas, inúmeros postes e fios tombados sobre a via.

Mas ao chegar a uma curva pouco antes de Casal, uma

labareda súbita ergueu-se de um lado da estrada. Num instante, também já havia fogo do outro lado. A alternativa era recuar. Algumas horas depois, já com a estrada reaberta, quando Diana e Fernanda Martins ainda vigiavam a empresa de um amigo, essas chamas já não existiam, mas o fumo era tanto e o vento tão rápido que não havia dúvidas sobre a existência de outro foco de incêndio ali perto.

Chamas que saltam

A poucos quilómetros dali, em Valongo do Vouga, um grupo de moradores olhava, impotente, o barracão de um vizinho que se perdia no meio do fogo, ao mesmo tempo que este consumia as linhas de electricidade que passavam sobre a estrutura. Era apenas mais um episódio de mais de doze horas sem descanso, como contava Céu Carvalho, 62 anos: “Esta noite foi horrível. Foi ficar à espera de um ladrão que sabíamos que vinha, mas não a que horas vinha. Chegou em força pouco antes das 4h e foi combatido por nós, com os nossos meios”.

As chamas andaram coladas à sua casa, de manhã saltaram para o outro lado da estrada e queimaram-lhe um anexo com lenha. Depois da intervenção dos Canadair e de tudo parecer mais calmo, o barracão tinha começado a arder. Do nada. “Devia estar ali algum foco a arder escondido e, de repente, já estava assim”, diz a mulher. Os donos conseguiram retirar os animais, mas a maquinaria agrícola perdeu-se.

O concelho de Águeda foi um dos que, durante todo o dia, foi brutalmente fustigado pelos incêndios. Ao céu cinzento de fumo, juntavam-se, em várias direcções, colunas mais espessas de aspirais negras, subindo para o céu, marcando os locais onde irrompiam novas chamas. Em A-dos-Ferreiros não houve descanso.



Os moradores queixam-se que o incêndio foi repentino e que nasciam línguas de fogo por todo o lado

Joana Ferreira não pára de correr. Vai para o quintal da casa, sai para o exterior de balde carregado de água nas mãos. Pede uma máscara porque já não consegue respirar. Ainda há instantes estava tudo bem, naquela parte alta de A-dos-Ferreiros mas, num ápice, as chamas saltaram a estrada, entraram no eucaliptal, agigantaram-se mesmo ao lado da

casa dos pais dela. “Estava a ir embora e de repente foi isto. Ainda bem que não fui...”, diz, sem parar de andar, à procura da próxima chama que cresce no chão seco em redor.

Por ali ninguém consegue dizer onde está pior. Até porque o pior pode estar ausente num segundo e chegar no instante seguinte.

Foi assim, pelas 11h30, perto da



das últimas horas, tenta orientar o trânsito. Os moradores, de baldes de água e ramos de árvores e arbustos nas mãos, abeiram-se das árvores altas por onde o fogo sobe. Mas as chamas avançam sempre, em direcção à estrada e à casa dos pais de Joana Ferreira. E, um minuto depois, o chão começa a arder já mais à frente, noutra direcção. A mulher, ajudada por outros moradores, tenta encher os baldes, mas uma das torneiras já não deita água e da outra sai um fio escanzelado, que a faz desesperar. “Já não temos água outra vez. O pior é cortarem a água, quando a gente vale a tanta coisa...”, diz.

‘Passou por aqui um inferno’

Um único autotanque chega no momento providencial. Os eucaliptos em frente à casa já ardem muito perto da berma, é para lá que atiram água. As projecções do outro lado são apagadas por moradores e pelos elementos da GNR, com a pouca água que vai saindo e os ramos de árvores.

Por ali, a situação ficou mais calma, mas o fogo salta para outro lado. Os céus azuis que se vêem mais à frente, na estrada em direcção ao centro de Águeda, rapidamente se vão enegrecendo. O vento não dá sossego. As chamas saltam para terrenos secos e os bombeiros não conseguem acudir a toda a gente nem chegar a todo o lado.

Manhã cedo, em Toural, Valongo do Vouga, Noémia Almeida, de 62 anos, encaminha o cão Rex para casa, enquanto os bombeiros vigiam o que já ardeu durante a madrugada e os focos que ainda permanecem activos. “Não fui à cama. Passou por aqui um inferno, completamente. Era labaredas de um lado ao outro, não dava para descansar. Só visto”, relembra, o rosto coberto por uma máscara. Houve casas em risco, um estábulo ardeu, mas José Almeida, de 77 anos, conseguiu retirar a tempo o cavalo que está agora a aguardar nova morada, no pátio da casa do homem.

Foi assim a noite toda, foi assim o dia todo. Onde o fogo já passou, as persianas das casas permanecem fechadas e não se vê ninguém. Onde ele ronda e pode chegar, as pessoas agrupam-se nas ruas, máscaras a proteger os rostos, olhos postos no céu. Será que chega aqui? É a pergunta que parece saltar do rosto aflito de todos. Ninguém confia neste tempo quente, no vento forte, nas chamas que saltam. Rodrigo Paixão, de 26 anos, já não deixou Toural para ir trabalhar. No ano passado, o fogo também ali andou, mas foi diferente. “Nessa altura, veio de baixo e subiu a encosta. Desta vez, vinha de todos os lados.”

casa dos pais de Joana Ferreira. Chamas rasteiras abeiravam-se de duas casas e os moradores, apoiados por alguns poucos bombeiros, tentavam apagá-las, recorrendo a baldes de água e ramos de árvores. Os olhos inchados e vermelhos de Paulo Nunes, de 54 anos, mostram bem que esta última tarefa não foi a única do dia nem da noite. Segurando o telemóvel, mostra o negro da noite e os montes a arder, cobrindo toda a encosta em direcção a Talhadas, onde o fogo andou, imparável, umas horas antes. Dizem que veio dali, mas Nuno Pontes, de 46 anos, que saiu do centro de Águeda para acorrer a familiares, encolhe os ombros, desalentado: “A gente nem sabe de onde [o fogo] vem.”

Di-lo olhando para a encosta em frente onde, há dois minutos, os eucaliptos permaneciam verdes e agora estão já tomados por uma linha de chamas vermelhas e alaranjadas que se vai estendendo, subindo sempre. Lá em cima há casas, diz ele, aflito. Uma jovem liga para a Protecção Civil e desata a correr, deixando para quem a segue a resposta: “Não há bombeiros.”

Lá em cima, para onde sobe o fogo, é onde está Joana Ferreira, de 42 anos. Um agente da GNR, o braço coberto de sangue por arranhões causados pelo trabalho

Crimes

Sete detidos por crime de incêndio florestal em quatro dias

A GNR deteve sete pessoas por suspeitas de terem ateado incêndios florestais, entre o dia 14 de Setembro e a madrugada de 17 de Setembro, nas regiões de Leiria, Castelo Branco, Porto e Braga.

Entre os suspeitos encontra-se um homem de 75 anos, detido em Pombal, além de um homem de 48 anos, suspeito de ter iniciado um fogo na Póvoa de Lanhoso. Acrescem à lista um sexagenário, suspeito igualmente da autoria de um crime de incêndio florestal, em Malpica do Tejo, e outro homem de 36 anos, detido no Pombal. Em Leiria, o detido tem 38 anos.

A GNR dá conta ainda no mesmo comunicado de dois detidos, de 48 e 64 anos, em Campo, Valongo, presumíveis autores de um crime de incêndio florestal. Horas antes, a PJ dera conta em comunicado da iden-



Desde o início do ano, as forças policiais já prenderam 29 pessoas suspeitas de atear fogo

tificação e constituição como arguidos de quatro funcionários da junta da União de Freguesias de Campo e Sobrado, no concelho de Valongo, pela presumível autoria de um incêndio que consumiu cerca de um hectare de mancha florestal e causou danos em viaturas e unidades fabris.

Neste caso, “o incêndio foi originado pela utilização indevida de máquinas agrícolas, uma motorroçadora de disco metálico, cuja utilização é proibida quando o índice de perigo de incêndio rural se encontra a um nível máximo ou mesmo muito elevado”, descreveu a PJ em

comunicado, para acrescentar que o incêndio em causa “causou ainda graves prejuízos para a circulação ferroviária na linha do Douro, com paralisação da circulação durante cerca de uma hora”.

Sem antecedentes criminais, os arguidos “prestaram termo de identidade e residência”.

Recordando que “o uso negligente do fogo constitui uma das causas mais relevantes nos incêndios já investigados durante este ano”, a GNR pede aos cidadãos que se abstenham de recorrer a qualquer tipo de uso do fogo, incluindo a utilização de maquinaria em espaços florestais.

Desde o início do ano, a GNR diz ter feito um total de 33 detenções pelo crime de incêndio florestal.

Para efeitos de denúncia de infracções ou esclarecimento de dúvidas, a GNR lembra que a Linha SOS Ambiente e Território (808 200 520) funciona 24 horas por dia.

PUBLICIDADE



SPORT LISBOA E BENFICA ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos da lei e dos Estatutos, são convocados as senhoras e os senhores associados para reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia **27 de setembro de 2024, pelas 20.30 horas**, no Pavilhão nº 1 do Parque Desportivo do Clube, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Apreciar e votar o relatório de gestão e as contas do exercício de 2023/2024, bem como o relatório e parecer do Conselho Fiscal.

Nos termos do disposto no nº 1 artigo 37º dos Estatutos, informam-se as senhoras e os senhores associados que os documentos estarão disponíveis para consulta no site do Clube www.slbenfica.pt e na Secretaria-Geral, durante as **horas de expediente (9.30-12.00 e 14.30-17.00)**, a partir do dia **19 do corrente mês**.

Dado que, nos termos do nº 3 do artigo 56º dos Estatutos, a Assembleia Geral só pode funcionar em primeira convocação, com a presença da maioria das senhoras e dos senhores associados e, em segunda convocação, com qualquer número deles, fica desde já convocada a Assembleia Geral para, se for o caso, reunir em **Segunda Convocação** meia hora mais tarde, isto é, às **21 horas**, no mesmo local e com a mesma Ordem de Trabalhos.

A participação e o exercício do direito de voto na Assembleia Geral deverão observar os requisitos estabelecidos na lei e nos Estatutos, sendo admitidos a presenciar os trabalhos todas aquelas e aqueles que tenham sido admitidos até à data da publicação desta convocatória, mesmo os que não tenham direito de voto, devendo apresentar o cartão de sócio, devidamente atualizado, com o comprovativo do pagamento da quota de, pelo menos, o mês de julho de 2024, **acompanhado de documento de identificação**.

Lisboa, 16 de setembro de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara

DestaqueIncêndios florestais

Saúde

Incêndios estão a provocar “agravamento significativo da qualidade do ar” e autoridades recomendam cautela

Daniela Carmo

Exposição a partículas que existem na atmosfera e que são de dimensões diminutas traz consequências para a saúde

O elevado nível de fumo no ar, provocado pelos incêndios que lavram desde domingo e que afectam, especialmente, as regiões Norte e Centro do país, levou a Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil a recomendar a adopção de medidas especiais de resguardo e que se evite, ao máximo, a exposição ao ar. O professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra António Jorge Ferreira explica ao PÚBLICO que em causa estão os efeitos nocivos para a saúde humana provocados

pelas partículas em suspensão. “Temos verificado de facto um agravamento significativo das condições de qualidade do ar, sobretudo devido à exposição a matéria particulada, as chamadas PM2,5 e PM10”, refere o especialista. Mas o que são estas partículas e porque nos devemos proteger? As partículas podem ter origem humana, como é o caso da combustão industrial, comercial ou residencial, entre outras, ou ter uma fonte natural: as erupções vulcânicas, os incêndios florestais, a acção do vento sobre o solo e superfícies aquáticas. Já ouvimos falar delas, por exemplo, quando há nuvens de poeiras transportadas por massas de ar com origem no Norte de África a afectar Portugal. “Em Coimbra, por exemplo, os valores estão muito superiores ao que é o habitual. Estamos a atingir valores muito altos, sobretudo nas últimas horas e sobretudo no que



Vila Nova de Gaia e Guimarães são dois dos concelhos com pior índice de qualidade do ar

concerne à matéria particulada”, exemplifica António Jorge Ferreira. Na prática, estamos a falar de partículas que existem na atmosfera e que são de “muito diminutas dimensões, ou seja, as PM10 são matéria particulada inferior a dez micrómetros de diâmetro” e as PM2,5 são ainda menores, inferiores a 2,5 micrómetros. “São partículas que entram com facilidade no nosso sistema respiratório, mas também cardiovascular”, interferindo no processo respiratório e acarretando risco grave para a saúde. Como consequência da exposição excessiva a este tipo de matérias há a

apontar “danos na saúde, que podem ser mais agudos ou mais crónicos”, adianta. Podem ser problemas não apenas respiratórios, mas também consequências do foro cardiovascular e cerebrovascular. “No caso das PM10, por exemplo, hoje [ontem] vários detectores a nível nacional nestas zonas mais complexas, nomeadamente na região Centro, estão a monitorizar valores que chegam a ser dez vezes superiores” aos recomendados pela Organização Mundial da Saúde. Em Portugal, como confirma a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – que faz a monitorização numa escala de qualidade que vai de “mau” a “muito bom” –, “a concentração de partículas no ar ambiente é objecto de regulamentação e controlo”. No site da APA dedicado à qualidade do ar, figuravam ontem com “mau” as seguintes estações de monitorização: Sobreiras-Lordelo do Ouro,

Avintes (ambas em Vila Nova de Gaia), Mindelo-Vila do Conde, Cónego Dr. Manuel Faria-Azurém (Guimarães), Estarreja, Aveiro, entre outras. Face às consequências da exposição a estas partículas, a recomendação é mesmo pela diminuição da exposição ao ar em zonas afectadas. “As populações mais vulneráveis são as primeiras a ter de recorrer a serviços de saúde, precisamente por exacerbação das suas doenças prévias. E aqui a maior parte das situações são a exacerbação de asma ou de doença pulmonar obstrutiva crónica. Temos muitas situações de bronquite aguda e de descompensação de outras doenças prévias, nomeadamente a doença cardiovascular ou insuficiência cardíaca”, reflecte António Jorge Ferreira, alertando: “A qualidade do ar nestes dias permanece deteriorada, geralmente, durante períodos que não são assim tão pequenos.”

PUBLICIDADE



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DO PATRIMÓNIO

EDITAL N.º 6/2024/DRPA

AQUISIÇÃO POR VIA DE DIREITO PRIVADO DAS PARCELAS DE TERRENO NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DA OBRA DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DO RISCO DE DERROCADAS EM TALUDES SOBRANCEIROS ÀS ESTRADAS REGIONAIS - TALUDE DO SERRADO - E.R. 110

Em cumprimento do estatuído no n.º 4 do artigo 11.º do Código das Expropriações, torna-se pública a existência, nos serviços da Direção Regional do Património, sita à Rua Alferes Veiga Pestana, n.º 3D, no Funchal, das propostas de aquisição por via de direito privado das parcelas de terreno identificadas nos anexos I e II do presente edital, aplicáveis aos proprietários e demais interessados não conhecidos e àqueles cujos

ofícios, enviados sob registo com aviso de receção, foram devolvidos. Nos termos do disposto no artigo 10.º do C.E. foi proferida a Resolução de expropriar, sendo que a previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação teve por base a quantia previamente determinada em avaliação efetuada por perito da lista oficial, para o efeito designado.

Pelo presente edital informa-se ainda que, nos termos do preceituado n.º 5 do mencionado artigo 11.º, os proprietários e demais interessados nas condições acima indicadas dispõem do prazo de 30 dias, a contar da data da última publicação nos jornais, a que se refere o n.º 4 do referido artigo, para dizerem o que se lhes oferecer sobre a proposta apresentada, podendo apresentar contraproposta tendo como referência o valor que for determinado em avaliação documentada por relatório elaborado por perito da sua escolha.

Funchal, 12 de setembro de 2024

O Diretor Regional
Rui Cortez



Anexo I

Obra de Prevenção e Mitigação do Risco de Derrocadas em Taludes Sobranceiros às Estradas Regionais - Talude do Serrado - E.R. 110

Lista com a identificação do(s) prédio(s) e do(s) proprietário(s)/interessado(s) aparente(s)

Parcela	Proprietários e demais interessados		Prédio Rústico		Freguesia/ Concelho	Área a expropriar (m2)
	Nome	Localidade (Residência)	Artigo	Secção		
1/212	Herdeiros de Manuel de Assunção	Porto da Cruz	1/212	AH1	Porto da Cruz Machico	81,90
1/213	Maria Isabel Freitas da Silva	Porto da Cruz	1/213	AH1	Porto da Cruz Machico	369,00
15	António de Freitas Silva Júnior Herdeiros de Manuel de Freitas Silva	Porto da Cruz Porto da Cruz	15	BJ	Porto da Cruz Machico	51,30
123	Maria Bernardina Vasconcelos de Nóbrega	Funchal	123	AU	Porto da Cruz Machico	51,70
126	Francisco Rodrigues Tomás	Porto da Cruz	126	AU	Porto da Cruz Machico	519,50



Gondomar

“Os bombeiros não chegam a todo o lado”

Reportagem

Ana Cristina Pereira Texto
Rui Oliveira Fotografia

Arderam mais de 1200 hectares. Com várias frentes e sem bombeiros suficientes, residentes assumiram combate

Amândio Guedes observava as labaredas cada vez mais perto da sua casa, no lugar de Jacindo, freguesia de Foz do Sousa e Covelo, município de Gondomar. O Serviço de Protecção Civil fora avisado havia mais de duas horas, mas nem sinal dos bombeiros naquela pequena rua. “Vamos ver no que isto vai dar.”

Não era difícil imaginar que um dia a ameaça poderia acontecer. Vão mais de dez anos – em 2012 e em 2013 – desde que o lume andou naquela encosta arborizada. “Tantas vezes falei com o dono do terreno ao lado da minha casa para cortar as árvores que ali tem”, queixava-se. “Só depois de meter um advogado, aceitou podá-las.”

O incêndio deflagrara por volta das 13h00 de segunda-feira, no Lugar de Ferreirinha, na freguesia de Foz do Sousa e Covelo. Depressa avançara para Jovim. De madrugada, uma outra frente alcançara Melres, essa proveniente de Aguiar de Sousa, no concelho de Paredes. De repente, as chamas estavam em muitos lados.

Quando por telefone o PÚBLICO pediu ao presidente da Câmara de Gondomar, Marco Martins, que fizesse um balanço do sinistro,

saíram-lhe frases curtas, apressadas pela urgência do combate. “Os bombeiros estão exaustos. Não há meios de reforço, não há rendição. Os meios aéreos não conseguem actuar por causa do fumo.”

Não era falta de solidariedade, sublinhava aquele autarca, que faz parte do quadro activo dos Bombeiros Voluntários da Areosa-Rio Tinto e é presidente da Comissão Distrital de Protecção Civil. “Não há meios [disponíveis]. Este é o cenário em todo o Norte do país. Os reforços que vieram do Sul ficaram em Leiria e em Coimbra. Esta terça-feira [ontem], os reforços já não chegaram a Aveiro. Para o Porto não vieram quaisquer reforços [terrestres]. Vieram meios aéreos [de Espanha], mas agora aqui não se podem usar.”

O calor e o vento não explicavam tanto contágio. Marco Martins admitia que as faúlhas tivessem saltado de uns sítios para outros, propagando o manto de destruição. Sublinhava, todavia, a existência de várias ignições, por vezes a quilómetros de distância, pelo que caberia às autoridades investigar a sua origem.

Por precaução, ontem, nas partes altas, ninguém foi à escola. E mais de 60 pessoas não dormiram nas suas casas. Melres e Covelo foram evacuados. A noite adivinhava-se difícil. “Até à meia-noite, o vento deverá manter-se calmo. A partir da meia-noite, voltarão as rajadas de vento. Prevejo uma madrugada complicada.”

Por essas palavras se percebe que o desespero de Amândio Guedes, o homem de 48 anos que abre este texto, era igual ao de muitos outros residentes em Gondomar. Chegando aonde os cortes de



estrada permitiam, em diversas partes do concelho podia ver-se gente a tentar salvar haveres molhando telhados e tudo em redor.

Baldes cheios de água foram alinhados ao longo da Rua da Vessada. José Silva, de 61 anos, molhava os fetos e os silvados que tinham crescido na berma, na esperança de conter o perigo. De repente, da parte de baixo, do meio do mato, alguém gritou: “Está a arder outra vez!”

Aquela parte de Jovim tinha estado a arder durante a manhã. Entrando num caminho agrícola, alguns vizinhos descobriram o reacendimento por debaixo do manto de mato. “Não vai servir de nada, vai arder tudo de noite”, resmungava um homem. “Temos de descarregar água aqui, a ver se isto não reacende”, contrariava outro.

O sentido de dever chamava gente de muito lado. José Castro, de 58 anos, pegara no seu tractor

Os moradores defendiam-se como podiam, com baldes e mangueiras

“A minha sogra mora aqui à frente e vim ajudar. Temos de ser uns para os outros”

José Castro
Morador em Jovim

agrícola e, naquele instante, estava num terreno em chamas. “Isto é de botar sulfato, mas funciona como um sistema de rega. A minha sogra mora aqui à frente e vim ajudar. Temos de ser uns pelos outros.” Dois outros homens – um já idoso e o outro ainda jovem – serviam-se da mangueira. Trabalho inglório, aquele. Esclareceu um bombeiro que aquele lombo era para deixar arder. Não soprava vento. A estrada serviria de corta-fogo.

Lições que não se “tiram”

O ar está denso, tornando a respiração difícil e convidando ao uso de máscaras. No passeio, Renato Rocha, de 40 anos, apontava para o mato que fora cortado, ficara no chão a secar e agora ardia como um fósforo. “É só acendalhas!” Nem é dali. Emprestara mangueiras de incêndio e pusera-se a ajudar. “Se nos pomos à espera dos bombeiros... Eles não chegam a todo o lado.”

O que ali via nestes dias lembrava-lhe o que já vira em anos anteriores. A quem é que as imagens de fumo e chamas destes dias não lembram anos anteriores? Está cansado de ver o país a arder. “Andamos sempre a dizer: ‘Este ano, temos de tirar lição.’ Andamos sempre a tirar lições, mas não aprendemos nada.”

Pelas 20h, o incêndio continuava em curso. Ao que se podia ver no portal da Protecção Civil, no terreno estavam 219 bombeiros auxiliados por 50 viaturas. Segundo Marco Martins, tinham ardido mais de 1200 hectares, incluindo uma casa desabitada, duas oficinas (umas das quais com 22 carros), alguns anexos e zonas de apoio.

Maria Luís Albuquerque será comissária europeia dos Serviços Financeiros

Ursula von der Leyen apresentou o elenco e o organograma do executivo comunitário aos líderes dos grupos políticos do Parlamento Europeu

Rita Siza, Bruxelas

A candidata a comissária designada por Portugal, Maria Luís Albuquerque, será responsável pela pasta dos Serviços Financeiros e a União da Poupança e do Investimento no próximo executivo comunitário.

“Este cargo será vital para reforçar e completar a nossa União dos Mercados de Capitais e garantir que o investimento privado potencia a nossa produtividade e inovação”, explicou a presidente da Comissão Europeia.

Trata-se de uma pasta económica e relacionada com o investimento, como aspirava o Governo, com um pendor mais técnico do que político. No seu papel de comissária, Maria Luís Albuquerque terá uma palavra a dizer sobre o financiamento das grandes prioridades da UE – a transição energética e neutralidade climática; a descarbonização da indústria e o desenvolvimento do potencial produtivo, nomeadamente nos sectores tecnológicos e da defesa –, mas não terá um orçamento para distribuir.

E a antiga ministra das Finanças de Portugal “será excelente no cargo”, acredita Ursula von der Leyen, que destacou a experiência política e governativa de Maria Luís Albuquerque e valorizou a sua carreira no sector privado financeiro como um trunfo, e não um obstáculo, para a sua aprovação pelo Parlamento Europeu.

“Há uma enorme urgência e uma grande pressão para concluir a União dos Mercados de Capitais, e ela é a pessoa certa e com vasto conhecimento deste tópico. Sabe que temos de mobilizar o sector privado para o capital e o investimento, isso é indispensável para ter um mercado de capitais líquidos”, argumentou a presidente da Comissão Europeia.

Recorrendo aos dados do Banco Central Europeu, que apontam para uma “fuga” anual de cerca de 470 mil milhões de euros de investimento “que não é feito na UE por causa da falta de uma União dos Mercados de Capitais”, Von der Leyen descreveu a missão da futura comissária portuguesa como um desafio, “sem dúvida, difícil”.

A presidente da Comissão Europeia apresentou, ontem, no Parlamento Europeu de Estrasburgo, o elenco da sua nova equipa, e o organograma do próximo colégio de comissários, apesar de ainda lhe faltar a confirmação oficial do nome da representante da Eslovénia, que, para já, aguarda a aprovação do Parlamento de Ljubljana.

O novo colégio de comissários terá seis vice-presidentes executivos – entre os quais, a alta representante para a Política Externa e de Segurança, Kaja Kallas, nomeada pelo Conselho Europeu –, cujas “grandes orientações políticas serão a prosperidade, a segurança e a democracia”, e a principal missão será a promoção da competitividade “para fazer avançar a dupla transição da descarbonização e digitalização das nossas economias”, explicou Von der Leyen.

Foi a fórmula encontrada pela alemã para “repartir” os lugares de topo na hierarquia do colégio pelos representantes dos maiores grupos políticos do Parlamento Europeu, que também se encontram à mesa do Conselho Europeu: o seu Partido Popular Europeu, que tem a maior

bancada parlamentar; os Socialistas & Democratas; os liberais do Renovar a Europa, e ainda os Conservadores e Reformistas Europeus, que são dominados pelo partido Irmãos de Itália, da primeira-ministra Giorgia Meloni.

Von der Leyen, que falhou o seu objectivo de uma Comissão paritária – em 26 comissários, há 16 homens e dez mulheres, ou seja, 40% –, privilegiou propositadamente as senhoras na distribuição das vice-presidências executivas. De resto, salientou, encontrou um “bom equilíbrio” em termos geográficos e políticos.

“Temos três dos Estados-membros que aderiram antes da queda da Cortina de Ferro, e três dos Estados-membros que aderiram após a reunificação da Europa. Dos países bálticos, dos países nórdicos e da Europa de Leste. E ministros e primeiros-ministros com formações diferentes”, apontou.

A primeira vice-presidente executiva será a espanhola Teresa Ribera, que além de supervisionar a Transição Limpa, Justa e Competitiva, liderando os esforços da UE para atingir os objectivos do Pacto Ecológico

Europeu, ao mesmo tempo que descarboniza e industrializa a economia”, será responsável pela política de Concorrência. Um megaportfólio para a ex-ministra socialista de Pedro Sánchez, e que garante que o rumo traçado no primeiro mandato será prosseguido nos próximos cinco anos.

Depois de uma troca de última hora do nomeado, a pedido de Ursula von der Leyen, a França “ganhou” uma superpasta ligada ao mercado único e competitividade, e uma vice-presidência executiva para o seu comissário, Stéphane Séjourné. O braço direito do Presidente Emmanuel Macron “será o vice-presidente executivo para a Prosperidade e Estratégia Industrial”, um novo portfólio que inclui a Indústria, Pequenas e Médias Empresas e o Mercado Único. “Orientará o trabalho de criação das condições necessárias para que as nossas empresas prosperem, desde o investimento e a inovação até à estabilidade económica e à segurança comercial e económica”, explicou a presidente do executivo.

A finlandesa Henna Virkkunen será



DANIEL ROCHA

Lista de comissários europeus

Alemanha Ursula von der Leyen
Presidente

Áustria Magnus Brunner
Comissário para os Assuntos Internos e a Migração

Bélgica Hadja Lahbib
Comissária para a Preparação e Gestão de Crises

Bulgária Ekaterina Zaharieva
Comissária para as startups, a Investigação e a Inovação

Croácia Dubravka Suica
Comissária para o Mediterrâneo

Chipre Costas Kadis
Comissário para as Pescas e os Oceanos

República Checa Jozef Sikela
Comissário para as Parcerias Internacionais

Dinamarca Dan Jorgensen
Comissário para a Energia e a Habitação

Estónia Kaja Kallas
Vice-presidente executiva para a Política Externa e de Segurança e alta representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Defesa

Finlândia Henna Virkkunen
Vice-presidente executiva para a Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, comissária para as Tecnologias Digitais e de Fronteira

França Stéphane Séjourné
Vice-presidente executivo para a Prosperidade e Estratégia Industrial, comissário para a Indústria, PME e Mercado Único

Grécia Apostolos Tzitzikostas
Comissário para os Transportes Sustentáveis e o Turismo

Hungria Olivér Várhelyi
Comissário para a Saúde e o Bem-Estar dos Animais

Irlanda Michael McGrath
Comissário para a Democracia, a Justiça e o Estado de Direito

Itália Raffaele Fitto
Vice-presidente executivo para a Coesão e Reformas, comissário para a Política de Coesão, Desenvolvimento Regional e Cidades

Letónia Valdis Dombrovskis
Comissário para a Economia e Produtividade; Implementação e Simplificação

Lituânia Andrius Kubilius
Comissário para a Defesa e Espaço

Luxemburgo Christophe Hansen
Comissário para a Agricultura e Alimentação



Malta Glenn Micallef
Comissário para a Equidade Intergeracional, Cultura, Juventude e Desporto.

Países Baixos Wopke Hoekstra
Comissário para o Clima, Crescimento Limpo, também responsável pela fiscalidade

Polónia Piotr Serafin
Comissário para o Orçamento, a Luta Antifraude e a Administração Pública

Portugal Maria Luís

Albuquerque Comissária para os Serviços Financeiros e a União da Poupança e do Investimento

Roménia Roxana Minzatu

Vice-presidente executiva para as Pessoas, as Competências e a Preparação, comissária para as Competências, a Educação, o Emprego de Qualidade e os Direitos Sociais

Eslováquia Maros Sefcovic

Comissário para o Comércio e a Segurança Económica; Relações Interinstitucionais e Transparência

Eslovénia Marta Kos
Comissária para o Alargamento, também responsável pela vizinhança oriental e pela reconstrução da Ucrânia

Espanha Teresa Ribera

Vice-presidente executiva para uma Transição Limpa, Justa e Competitiva, comissária para a Concorrência

Suécia Jessika Roswall

Comissária para o Ambiente, a Resiliência da Água e uma Economia Circular Competitiva

Maria Luís Albuquerque foi ministra das Finanças de Pedro Passos Coelho



Maria Albuquerque será excelente nessa pasta porque tem uma vasta experiência como ministra, mas também enorme experiência no sector privado

Ursula von der Leyen

Presidente da Comissão Europeia

vice-presidente executiva para a Soberania Tecnológica, a Segurança e a Democracia, anunciou Von der Leyen, que a par das tecnologias digitais lhe atribuiu outra missão: a vigilância das fronteiras. “Pedi-lhe que se debruce sobre os aspectos internos e externos da segurança, também para reforçar os fundamentos da nossa democracia, como o Estado de direito”, que tem de “ser protegido sempre que for atacado”, justificou Von der Leyen.

Sem surpresa, apesar da promessa de oposição das bancadas do centro-esquerda e da esquerda no Parlamento Europeu, a presidente da Comissão decidiu mesmo atribuir uma vice-presidência executiva à Itália. Raffaele Fitto, o homem de confiança que Giorgia Meloni fez questão de enviar para Bruxelas, terá a pasta da Coesão e Reformas, que neste mandato está entregue a Elisa Ferreira.

Já a escolha da socialista romena Roxana Minzatu para vice-presidente executiva para as Pessoas, as Competências e a Preparação foi inesperada. A sua missão “centrar-se-á nos domínios que são cruciais para unir a nossa sociedade”, justificou Von der

Leyen, enumerando as suas responsabilidades: demografia, educação e cultura, emprego e direitos sociais.

Estrutura “mais simples”

Para o próximo mandato, que poderá arrancar apenas no início de Dezembro, a presidente da Comissão desenhou “uma estrutura mais simples, mais interactiva e interligada” do que a actual, eliminando a “camada adicional de vice-presidentes” e alterando a cadeia hierárquica em termos de reporte dos diferentes responsáveis.

Por exemplo, os dois actuais vice-presidentes executivos reconduzidos para o novo mandato, Maros Sefcovic e Valdis Dombrovskis – dois veteranos do colégio de comissários –, perderão o título, mas continuarão a reportar directamente à presidente da Comissão Europeia.

Na longa lista das pastas, as novidades no próximo mandato são a do Mediterrâneo, que foi entregue à comissária da Croácia, Dubravka Suica (actual responsável pela Democracia e Demografia); a Defesa, que terá uma componente de Espaço, que ficará nas mãos do lituano Andrius

Kubilius; e ainda Pescas e Oceanos, que serão responsabilidade do cipriota Costas Kadis.

A nova pasta da Habitação foi incluída no portfólio da Energia, atribuído ao dinamarquês Dan Jorgensen.

E tal como com esta, o âmbito de outras pastas ditas “tradicionais” foi alargado para incluir novas responsabilidades: é o caso dos Transportes, que no próximo mandato serão Transportes Sustentáveis e Turismo, para abranger a “mobilidade de bens e pessoas”. O portfólio foi desenhado à medida de Apostolos Tzitzikostas, o candidato da Grécia, que reclamava esta área.

A Polónia também foi “recompensada” com a pasta pretendida pelo primeiro-ministro, Donald Tusk, que nomeou o veterano diplomata Piotr Serafin, seu chefe de gabinete no Conselho Europeu, para o executivo comunitário. Reportará directamente a Von der Leyen, que lhe deu a pasta do Orçamento, Administração Pública e Luta Antifraude. A sua principal missão passa pela preparação do próximo quadro financeiro plurianual de 2028-2033 – uma tarefa

complexa e politicamente delicada, numa altura em que é consensual que é preciso reformar de forma dramática a estrutura do orçamento de longo prazo da UE.

Já a Eslovénia foi “beneficiada” pela decisão do primeiro-ministro, Robert Golob, de rever a sua nomeação, e trocar o candidato masculino por uma mulher, Marta Kros, que ontem foi anunciada como a próxima comissária europeia do Alargamento. “O processo da sua nomeação, que envolve a consulta do Parlamento nacional para um parecer que não é vinculativo, ainda está em curso”, reconheceu Ursula von der Leyen, que está confiante de que as manobras políticas internas não impedirão a ex-diplomata e candidata presidencial de assumir o cargo.

Enquanto responsável por uma das pastas mais relevantes no contexto geopolítico actual, a eslovena “trabalhará no apoio à Ucrânia, prosseguindo o trabalho de reconstrução do país, e também dos restantes países candidatos, preparando-os para a adesão”, resumiu Von der Leyen.

Questionada pelos jornalistas sobre outra escolha que foi muito contestada pela bancada socialista do Parlamento Europeu, do eurodeputado conservador luxemburguês Christophe Hansen, a presidente da Comissão Europeia lembrou que a nomeação é uma prerrogativa exclusiva dos Estados-membros.

Von der Leyen nomeou o austríaco Magnus Brunner como comissário para os Assuntos Internos e a Migração, encarregando-o de operacionalizar o novo Pacto das Migrações e Asilo, que entrará em vigor em 2026, e de “desenvolver uma nova estratégia de segurança interna”.

O irlandês Michael McGrath foi nomeado comissário para a Democracia, Justiça e Estado de Direito, com responsabilidades acrescidas na luta contra a corrupção e na protecção dos consumidores.

O checo Jozef Sikela ficou com as Parcerias Internacionais. O holandês Wopke Hoekstra, reconduzido pelo Governo de coligação sustentado pela extrema-direita no Parlamento da Haia, viu o nome da sua pasta mudar para Clima, Crescimento Limpo e Emissões Zero.

No mesmo capítulo das pastas que são semelhantes às actuais, mas que serão ligeiramente reformuladas no próximo mandato, encontra-se ainda o Ambiente, Resiliência da Água e Economia Circular e Competitiva. A comissária com este longo título será a sueca Jessica Roswall.

A búlgara Ekaterina Zaharieva será a próxima comissária da Investigação e Inovação, e o maltês Glenn Micallef, que aos 35 anos será o membro mais novo do colégio, terá a pasta da Equidade Intergeracional, Cultura, Juventude e Desporto.

Por fim, o polémico comissário húngaro, Olivér Várhelyi, ficou com a Saúde e o Bem-Estar Animal.

Apagar fogos a pensar no rescaldo

Editorial



Andreia Sanches



O Governo promete ‘fundos públicos abundantes’, agora importa garantir que a forma como vão ser disponibilizados responde às necessidades reais das pessoas reais

Os incêndios florestais chegaram em força no fim-de-semana, fizeram vítimas mortais, sete pessoas até agora, das quais quatro bombeiros. Destruíram dezenas de casas e queimaram milhares de hectares de floresta. O Governo resistiu à eventual tentação de ir em pessoa “ajudar” a apagar fogos no teatro de operações, em directo para as câmaras de televisão. E tomou uma decisão rápida, que mostra que está concentrado, desde já, em ajudar quem foi afectado. Essa decisão foi constituir, logo na segunda-feira, uma equipa com elementos dos vários ministérios. O grupo é liderado pelo ministro Adjunto e da Coesão Territorial e foi anunciado numa conferência de imprensa na sede da Protecção Civil, em Carnaxide, ao lado do Presidente da República, onde ninguém escondeu que vinham aí dias difíceis e que o fogo ia continuar a destruir.

A dita equipa multidisciplinar inclui os secretários de Estado da Saúde, Educação, Segurança Social, Habitação, Florestas e Administração Local. E ontem de manhã, menos de 24 horas após ser anunciada, decorreu a primeira reunião em Aveiro entre o ministro e os autarcas. Castro Almeida comprometeu-se com “fundos públicos abundantes” para reconstrução de habitações, infra-estruturas, fábricas, empresas. E é importante dar este sinal, num momento em que muitos estão desesperados. Mas há dois pontos essenciais que a triste experiência que temos com outros incêndios mostra terem grande importância para assegurar que a esta rápida capacidade de reacção se sucede uma resposta eficaz. Em primeiro lugar, o desenho das medidas de apoio. É o adequado? Responde às circunstâncias reais das pessoas e em tempo útil? Nos incêndios de Monchique de 2018, por exemplo, o programa pensado para

quem perdera casas – algumas dezenas de primeiras habitações – ficou “longe de ter colmatado as necessidades”, como constatava, três anos depois, o Tribunal de Contas. Só um quarto das verbas previstas tinha sido contratualizada, mostrou uma auditoria de 2022. Segundo aspecto: há autarcas a queixarem-se de meios de combate às chamas que não chegaram ou chegaram em número insuficiente nos últimos dias – era inevitável, tendo em conta o número de ignições que tivemos, ao mesmo tempo e em todo o lado, ou não? Essa avaliação, que incêndios foram estes, como surgiram, se houve falhas na prevenção (já tínhamos sido avisados de que havia muito a fazer em matéria de gestão florestal) e no seu combate, qual a dimensão da mão criminosa, etc... tem de ser feita e discutida publicamente. Também nos mostra a experiência que temos aprendido alguma coisa com os erros.

CARTAS AO DIRECTOR

Atirar bolas para o quintal

Vivemos todos a “atirar bolas para o quintal do vizinho” para nos tentarmos pôr de lado nestas responsabilidades. Somos todos culpados. É preciso assumi-lo. Portugal está a arder e a culpa é das alterações climáticas. Pois. E de quem é a culpa das alterações climáticas se não dos consumidores. Sou do tempo em que se matavam porcos em casa. Agora, a ASAE não deixa. Quando não havia ASAE e as pessoas cultivavam os porcos em casa, tinham um cartão para os autorizar a ir às matas nacionais apanhar estevas para a cama dos porcos. Agora, porque só há porcos de “aviário”, as estevas estão lá, há anos, e ardem muito bem. Havia ainda quem fosse devidamente autorizado também, pelas matas nacionais, a apanhar os galhos do pinhal para fazer a comida. Agora faz-se a comida com as botijas de gás e os galhos dos pinheiros estão lá há anos e ardem tão bem. Quando havia pastores,

havia cabras que comiam/limpavam as matas nas pastagens. E agora? Quem limpa as matas a pagar mão-de-obra? Nem o Estado limpa o que é dele... O que não vale é “atirar a bola para o quintal dos outros”.
José Rebelo, Caparica

Machados de fogo

Não é tempo de desenterrar machados de fogo, mas lembram-se de quando o PSD considerou António Costa como um “grande ignorante sobre a floresta”? Os sociais-democratas, que tanto criticaram Costa pela falência de um plano anti-incêndio, como vão explicar a actual situação incendiária? O que tem a dizer Luís Montenegro sobre as sucessivas ignições que têm deixado Portugal em polvorosa? Se os sucessivos governos não têm capacidade para elaborar um plano viável, convoque-se especialistas internacionais. Pedir ajuda não é vergonha. Vergonhosa é a politização dos incêndios. Mão pesada para os incendiários.
Ademar Costa, Póvoa de Varzim

Os fogos em Portugal

Os fogos, desde segunda-feira, irromperam desabridamente por todo o lado. As mudanças climáticas não podem explicar a grande quantidade de fogos por todo o país. Estes espoletam porque a grande maioria tem mão criminosa, é fogo posto. Também não podemos esquecer-nos de que existem pessoas que se excitam com a propagação dos fogos e, vai daí, entram em acção. Por outro lado, existem pessoas que não tomam as devidas precauções quando manuseiam objectos igníferos. A comunicação social, mormente a televisão, ao noticiar e divulgar imagens com alarido e exagero, estimula essas pessoas a entrarem em acção. Deveria ser mais comedida e não insistir *ad nauseam* no tema dos fogos. Uma coisa será certa: esta proliferação desmedida de fogos tem origem, maioritariamente, repito, em mão criminosa. Como se pode lutar contra esta praga?
António Cândido Miguéis, Vila Real

O tempo dos incêndios

Com alguma perplexidade, ouvimos dizer a altas autoridades portuguesas que aprendemos, depois de 2017, a combater os incêndios florestais – e pasma-se com o que isto traz de normalidade de uma situação que é, em si mesma, anómala. É que se deveria dizer que desde 2017 (e antes, não?) não aprendemos ainda a evitar os incêndios. Não aprendemos porque ninguém está interessado em aprender. Porque é que não existe uma estrutura implantada no território que, ao logo de todo o ano, vigie e intervenha no estado de limpeza das matas e da sua exploração? Porque ninguém das autoridades e dos governantes está interessado nessa solução. Há muito dinheiro em jogo no combate aos fogos florestais, muitos interesses denunciados há vários anos. É o país que temos e a opinião pública desinteressada de que todos fazemos parte.
Fernando Santos Pessoa

Mais vale prevenir

Como sabemos, a melhor forma de resolver o problema dos incêndios florestais é evitá-los. Ora isso passa, antes de mais, pelo ordenamento do território, começando por um aspecto essencial de que quase não se fala: o direito sucessório implantado em 1863. A partilha das terras em talhões mais pequenos cada vez que há uma herança levou à existência de milhares de parcelas economicamente inviáveis, que agora estão cheias de mato. Quando é que se muda o direito sucessório da propriedade rural? Com ventos de leste fortes e terrenos secos, o combate aos incêndios é difícil. Temos de apostar muito mais na prevenção, pois continuamos a ver povoações sem área de protecção envolvente. Esta incúria da população leva os bombeiros a abandonarem as frentes do incêndio para acorrerem a proteger casas que deviam há muito acautelar a sua própria segurança.
José Cavalheiro, Matosinhos

ESCRITO NA PEDRA

Todo o nosso progresso tecnológico, que tanto se louva, o próprio cerne da nossa civilização, é como um machado na mão de um criminoso Einstein

Uma pessoa do outro lado

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Se está farto de ser atendido pela inteligência artificial, ou por um pobre funcionário obrigado a dar respostas já redigidas; se está farto da automatização de tudo, e anseia por dialogar com uma inteligência humana, exprimindo-se através de uma voz que varia consoante as emoções suscitadas, faça o seguinte: telefone para um pequeno produtor.

O mais das vezes o número de telemóvel que encontrará na etiqueta levá-lo-á ao próprio produtor. E, mais incrível ainda, estando quase em 2025: a pessoa do outro lado também terá vontade de conversar.

Tenho aprendido imenso com estes telefonemas que faço, é verdade, mas sobretudo tenho conhecido pessoas muito engraçadas – um pouco solitárias, talvez – que têm uma visão da vida muito mais pessimista, dramática e desencantada do

que eu alguma vez imaginei possível.

Há 15 dias, estive dez minutos ao telefone a discutir se Portugal era o pior país do mundo para os agricultores ou só o pior dos países que não eram extremamente pobres.

Os agricultores falam do tempo-clima como nós falamos do tempo-vida. Para eles, cada ano é uma vida inteira, com um estojo próprio de esperanças específicas, prontas para desiludir de novas maneiras.

Onde nós vemos um tremoço, onde queremos dar-lhe os parabéns por ter tremoços tão bons, o produtor quer que a gente veja o declínio do Ocidente, e a futilidade do esforço humano, e a gratidão comovente de todos os mamíferos, à excepção do primata tremoceiro.

Conversar é divergir, é tentar convencer, é chocar, é fazer pouco, é ser obrigado a conceder que o outro nunca concordará connosco. É por isso que faz bem.

Um dia estes telefonemas deixarão de ser possíveis: os advogados descobrirão os riscos, os gestores arranjarão maneiras mais eficazes de atender os clientes satisfeitos – “esses não interessam, já estão convencidos!” – e os próprios produtores, vendo que enfrentam mais do que uma chamada telefónica por mês, desistirão alegremente de nos atender.

O NÚMERO

5

Democracia em declínio em quase metade dos países do mundo nos últimos cinco anos, diz o relatório sobre o Estado Global da Democracia 2024

ZOOM HUNGRIA



GERGELY JANOSSY/EPA

Imagem tirada a partir de um drone mostra a aldeia turística de Venek, na margem do rio Danúbio e na fronteira com a Eslováquia, inundada. As fortes chuvas estão a afectar a Europa central e causaram cerca de duas dezenas de mortos

P

publico.pt



Lisboa (sede: editor e redacção)

Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto

Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR

David Pontes

Directores adjuntos

Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira,
Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro

Directora de arte

Sónia Matos

Directora de design de produto digital

Inês Oliveira

Editoras executivas

Helena Pereira, Patrícia Jesus

Editor de fecho

José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactores principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narição Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Anibal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ipsilon** Paula Barreiros, Inês Nadaís (editoras), Pedro Rios (editor Ipsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação** Editorial Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.

Presidente Ângelo Paupério

Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia RH Maria José Palmeirim

Direcção Comercial João Pereira Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente

Leonor Soczka Análise de Dados Bruno Valinhas Marketing de Produto

Alexandrina Carvalho Área de Novos Negócios Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410

Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via

Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital:

Sonaeom, SGPS, S.A. | Publicidade comunique.publico.pt/publicidade |

comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 |

Impressão Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo,

Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa

Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | Distribuição VASP –

Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca,

2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto 19.838 exemplares

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação

expresso no seu Estatuto Editorial [publico.pt/nos/estatuto-editorial](#)

Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para

[leitores@publico.pt](#)

ASSINATURAS Linha azul 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h)

[publico.pt/assinaturas](#) • [assinaturas@publico.pt](#)

Trump, Harris e nós

O Mundo às Avestas



Nuno Severiano Teixeira

Entre os preços do supermercado e a interrupção voluntária da gravidez, passando pelos tiroteios nas escolas, os americanos têm mais com que se preocupar do que com a política externa. Já se sabe: a política externa não dá votos. Mas as decisões eleitorais dos americanos têm um enorme impacto na vida quotidiana de todos nós. E, por isso, nós é que temos de nos preocupar com a política externa americana.

Harris e Trump representam duas Américas opostas. Dois mundos em confronto. E a vitória de uma ou de outro não é indiferente para nós: europeus e portugueses.

Harris significa uma América virada para fora, aberta ao mundo. Significa a continuidade da política externa americana, comum a republicanos e democratas, desde o segundo pós-guerra: a prioridade à liderança internacional dos EUA e à ordem internacional liberal que lideraram no Ocidente, durante a Guerra Fria e no mundo global, no pós-Guerra Fria. Uma ordem

internacional assente em quatro princípios: a economia de mercado e o livre comércio; as alianças militares permanentes; a democracia liberal e os direitos humanos; e o multilateralismo e a uma ordem baseada em regras.

Trump, pelo contrário, significa uma América virada para dentro: “*América First.*” Significa o regresso a essa excepção na política americana que só Jackson, no século XIX, e Trump, no século XXI, perseguiram. A política externa jacksoniana considera os EUA uma “terra prometida”, constantemente ameaçada e que é preciso defender. Ameaçada pelos migrantes, fechando as fronteiras e construindo muros. Ameaçada pela tecnologia asiática e pelos carros europeus, levantando barreiras alfandegárias. Ameaçada por outras culturas, limitando direitos de minorias. O resultado é uma política externa proteccionista, no plano económico, nativista, no plano cultural, iliberal no plano político e, tendencialmente, isolacionista no plano internacional. E quando não isolacionista, sempre sob uma concepção transaccional das alianças e das instituições multilaterais.

O resultado das presidenciais americanas terá um enorme impacto sobre a ordem internacional, a relação transatlântica, a segurança europeia e o “nosso” interesse nacional. Concorde-se ou discorde-se, a vitória de Harris significará a continuidade das posições americanas na ordem internacional e, em particular, a estabilidade

na relação com os aliados europeus. Pelo contrário, uma vitória de Trump significará disrupção e o regresso à política jacksoniana. Na ordem internacional, o abandono da prioridade da liderança mundial e o fechamento dos EUA sobre si próprios tenderia a acelerar o declínio americano e a agravar a crise da ordem multilateral. E como não há vazios na política internacional, a favorecer a emergência de uma ordem internacional pós-democrática, liderada pela China e pela Rússia.

As relações transatlânticas voltariam a conhecer dias difíceis. E não só no plano económico, porque a guerra das tarifas não seria só com a China, mas sobretudo no plano da segurança. Com a obsessão transaccional de Trump e as alianças reduzidas ao deve e haver, o artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte voltaria a estar em causa, a confiança entre aliados em crise



Qualquer crise transatlântica que obrigue Portugal a escolher um dos lados do Atlântico é contrária ao interesse nacional

e a NATO paralisada. As consequências para a segurança europeia seriam pesadas. Trump diz que acabaria com a guerra na Ucrânia mesmo antes de chegar à presidência. Nunca diz em que condições. Para a Ucrânia e para a segurança dos europeus. No momento mais crítico da segurança europeia desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa poderia ver-se, estrategicamente, ameaçada a leste pela Rússia e abandonada a ocidente pelos EUA. Talvez se resolvesse, finalmente, a tratar da defesa a sério.

E no meio de tudo isto onde fica o interesse nacional? Parte do nosso destino está ligada ao destino europeu. Mas há interesses e valores próprios. Como todas as pequenas potências, Portugal tem interesse numa ordem internacional baseada em regras e assente no multilateralismo. É por isso que qualquer crise da ordem multilateral é contrária ao interesse nacional. País europeu, Portugal é, simultaneamente, um país atlântico e interessa-lhe rentabilizar essa dupla pertença. É por isso que qualquer crise transatlântica que obrigue à escolha entre um dos lados do Atlântico é contrária ao interesse nacional. Li a entrevista de um responsável político português que tinha dúvidas entre Harris e Trump. Não vale a pena. A escolha é entre estabilidade e disrupção. Entre centrismo moderado e extremismo radical. Entre salvaguardar ou não o interesse nacional.

Historiador

Vacinar sem hesitar



Manuel Pizarro

O Ministério da Saúde (MS) vai manter para este inverno a estratégia de vacinação contra a gripe e a covid-19 que iniciámos no anterior Governo, com a coordenação do então diretor executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), Fernando Araújo, que permitiu vacinar o maior número de pessoas de sempre numa campanha sazonal. A vacinação decorrerá, de novo, nos centros de saúde e nas farmácias, de acordo com a conveniência de cada pessoa. É uma decisão acertada, perante o sucesso do programa de vacinação no inverno de 2023. Introduz-se, porém, uma discriminação incompreensível contra as pessoas com 85 anos ou mais, que não se poderão vacinar nas farmácias.

Mudar só por mudar, ainda mais sem

qualquer evidência técnica, não serve o interesse público. Na saúde pode mesmo representar um sério retrocesso, como mostra a paralisia do processo de contratação de médicos, após a alteração abrupta e escusada das regras dos concursos.

A vacinação é essencial na defesa da saúde pública. No caso da gripe e da covid-19, permite proteger os mais vulneráveis, em especial pessoas com mais idade ou que sofrem de doenças que diminuem as defesas imunitárias. Importa facilitar o acesso às vacinas e estimular a adesão por parte das populações.

Por isso, em 2023, alargámos muito os locais de vacinação. Além dos centros de saúde, contámos pela primeira vez com as farmácias, sem custos e sem burocracia para as pessoas. Conseguimos cerca de 4000 postos de vacinação, entre unidades de saúde e farmácias, e o exército dos “agentes de saúde pública” foi reforçado com mais de 10 mil farmacêuticos e com milhares de técnicos de farmácia, profissionais com enorme proximidade e capacidade para informar e mobilizar os cidadãos.

Os resultados foram muito positivos. A vacinação contra a covid-19 abrangeu cerca

de 2 milhões de pessoas e contra a gripe quase 2,5 milhões, o maior número de sempre. A cobertura vacinal contra a gripe quase atingiu 80% nas pessoas com 80 ou mais anos de idade e superou os 75% nas pessoas entre os 70 e os 79 anos, acima das metas da OMS e reforçando-nos como país exemplo nesta área.

Entre os portugueses com 60 anos ou mais, dois em cada três receberam a vacina da gripe. Cerca de 70% foram administradas nas farmácias e um pouco mais de 30% nos centros de saúde, o que permitiu que os competentes e dedicados enfermeiros dos cuidados de saúde primários pudessem dedicar-se a inúmeras outras tarefas, nomeadamente vacinar mais de meio milhão de portugueses com menos de 60 anos e com indicação para a vacina.

Como já tinha acontecido no ano anterior, as pessoas residentes em instituições de longa permanência, como sejam os lares ou as unidades de cuidados continuados, receberam uma vacina contra a gripe de dose mais elevada. Essa vacina, que representa um investimento maior para o SNS, confere proteção adicional e o seu uso justifica-se em pessoas com mais idade, em que a resposta imunitária está diminuída e o

risco da doença é superior. Este ano, o MS decidiu, corretamente, alargar o acesso a essa vacina de dose mais elevada a todos os portugueses com 85 anos de idade ou mais. Mas, de forma contraditória, esse é o argumento usado para que estas pessoas deixem de se poder vacinar nas farmácias. Não há, no entanto, nenhum fundamento técnico ou de segurança para esta decisão. Vai tornar mais difícil o acesso à vacinação a quem mais necessita e alimentar o preconceito contra as farmácias como espaços de saúde. Deve prevalecer o princípio de que nunca se perde uma ocasião para chegar a quem beneficia da vacina.

Termino por isso com dois apelos. O primeiro dirigido aos portugueses, para que reforcem a adesão à vacinação que protege a saúde de cada um, da sua família e da comunidade, contribuindo para preservar a capacidade operacional do SNS. O segundo, dirigido ao MS, para que não exclua da vacinação nas farmácias os mais idosos. É uma discriminação que não se justifica e que põe em causa a saúde pública. Vamos a tempo de corrigir este erro.

Médico; ex-ministro da Saúde e deputado do Partido Socialista

Fogos de verão



Maria João Marques

Cada verão deixa-nos com a sensação de que os paliativos podem estar melhor, mas as causas estruturais continuam iguais

Catástrofes naturais são uma maneira de os deuses lembrarem aos humanos a sua vulnerabilidade e pequenez. O fogo, por exemplo. É impossível não nos sentirmos assustados e impotentes vendo floresta, casas, estradas, animais, os pertences mais básicos, os objetos com valor afetivo, as memórias de uma vida, tudo engalfinhado no fogo e transformado em cinzas. E bombeiros arriscando ou sacrificando a vida.

Sucede que os fogos florestais não são exatamente catástrofes naturais. Pelo menos na origem. E a forma como se expandem ou se combatem também não. Respondem a muitos fatores demasiado dependentes da ação e negligência humana. A facilidade com que criminosamente se iniciam fogos florestais, claro, mas não só. A falta de civismo com que se fazem queimadas ou se fuma no meio da floresta quando se medem altas temperaturas. As propriedades pequenas, muitas vezes ainda heranças indivisas, impedindo que se notifiquem os donos e as donas oficiais (pessoas que tantas vezes viveram há algumas gerações) para limpar os terrenos. A burocracia estatal a dificultar, se não mesmo impossibilitar, a divisão de terrenos entre os vários herdeiros. A falta de capacidade ou de dinheiro dos proprietários para limparem, ou mandarem limpar, os terrenos.

A falta de incentivos do Estado central e das autarquias para o aproveitamento económico dos terrenos florestais. A rigidez dos PDM que na maior parte das vezes garantem que os terrenos florestais são só pesos mortos para os proprietários, fonte de despesas e, em inevitável consequência, descuidados. A rigidez de muitos autarcas garantindo que os PDM se tornam dogmas em que não se pode tocar.

(Não se vê só na manutenção de terrenos impossíveis de explorar economicamente, que redundam a seguir em terrenos descuidados e pouco limpos de combustível e, claro, no fim em terrenos propensos a ajudar à expansão dos fogos florestais. A rigidez com que se encaram os PDM também tem sido um mecanismo das autarquias para limitarem a construção para habitação – que tanta falta fez e faz. A rigidez é de tal ordem que nem com o Mais Habitação e o simplex



ADRIANO MIRANDA



Ontem houve Conselho de Ministros. Não se esperava que dele saísse um plano completo de ordenamento estratégico do território inimigo dos fogos florestais. Porém, podia ter sido mais do que um manifesto bem-intencionado

urbanístico – na verdade, o micro-simplex urbanístico – as câmaras municipais libertam terrenos, consagrados para outros fins ilógicos nos PDM, para habitação.)

A legislação absurda impossível de respeitar, fazendo o cidadão mais diligente considerar que se trata de uma piada e, donde, nada é para cumprir. Quem tem uma casa com jardim junto a uma estrada, mesmo se fora de zona de floresta, se levada à letra a legislação, não pode ter arbustos de flores nem árvores a menos de 50 metros da dita estrada. A maioria dos terrenos das casas tem menos de 50 metros. Traduzindo: a lei portuguesa quer-nos todos com descampados ao invés de jardins – que por acaso são necessários aos solos, arrefecem as zonas circundantes (logo, poupa-se energia no arrefecimento das edificações) e, imagine-se, ajudam a transformar dióxido de carbono em oxigénio.

É certo que desde 2017 houve melhorias no combate aos fogos florestais. E não vimos, nestes fogos de setembro de 2024, a catástrofe humana (e organizacional e política) dos fogos de junho e outubro de 2017. Desta vez, a ministra da Administração não se mostrou aos jornalistas a chorar (da primeira leva de mortos) nem deu o ralhete que as “comunidades têm de ser resilientes” (da

segunda leva). O Presidente da República não foi abraçar a mencionada ministra no meio dos escombros do fogo de Pedrógão, como se a política nacional, depois de 60 pessoas mortas, revolvesse à volta das emoções ministeriais. O primeiro-ministro não se apresentou, como nos fogos de outubro, arrogante aos jornalistas quando estes o questionavam sobre as mortes ocorridas. Nem o vimos, como António Costa, então primeiro-ministro há quase dois anos, culpando o Governo anterior. (O que tem piada, vindo do mesmo partido que exige ao presente Governo com quatro meses de idade a solução de todos muitos e volumosos problemas herdados do Governo PS.)

Também não se repetiu a falha de comunicações, o SIRESP a claudicar, o desnorte da polícia. Desta vez, a GNR foi férrea a impedir a circulação em estradas e autoestradas em perigo. Ao invés de não se acionarem preventivamente os meios de combate aos incêndios, como em junho e outubro de 2017 e apesar dos avisos sobre as condições climáticas, passei a tarde de domingo ouvindo na rádio que os bombeiros voluntários haviam sido convocados para os dias seguintes com a combinação maléfica de temperaturas altas e vento. Há mortes a chorar e lamentar (ao tempo que escrevo, sete, incluindo quatro bombeiros), mas não foi a calamidade de 2017.

Houve um caminho feito desde 2017 pelos governos de António Costa na resposta aos fogos florestais – tem de se registar. Vê-se nos números: a partir de 2018 tem diminuído o número de fogos e de área ardida, e não foram as alterações climáticas que se interromperam. Em 2024, até fim de agosto, tínhamos o menor número de fogos florestais e de área ardida da década.

Em todo o caso, cada verão deixa-nos com a sensação de que os paliativos podem estar melhor, mas as causas estruturais continuam teimosamente iguais. Não há reordenamento do território para tornar a floresta um espaço limpo, organizado e apelativo. A última tentativa de que me lembro de tornar a propriedade da área florestal organizada girava à volta de o Estado rapinar os terrenos aos privados (para lhes dar o bom tratamento que oferece ao edificado urbano público, certamente), ao invés de facilitar a divisão de terras pelos proprietários herdeiros, possibilitando vendas, concentrações, arrendamentos. Não há incentivos nem flexibilidade para permitir a exploração económica saudável da floresta. Nunca viria do PS um programa para a floresta que não fosse estatista e conhecemos bem a reputação da eficiência estatal na gestão do património; em boa verdade, não veio nenhum.

Ontem houve Conselho de Ministros. Não se esperava que dele saísse um plano completo de ordenamento estratégico do território inimigo dos fogos florestais. Porém, podia ter sido mais do que um manifesto bem-intencionado de solidariedade e preocupação com as populações afetadas e de promessa de investigação dos possíveis incendiários. Necessário, mas curto.

Economista. Escreve à quarta-feira

Deputados investigam provedores e tutela da Santa Casa desde Santana Lopes

Tomada de posse da nova comissão de inquérito está marcada para hoje. Comissão será presidida pelo socialista Tiago Barbosa Ribeiro e terá uma duração de seis meses

Maria Lopes

Mesmo depois de algumas dezenas de horas de audições sobre a situação económico-financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e as sucessivas equipas de gestão nos primeiros meses do ano, muitas dúvidas subsistiram, essencialmente acerca da responsabilidade das equipas da provedoria e da tutela na gestão dos negócios e do património. Por isso, Chega, Iniciativa Liberal e Bloco de Esquerda lançaram as propostas para a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que acabou por colher o apoio generalizado dos partidos (os textos dos dois últimos até foram aprovados por unanimidade) no final de Junho.

A CPI à gestão da Santa Casa toma posse hoje ao início da tarde e tem um prazo de seis meses para chegar a conclusões – que serão, incontornavelmente, remetidas ao Ministério Público. Vai ser um regresso ao passado da Santa Casa, pelo menos até 2011, quando a instituição era liderada pelo antigo primeiro-ministro e antigo líder do PSD Pedro Santana Lopes, que foi nomeado para o cargo de provedor por Pedro Passos Coelho, já que vai ser esse o campo temporal para o escrutínio da gestão e tutela da instituição. Os três partidos disseram ao PÚBLICO que ainda não têm fechadas as listas de personalidades que pretendem ouvir nem dos documentos que tencionam pedir.

Pouco antes da tomada de posse agendada para as 14h30, os deputados vão discutir e votar os pedidos do Bloco e do PCP para a audição do novo provedor e da ministra na comissão parlamentar de Trabalho e Segurança Social sobre o plano de reestruturação da Santa Casa anunciado na passada semana que implica o despedimento de 207 trabalhadores.

“Queremos investigar a política de recrutamento para a instituição e a organização das chefias; fazer o levantamento das políticas de gestão do património e se esta tem correspondido ao interesse público da Santa Casa, sobretudo numa altura em que aparenta estar a preparar-se um plano de alienação preocupante; e escrutinar os negócios internacionais ruinosos”, descreve o deputado José Soeiro.

“Esta ministra tem uma visão sobre a gestão marcada pela lógica



Governo afastou a anterior provedora, indicada pelo PS, e nomeou há pouco tempo um gestor para a Santa Casa

financeira, em que a boa gestão é a que diminui custos com o pessoal como se esse fosse o principal problema da Santa Casa”, lamenta o bloquista, numa referência ao plano de reestruturação anunciado há dias e que havia sido já um dos elementos de discórdia entre a anterior provedora, Ana Jorge, e a actual ministra. “Os trabalhadores não podem ser responsabilizados pelos actos de gestão” que levaram a instituição à frágil situação financeira em que se

Actual plano de reestruturação da Santa Casa passa pelo despedimento de 207 trabalhadores

encontra, defende José Soeiro.

Uma “situação financeira altamente debilitada que coloca em causa o cumprimento das suas valências sociais” e que advém da responsabilidade de diversas equipas de provedoria mas também, ao que tudo indica, da desresponsabilização da tutela, aponta a liberal Mariana Leitão.

Por isso, a deputada defende ser necessário esclarecer pelo menos duas “questões fundamentais”: as decisões sobre sucessivos negócios em que a Santa Casa se envolveu tanto em Portugal como no estrangeiro, e o nível de responsabilidade da tutela política. No caso dos negócios, seja no estrangeiro ou em Portugal, como o caso da saúde, apostas hípcas ou NFT, será necessário apurar se “as decisões sobre os negócios foram acompanhadas de projectos de investimento, *due diligences*, análise dos parceiros e da sua credibilidade para

perceber o nível de confiança e de rentabilidade que os justificassem”.

No caso da tutela política, a intenção é analisar as decisões de gestão das equipas de provedoria e das empresas participadas e dos sucessivos governantes com a pasta do Trabalho e Segurança Social. “Quem estava na gestão da Santa Casa atira para a tutela governamental e esta diz que não sabia dos negócios e não recebia relatórios. É preciso saber qual o nível de informação e de responsabilidade, porque se tinham conhecimento dos casos e não fizeram nada são tão responsáveis como se não soubessem, porque isso mostra que não cuidaram de saber e acompanhar” uma instituição pela qual são responsáveis, argumenta a deputada da IL.

“Temos muitos responsáveis políticos ligados à SCML durante todo este tempo e cuja actuação irá ser analisada e escrutinada”, para além

da “actuação de muitas empresas e respectivos administradores”, enumera Vanessa Barata, deputada do Chega e coordenadora da sua bancada na CPI, que tem a expectativa de que possam ser “apuradas responsabilidades” nas contas desta entidade pública, na sequência do “processo de internacionalização dos jogos sociais, da criação de várias empresas em vários países do mundo para este efeito” e dos prejuízos avultadíssimos que causaram.

A reestruturação agora anunciada será também alvo de escrutínio, já que “é uma parte indissociável da estratégia de gestão desta entidade e respectivas verbas públicas”, acrescenta a deputada do Chega, que pretende também analisar “o fluxo de pessoal” desde 2011.

O objecto da CPI abrange “o papel e a relação das diferentes tutelas políticas com a SCML” e a “intervenção” de todos os governos desde 2011.

Autarca da Calheta e ex-secretário regional detidos na Madeira

Rui Pedro Paiva

PJ deteve sete suspeitos de crimes como participação económica em negócio ou financiamento proibido de partidos políticos

A Polícia Judiciária (PJ) deteve ontem sete suspeitos de crimes de participação económica em negócio, recebimento ou oferta indevidos de vantagem, prevaricação e financiamento proibido de partidos políticos, na Região Autónoma da Madeira. Entre os detidos, há autarcas, empresários, funcionários públicos, titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos. O presidente da Câmara da Calheta, Carlos Teles, e o antigo secretário regional da Agricultura Humberto Vasconcelos, estão entre os detidos, segundo apurou o PÚBLICO.

No centro da investigação, estarão alegados favorecimentos de empresários a decisores políticos e suspeitas de financiamentos inflacionados com o intuito de beneficiar o PSD. Um dos protagonistas será o empresário Humberto Drumond, que também foi detido.

Segundo apurou o PÚBLICO, as diligências ocorreram em várias empresas, departamentos do Governo Regional e nas câmaras municipais da Calheta e Funchal. As secretarias da Saúde e Protecção Civil, a das Finanças, a dos Equipamentos e Infra-Estruturas e a da Agricultura, Pescas e Ambiente, e a empresa Águas e Resíduos da Madeira foram alvo de mandados de busca e apreensão. José Prada, homem forte de Albuquerque no PSD-M e vice-presidente da Assembleia Regional, foi alvo de buscas.

Humberto Vasconcelos, que também presidiu à Câmara de São Vicente, entrou para o Governo Regional



PJ fez novas buscas na Madeira

pela mão de Miguel Albuquerque quando este assumiu a liderança do executivo em 2015. Vasconcelos é apoiante de Albuquerque desde a

primeira hora, tendo, sido expulso do PSD por Alberto João Jardim na ressaca da disputa interna do partido em 2013. A relação de longa data entre ambos ficou beliscada devido à saída do antigo secretário regional do Governo, em 2023.

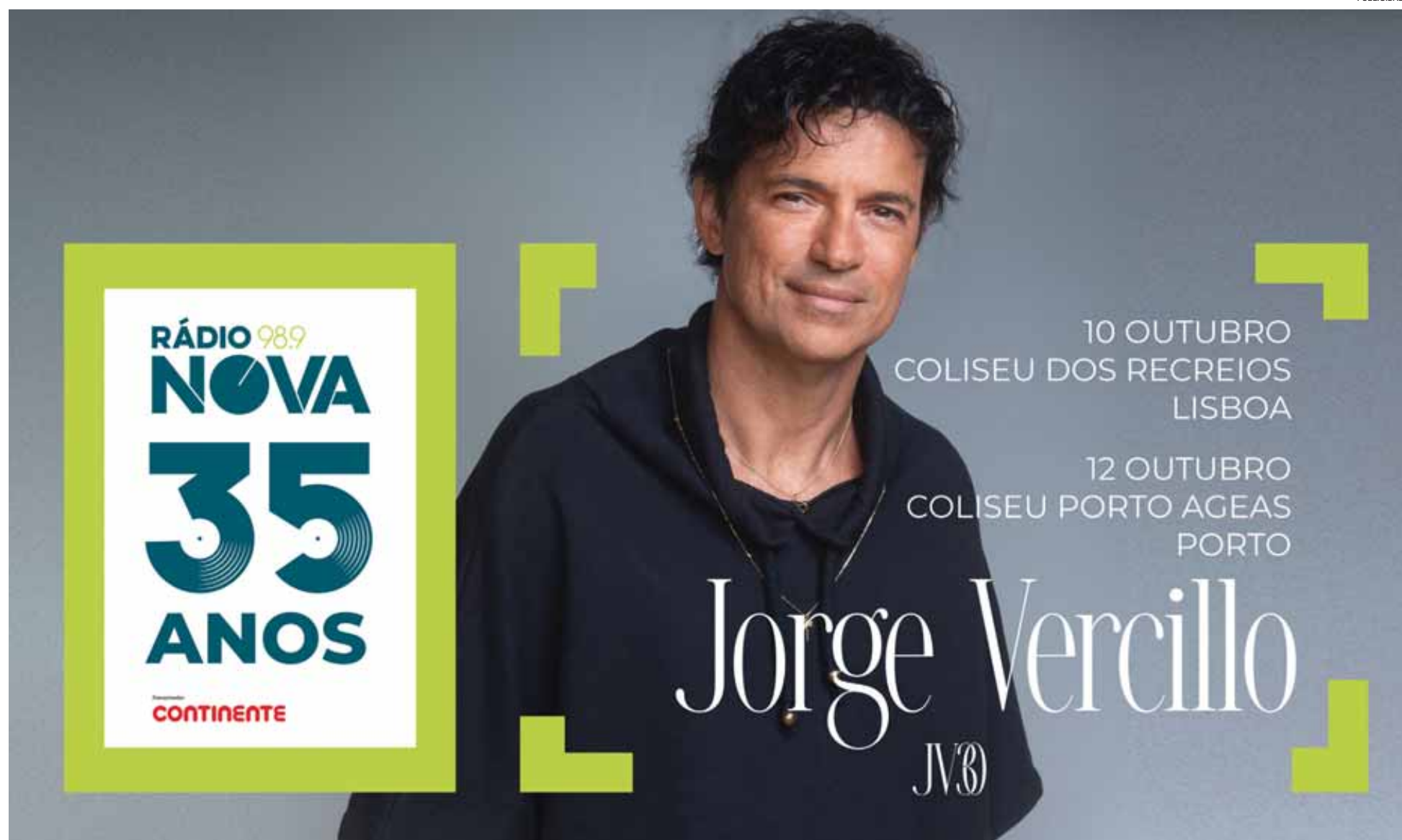
Também o actual presidente da Câmara da Calheta é próximo da liderança do PSD-M e chegou a suspender o mandato de autarca para integrar as listas do partido às regionais de Maio. Um mês antes, em clima pré-eleitoral, a Câmara da Calheta convidou Albuquerque para inaugurar uma obra da autarquia. Carlos Teles explicou, então, que o convite era uma forma de “reconhecer e agradecer todo o trabalho e visão” do líder regional. Em comunicado, a PJ refere que a investigação “sobre condutas consideradas como criminalidade altamente organizada” começou já em 2020. **com Ana Henriques e Joana Mesquita**

João Ferreira volta a ser o candidato da CDU a Lisboa

João Ferreira será candidato à Câmara Municipal de Lisboa nas eleições autárquicas do próximo ano, anunciou ontem a CDU. O actual vereador volta, assim, a protagonizar a coligação encabeçada pelo PCP – que já tinha recusado uma coligação de esquerda em Lisboa para as próximas autárquicas.

Desde 2013 que João Ferreira é o rosto da CDU na capital, assumindo desde então o cargo de vereador da câmara municipal. Membro da comissão política do comité central do PCP, foi eurodeputado e candidato às presidenciais de 2021.

Paulo Raimundo, secretário-geral do PCP, já tinha afastado a possibilidade de o partido integrar uma frente de esquerda na disputa pela Câmara Municipal de Lisboa, sustentando que, a nível de políticas autárquicas, há poucas diferenças entre o Partido Socialista e o PSD.



RÁDIO 98.9
NOVA
35
ANOS
CONTINENTE

10 OUTUBRO
COLISEU DOS RECREIOS
LISBOA

12 OUTUBRO
COLISEU PORTO AGEAS
PORTO

Jorge Vercillo
JVB

Sociedade Início do julgamento está marcado para 15 de Outubro



RUI GAUDÊNCIO

Defesa pede que Salgado seja sujeito a uma nova perícia neurológica mas quer escolher o laboratório onde será feito o exame

Salgado diz que associação criminosa é “fantasia”

Defesa do ex-banqueiro apresentou contestação à acusação onde insiste que cliente não está em condições de ir a julgamento, com início marcado para 15 de Outubro

Mariana Oliveira

“A imputação do ilícito de associação criminosa é uma autêntica fantasia”. A frase é uma das muitas críticas que a defesa do ex-banqueiro Ricardo Salgado dirige ao Ministério Público, nas 841 páginas da contestação que o antigo homem forte do Banco Espírito Santo (BES) apresentou em tribunal, rebatendo ponto por ponto os 65 crimes de que é acusado. O arranque do julgamento está marcado para 15 de Outubro.

Os advogados de Salgado rejeitam que este tenha pago “luvas” a subalternos, garantindo que se tratavam de prémios - habitualmente não declarados - uma prática no Grupo Espírito Santo (GES) desde a década de 90 e que beneficiou muitos profissionais que não foram acusados.

Recusando, como fizera anteriormente, ser o ‘Responsável Disto Tudo’, a defesa de Salgado volta a distribuir responsabilidades, apon-

tando a dois alvos preferenciais: o contabilista Francisco Machado da Cruz, que acusa de ter tentado chantagear a família Espírito Santo, e o Banco de Portugal.

Antes de entrar na substância do processo, os advogados de Salgado insistem que o cliente não está em condições de enfrentar julgamento, pedindo que seja sujeito a uma nova perícia neurológica, que esclareça esta questão. Os defensores sustentam que sujeitar Salgado a um julgamento acarretará uma violação dos direitos humanos. “E, consequentemente, a condenação de Portugal pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos”, antecipam Francisco Proença de Carvalho e Adriano Squillace. No entanto, a defesa não parece querer um qualquer perito determinado pelo tribunal, indicando novamente a unidade de saúde que considera mais indicada para a nova perícia neurológica: o Laboratório de Estudos da Linguagem da Clínica Uni-

versitária de Neurologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, que funciona no Hospital de Santa Maria.

Com um capítulo dedicado a desmontar a acusação de associação criminosa, os advogados realçam que a mesma é “destituída de fundamento de facto e de direito, consistindo numa ficção da acusação/pronúncia, que apenas visou ter um maior impacto mediático para justificar o tempo e recursos empregues durante o inquérito deste processo”.

Outro dos argumentos usados é que o antigo presidente executivo do BES terá investido e adiantado ao seu grupo um total de quase 12 milhões de euros em 2014, o ano em que o banco foi alvo de uma resolução do Banco de Portugal, tendo acabado por perder a totalidade desse valor. “Ora, se tivesse havido uma qualquer resolução de associação criminosa desde 2009 até 2014, o ora arguido certamente não teria arriscado e investido o seu património pessoal no

GES e no BES, porquanto o ‘normal’ é que os agentes do crime conservem para si os proveitos de uma qualquer actividade ilegal e não, inversamente, a exponham ao risco de perda ou se ‘auto-prejudiquem’ a si próprios”, escrevem os advogados.

A defesa contesta ainda a ideia de que Salgado era “uma espécie de ‘dono’ e ‘senhor’ de todo o GES” e afirmam: “Esta teoria acusatória é mais própria de uma história romancada do que da vida real de seres humanos com tempo, capacidade e conhecimentos naturalmente limitados pela sua condição humana”.

841

páginas tem a contestação que o antigo homem forte do Banco Espírito Santo (BES) apresentou em tribunal.

Lembrando que o GES tinha uma parte financeira e outra não financeira, os advogados realçam que as actividades executivas de Salgado estavam concentradas no ramo financeiro do grupo. A defesa replica vários organogramas para demonstrar a complexidade de um grupo que, assegura, era composto por mais de 350 sociedades dispersas por vários continentes. Depois de identificar todos os membros do conselho de administração das Espírito Santo Control e Internacional (ESI), as sociedades que encabeçavam o grupo, a defesa nota que Salgado era apenas administrador não executivo das duas *holdings*.

Negando que Salgado reunisse “em si qualquer gestão ‘centralizadora’”, nem que decidisse “por si só os ‘destinos do GES’”, a contestação alega: “Foi e é uma narrativa oportunista aproveitada por muitos para logarem uma automática ‘ilibação’ dos problemas do GES”.

Salgado rejeita igualmente ter dado instruções ao *commissaire aux comptes* Machado da Cruz para falsificar as contas da ESI, tanto no que diz respeito à ocultação de passivo como à alegada sobrevalorização de parte do activo. “Estas imputações são falsas e infundadas”, realça a defesa.

Num capítulo destinado a descredibilizar o depoimento de Francisco Machado da Cruz, a defesa do ex-banqueiro recorda os vários depoimentos que o contabilista fez perante diferentes entidades e acusa o contabilista de chantagem por causa de uma carta que o seu advogado luxemburguês escreveu à família Espírito Santo, em Julho de 2014.

Na missiva, que a contestação reproduz em parte, o representante do contabilista começa por notar que a reputação do cliente e sua capacidade para conseguir o trabalho “foram, severamente, danificadas por uma calculada campanha de difamação, por certos membros do grupo e da família Espírito Santo”. Refere que por causa disso foi alvo de processos no Luxemburgo e que foi notificado pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal para depor naquele mês. “O meu cliente está, inequivocamente, desesperado com a falta de ajuda financeira e de perspectivas futuras, tendo em conta a destruição da sua reputação na comunicação social e os actos do grupo”, lê-se na transcrição.

A carta continuava: “O Francisco não quer ser obrigado a vir para as luzes da ribalta como testemunha, e muito menos como parte, nos eventuais processos judiciais que poderão vir a ser instaurados (...). O grupo tem de assumir a obrigação de lidar com estes problemas e resolvê-los. E uma destas obrigações é chegar a um acordo com o Francisco, desde logo porque ninguém tem interesse que o meu cliente seja deixado indefeso, por falta de dinheiro”. com Ana Henriques

Episódio de violência extrema em escola da Azambuja tem “potencial traumático”

Cristiana Faria Moreira

Aluno com 12 anos, vestido com colete à prova de bala, atacou seis colegas com faca. Três estão internados. Pode ser afastado da escola

Era dia de regresso às aulas, adiado por um dia porque a Escola Básica da Azambuja fora assaltada durante o fim-de-semana. Depois do almoço, por volta das 14h de ontem, um aluno de 12 anos entrou pela escola de mochila às costas e com um colete à prova de bala vestido (que disse mais tarde ser do pai) e, já na zona das salas de aulas, atacou “indiscriminadamente” com uma faca seis colegas, que têm entre os 11 e os 14 anos. Foi travado por uma auxiliar.

É este o relato feito pelo presidente da Câmara da Azambuja, Silvino Lúcio, que acrescenta que nada fazia prever que este aluno do 7.º ano tivesse uma atitude desta natureza. O Governo e o Presidente da República repudiaram o caso e consideraram-no um “acto isolado”, que merece reflexão. As vítimas estão fora de perigo. O aluno ficou sob custódia da GNR na escola até à chegada da Polícia Judiciária, a quem compete agora investigar o caso.

É um “episódio de extrema violência em contexto escolar, potencialmente traumático”, quer para as vítimas quer para quem o presenciou. “Nestas circunstâncias, é comum que algumas das pessoas que pertencem àquela comunidade possam desenvolver alguma sintomatologia. As pessoas que são mais propícias a que isso aconteça são pessoas que eventualmente já teriam vulnerabilidades prévias ou que estiveram mais expostas à ocorrência, que viram, que conheciam as vítimas”, nota a psicóloga clínica e forense Renata Benavente. Sem esquecer professores, auxiliares e também os pais dos estudantes, que ficarão “angustiadados” com a situação e a questionar se as escolas são sítios seguros para os seus filhos.

Por isso, é agora importante que estas pessoas sejam “rastreadas” para perceber que impacto é que o ataque teve nelas do ponto de vista emocional. E lembrar que “estes fenómenos são raros e que as crianças nos ambientes escolares estão realmente protegidas”.

Processo “complexo”

O que se segue agora é um processo “complexo”, que passará por “avaliações periciais deste agressor, para



Escola Básica da Azambuja, onde o ataque ocorreu, é frequentada por 450 alunos até ao 7.º ano

se perceber exactamente o contexto de comportamento violento e serem enquadradas as medidas mais adequadas”, nota Renata Benavente.

Para a psicóloga clínica e forense,

“A situação deve ser apurada e merece não só a condenação, como a reflexão sobre a necessidade de educar para a paz”

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República



dada a idade da criança, “há mecanismos legais que, na verdade, se sobrepõem àquilo que pode ser a decisão da escola”. “Se o jovem for sujeito a uma medida no âmbito da

“Foi um acto isolado e estranho à sociedade portuguesa, mas deve fazer reflectir

Luís Montenegro
Primeiro-ministro

lei tutelar educativa – e temos um espectro vasto de medidas que podem ser aplicadas pelos tribunais –, há um peso importante do sistema judicial e da justiça na decisão.”

Não se sabe ainda o que terá motivado este episódio. Sem se referir ao caso específico, a psicóloga admite que, tendo em conta a idade, possa estar associado a questões de natureza cognitiva, a “uma dificuldade em compreender as consequências dos seus actos e a questões que se prendem com uma maior impulsividade e dificuldades na regulação emocional”. “Há uma contrariedade e a criança ou jovem não tem capacidade para gerir essa insatisfação e opta por mecanismos mais primários.”

Além disso, alerta que não se pode negligenciar que possam ser comportamentos por imitação. “A divulgação, nomeadamente pela comunicação social, de episódios destes, de violência praticada com recurso à arma branca, pode potenciar um comportamento de imitação”, avisa. O facto de o aluno ter chegado à escola com um colete à prova de bala poderá ainda indicar que possa ter havido “alguma preparação, algum pensamento prévio”.

A psicóloga reforça que será essencial fazer uma avaliação específica das circunstâncias da ocorrência, do

perfil do agressor e das suas motivações para actuar no sentido da sua reintegração. “Temos aqui um jovem ainda com um potencial e um percurso pela frente que tem de ser acautelado.”

Rever o Estatuto do Aluno

O presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (Andaep), Filinto Lima, fala “numa situação inédita” nas escolas portuguesas. Não é ainda conhecida que medida educativa será aplicada ao aluno, mas o director refere que, de acordo com o Estatuto do Aluno, o agressor poderá ser suspenso e ver-lhe instaurado um processo disciplinar que poderá ditar a sua transferência de escola ou mesmo expulsão. Além disso, realça, o caso terá de ser comunicado à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e ao Ministério Público. O PÚBLICO questionou a Procuradoria-Geral da República sobre se foi já aberto um inquérito, mas não recebeu resposta.

Filinto Lima lembra a necessidade de rever o Estatuto do Aluno. “É muito burocrático, tem diligências como se as escolas fossem verdadeiros tribunais, prazos que temos de cumprir, e uma instrução de um processo que devia ser feito por um advogado – e nós nas escolas não temos advogados. Isso é feito por um professor.”

O director escolar sublinha ainda a necessidade de ser acautelado apoio psicológico para a comunidade escolar, apelando também aos pais que estejam atentos aos comportamentos dos filhos. “É um caso isolado, mas temos de estar atentos, vigilantes, sermos mais proactivos e tentar que estas situações não sucedam. Não podemos facilitar. É importante que os pais estejam atentos aos comportamentos em casa e haja uma parceria com as escolas.”

Dois feridos com alta

Uma menina de 12 anos ficou ferida com alguma gravidade, tendo sido transportada para o Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Apesar dos ferimentos na zona do tórax e da cabeça, não corre risco de vida. Três meninas e um menino deram entrada no Hospital de Vila Franca de Xira com cortes no tronco, nos braços e nas pernas, ferimentos considerados ligeiros. Duas meninas tiveram alta ao final da tarde. As outras duas vítimas mantêm-se em vigilância. Hoje, as aulas vão decorrer normalmente, sendo a escola frequentada por 450 alunos, até ao 7.º ano.

Só 11% dos imigrantes usaram a manifestação de interesse para se regularizarem

Joana Gorjão Henriques

Em 2023, foram concedidas quase 329 mil autorizações de residência, mas a esmagadora maioria foi ao abrigo do novo visto CPLP

Apesar de o fim da manifestação de interesse ter sido uma das bandeiras do Governo PSD para controlar a imigração “irregular”, esta via só representou cerca de 11% das autorizações de residência concedidas a estrangeiros no ano passado. Em Junho, num prazo-relâmpago, o Governo anunciou o fim desta modalidade de regularização de estrangeiros ao abrigo dos artigos 88.º e 89.º da lei de estrangeiros que já estavam a trabalhar e a descontar para a Segurança Social, por considerar que permitia entradas “sem regras”.

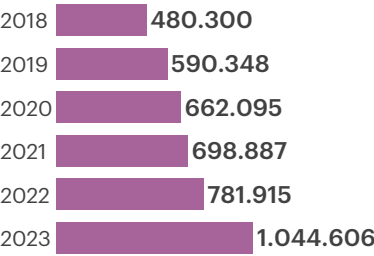
Os dados que constam do relatório que acaba de ser publicado pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), relativos a 2023, mostram, porém, que esta não foi, de todo, a via mais utilizada pelos imigrantes na atribuição de 328.978 novos títulos. A esmagadora maioria das concessões de autorização de residência foi feita ao abrigo do novo visto CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), que representou quase 150 mil títulos, ou seja, 45% do total. Nestes vistos, os cidadãos do Brasil foram os que mais vistos CPLP receberam – 108.232, ou seja, 72%.

Os vistos CPLP apenas permitem aos seus titulares circular em Portugal – o Governo anunciou que iria estendê-los ao espaço Schengen, mas ainda continua por operacionalizar essa medida. Recentemente, a AIMA emitiu um aviso a informar que, apesar de os vistos que expiraram em Fevereiro de 2020 estarem válidos até fim de Junho de 2025, essa prorrogação “é circunscrita a Portugal”. “A entrada e circulação noutra Estado Schengen continua a estar sujeita ao cumprimento das condições consagradas no Código de Fronteiras Schengen”.

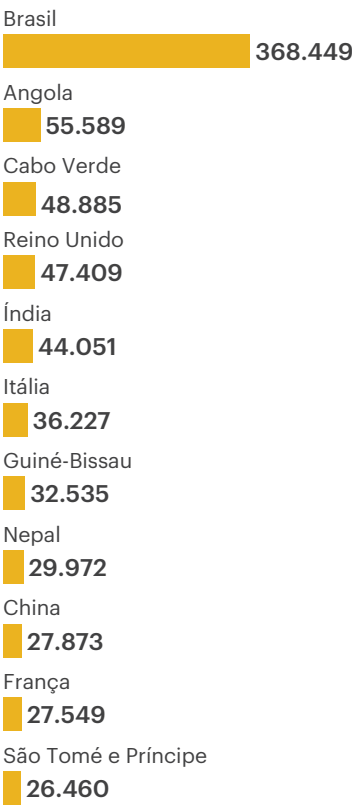
O segundo motivo que gerou mais concessões de autorização de residência, mas com muito menos expressão (39.118 concessões), foi o certificado de residência de cidadão da União Europeia. A manifestação de interesse ao abrigo do artigo 88.º (número dois), que ocupou o terceiro lugar, representou 32.087 títulos (houve ainda 3492 ao abrigo da manifestação de interesse do artigo 89.º), ou seja, no total, foram concedidos cerca de 35.500 novos títulos ao abrigo da manifestação de inte-

Fluxos migratórios em Portugal em 2023

Evolução de estrangeiros residentes

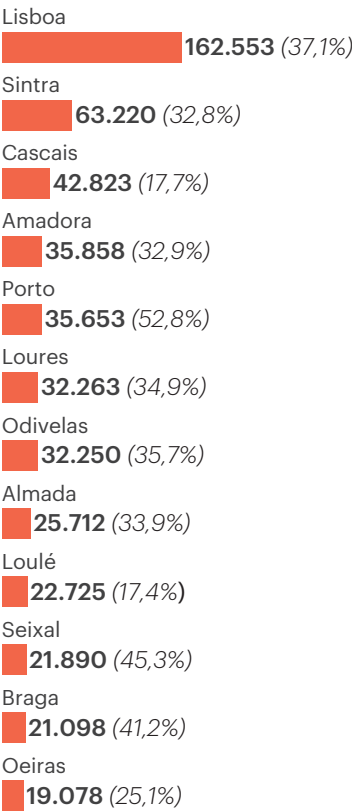


Nacionalidades mais representativas



Residentes por concelho

Número de estrangeiros (% da variação face ao ano anterior)



Nacionalidades mais representativas

Concessões AR Investimento



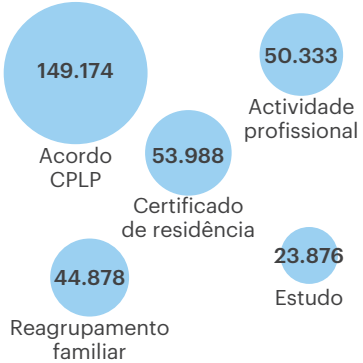
Fonte: Relatório de Migrações e Asilo, da Agência para a Integração, Migrações e Asilo

Os cidadãos brasileiros foram os que mais obtiveram a nacionalidade portuguesa (26.591), seguidos de Israel (8142), por via da lei que facilitava a atribuição da nacionalidade a descendentes de judeus sefarditas

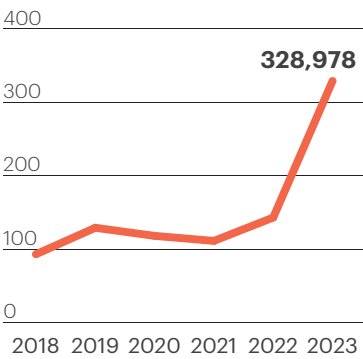
resse. No ano anterior, em 2022, quando ainda não havia visto CPLP, a manifestação de interesse ao abrigo do artigo 88.º ficou no topo (com 36.590 títulos).

Em quarto lugar do ranking dos motivos de concessão aparece o cartão de residente a familiar do Cidadão da União Europeia, de um nacional de Estado Terceiro, com 14.526; segue-se o reagrupamento familiar a cidadãos que entraram legalmente em Portugal com cerca de 12.800 concessões (a estes juntam-se 7248 concessões para reagrupamento familiar a membros da família que estavam fora do país, ou seja, antes de entrarem). Já em relação aos estudantes do

Motivos mais relevantes na concessão de novos títulos de residência



Concessões de títulos de residência



(27.873), França (27.549) e São Tomé e Príncipe (26.460).

Entre este mais de um milhão de cidadãos, há 80,5% potencialmente activos (53% são homens) e destaca-se a faixa etária dos 25 aos 44 anos (com 532.214 cidadãos). As crianças e jovens dos zero aos 19 anos têm um peso de 11,6%, e a população com mais de 65 anos não chega aos 8%, mostra este relatório que vem na sequência do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) publicado todos os anos pelo extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Já em relação à distribuição geográfica são os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa onde se concentra mais população – 436.277 (41,8%).

Do total de estrangeiros residentes, uma pequena percentagem – 0,06%, ou seja, 651 pessoas – teve um processo de contra-ordenação por permanência ilegal. Diminuiu também de 1088 para 658 o número de notificações para abandono voluntário do país. Já em relação aos “vistos gold” – vistos para investimento que têm de obedecer a regras –, foram 2901, com os cidadãos dos EUA (567) a liderarem a tabela. Seguiram-se chineses (306), britânicos (234), brasileiros (219) e indianos (199). Porém, mais de metade destes (1554) foi para reagrupamento familiar.

Também nos pedidos de asilo houve um aumento de cerca de 35% em relação a 2022 (2693 versus 1991) – nestes dados estão incluídos os pedidos referentes ao mecanismo de recolocação no âmbito dos compromissos com a UE. Só 620 destes foram pedidos nos postos de fronteira, ou seja, a maioria apresentou pedido já em Portugal (2037). Do total, 51,3% eram originários de África e cerca de 30% da Ásia. Foram cidadãos do Afeganistão que lideraram a lista (com 330 pedidos), seguidos da Gâmbia (com 316), Colômbia (253), Senegal (197) ou Angola (155). Já os pedidos feitos por menores acompanhados diminuíram 28,4% (de 126 para 81).

O relatório mostra que houve uma descida do número de pedidos de nacionalidade – de 74.506 para 66.943. Deu-se despacho a 55.784 pareceres, com apenas 920 negativos; do bolo total, um terço pediu por naturalização em virtude do tempo de residência em Portugal e um quarto por atribuição originária. Os cidadãos brasileiros foram os que mais obtiveram a nacionalidade portuguesa, com 26.591, seguidos de Israel com 8142 (por via da lei que facilitava a atribuição da nacionalidade a descendentes de judeus sefarditas), Cabo Verde (3112), Angola (2124) e Nepal (1625).

PÚBLICO

Medidas para a comunicação social incluem apoios à imprensa local

Carolina Amado

Carlos Abreu Amorim, secretário de Estado adjunto e dos Assuntos Parlamentares, diz que plano está para breve

O Governo vai apresentar “nos próximos dias” um plano para a comunicação social, que incluirá apoios aos “órgãos da imprensa local e regional”, anunciou ontem o secretário de Estado adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Carlos Abreu Amorim, na conferência do PSuperior sobre o tema “Dos direitos de autor à crise da imprensa”.

Ainda antes da garantia de apoio à imprensa local, dada pelo representante do Governo, o tema foi inaugurado por Pedro Jerónimo, investigador na Universidade da Beira Interior. Dos 308 concelhos portugueses, “54% encontram-se ou em deserto de notícias, ou em semideserto, ou estão ameaçados”, disse, citando o relatório *Desertos de Notícias Europa 2022*, de que é co-autor.

Ao falar de deserto de notícias, refere-se a concelhos que “não têm cobertura noticiosa satisfatória ou



PSuperior debateu os direitos de autor e a crise na imprensa

frequente”. “Um quarto dos concelhos em Portugal não tem qualquer meio de comunicação social” local, acrescentou. “Não posso conceber que um governo local exista sem uma comunicação social local e regional que faça o papel de crítica, de crivo da opinião pública assente em critérios jornalísticos e numa lógica de direitos de autor”, considerou Carlos Abreu Amorim.

Uma das propostas a serem apresentadas em breve pelo Governo ao

Parlamento será a alteração do artigo 56.º do regime jurídico das autarquias locais para clarificar a obrigação da publicação nos jornais locais e regionais das deliberações autárquicas.

“É um regime jurídico com 11 anos. Porque é que essa determinação nunca foi cumprida?”, questionou. “A norma como está construída dificulta a sua execução. Vamos clarificá-la através de uma revisão legal e fazer a necessária regulamentação para que exista a lógica da publicidade e da

transparência inerente às decisões dos órgãos locais. Por consequência, teremos o efeito positivo de estabelecer um apoio aos órgãos da imprensa local e regional.” Carlos Abreu Amorim indicou apenas que o Governo tem um plano com “muitas outras medidas” que, considera, serão um “bom contributo” para o sector.

Esse “plano estratégico”, elaborado com o apoio consultivo da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, deverá ser desvendado em poucos dias. Em paralelo, continuará o trabalho da Estrutura de Missão para a Comunicação Social, entidade criada em Agosto para “assegurar a coordenação da execução e a monitorização das políticas públicas” de apoio aos *media*.

Para já, não há planos para uma revisão da lei sobre direitos autorais, uma vez que o Governo se revê na transposição das directivas europeias sobre direitos de autor para a legislação nacional feita pelo anterior executivo, adiantou Carlos Abreu Amorim. Já quanto à legislação na área da comunicação social, o secretário de Estado deixou em cima da mesa a sugestão de uma “revisão profunda” da lei: “A Internet deixará de estar fora do quadro legislativo.”

Concurso de professores abre hoje com 2309 vagas

Em causa estão 23 quadros de zona pedagógica (QZP) com maior falta de docentes em Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve

O novo concurso extraordinário de vinculação de professores vai contar com 2309 vagas, mais de metade para um único quadro de zona pedagógica, que abrange as escolas da Grande Lisboa. De acordo com uma portaria publicada ontem em *Diário da República*, o concurso, que será lançado hoje, conta com 2309 vagas distribuídas pelos 23 quadros de zona pedagógica (QZP) com maior carência de professores, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Mais de metade das vagas é para o QZP que abrange os concelhos de Vila Franca de Xira, Loures, Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Odivelas e Lisboa, com 1298 lugares de quadro disponíveis, que representam cerca de 56% do total. A sul do Tejo, os restantes concelhos da Área Metropolitana de Lisboa vão contar com 360 vagas, para uma área que vai desde Almada a Setúbal, seguindo-se o QZP que abrange os concelhos de Monchique, Portimão, Lagoa e Silves com 67 vagas.

Entre as zonas mais carenciadas, destacam-se também os concelhos de Albufeira e Loulé, com 52 vagas, Rio Maior, Santarém, Azambuja, Cartaxo e Alenquer, com 51 vagas, e Grândola, Santiago do Cacém e Sines, com 47 vagas.

Por grupo de recrutamento, há 11 disciplinas com mais de uma centena de vagas, quase todas para professores que dão aulas ao 3.º ciclo e ensino secundário. Depois do grupo de recrutamento de Educação Especial, que conta com 222 lugares de quadro, seguem-se as disciplinas de Informática (193 vagas), Matemática (186 vagas) e Português (166 vagas).

Inglês, Geografia, Física e Química, Biologia e Geologia, e História estão também entre as disciplinas com maior falta de professores.

O novo concurso, que o Governo antecipa que possa ficar concluído até Novembro, procura resolver as falhas identificadas no concurso de vinculação extraordinário realizado pelo anterior executivo, que deixou 3000 horários sem professor, 19.000 professores sem colocação e 1600 sem horário. Poderão candidatar-se apenas os professores contratados e com habilitação própria. **Lusa**

Militar do Exército morreu em Santa Margarida após indisposição durante um treino colectivo

Sérgio B. Gomes

Segundo-sargento sentiu-se “indisposto” e pediu ajuda “a um camarada que estava ao seu lado”. INEM ainda tentou reanimação

Um militar morreu ontem durante um treino no Campo Militar de Santa Margarida, no município de Constância. A informação foi avançada através de um comunicado do Exército, que refere que o segundo-sargento Diogo Catroga Duarte morreu durante a manhã depois de “uma indisposição sentida durante uma actividade de treino físico, integrada no treino operacional”.

O Exército afirma ter accionado “de imediato” o apoio psicológico para a família do militar e avança ainda ter aberto “um processo de averiguações, tendo em vista o apuramento das causas do sucedido”.

Na segunda-feira, ao início da tarde, um outro militar da Força Aérea morreu na base aérea de Maceda, em Ovar, distrito de Aveiro, após ter sido atingido por um pneu de um helicóptero, que estava a ser rebocado em terra, segundo informação dos Bombeiros de Esmoriz. A Força Aérea abriu uma investigação ao sucedido.

O comunicado do Exército não especifica a idade do militar nem o tipo de exercício durante o qual aconteceu a morte de Diogo Catroga Duarte em Santa Margarida.

Contactado pelo PÚBLICO, o porta-voz do chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), o tenente-coronel Helder Parcelas, afirmou que o Exército pretendia manter alguma reserva sobre esta informação. Ainda assim, adiantou que o militar tinha “entre 25 e 30 anos” e que fazia parte do quadro permanente daquela estrutura militar.

Segundo a mesma fonte, o segun-



Militar que morreu tinha “entre 25 e 30 anos” e fazia parte do quadro permanente do Exército

do-sargento sentiu-se “indisposto durante um treino colectivo” que começou por volta das 9h00 e pediu ajuda “ao camarada que estava mais próximo” por volta das 9h30.

Perante o sucedido, foi accionada uma ambulância do INEM, tendo sido feitas manobras de reanimação no local. Foi a equipa de emergência médica a declarar o óbito do militar, cerca das 11h00. O PÚBLICO tentou saber mais detalhes sobre esta “indisposição”, mas o porta-voz do Exército remeteu essas informações para o processo de averiguações interno que está a decorrer e para a autópsia que vier a ser feita ao corpo do militar.

Porto tem mais do que um AL por cada dois turistas que recebe por dia

Na Assembleia Municipal, Rui Moreira disse existir na cidade 14 mil turistas por dia. Registos de alojamentos locais estão nos 10.301. Autarca considera haver ainda poucos turistas. CDU questiona números

André Borges Vieira

Rui Moreira chegou na segunda-feira à noite à primeira Assembleia Municipal depois das férias com números. Segundo dados que trouxe do último Conselho Municipal de Economia, que decorreu a 11 de Setembro, no Porto, por dia, andam 14 mil turistas. No mesmo fórum, há quem se queixe da pressão causada por quem vem passar férias à cidade. O presidente da Câmara do Porto, pelo contrário, entende que a quantidade de visitantes é baixa, face aos “cerca de 240 mil habitantes da cidade” e às “140 mil pessoas” que representam deslocações pendulares. O número de turistas do Porto que apresenta, considera, desfaz “um mito urbano” de que há turismo a mais na cidade.

Só que nem todos entendem que continue a sobrar espaço para que o turismo cresça. E, para alguns, estes números parecem não fazer sentido. Numa “conta de merceiro”, o deputado comunista Rui Sá recorre ao valor arrecadado pela autarquia através da taxa de turismo para pôr em causa o número de turistas diários na cidade apresentado por Moreira.

“Há aqui qualquer coisa que acho que não bate certo. Porque se temos 18 milhões de euros de taxa turística [considerando 2 euros por dia], dividindo 18 milhões de euros por 365 dias de um ano, isso dará à volta de 27 mil dormidas por dia e não esses 14 mil turistas”, afirma durante a sua intervenção, em resposta aos números apresentados pelo presidente da câmara.

O deputado eleito pela CDU, admitindo poder não estar a interpretar da melhor forma o “conceito de turista”, fazendo boa-fé dos números apresentados, volta a recorrer à matemática para questionar o entendimento de Rui Moreira sobre a capacidade da cidade para receber ainda mais turistas. Desta vez, para indagar sobre o número de registos que existem para alojamento local (AL).

“Até domingo, na cidade do Porto, tínhamos 10.449 registos de AL de estabelecimentos. Se temos 14 mil turistas por dia já temos alojamento local a mais,” afirma, partindo do princípio de que há pessoas “que não chegam sozinhas” e que há outras a “dormir em hotéis”. Esta



MANUEL ROBERTO

No Porto, há 14 mil turistas por dia, segundo dados apresentados no Conselho Municipal de Economia

Porto impediu corte do túnel do Campo Alegre, mas perde 30 árvores

Quando se estava a preparar a intervenção para construir a Linha Rubi da Metro do Porto, o município colocou uma condição da qual não abdicou: as obras não poderiam levar à interrupção da circulação no túnel do Campo Alegre. Para cumprir a exigência, a Metro do Porto teve de alterar o projecto e remover um acesso à futura estação do Campo Alegre, do lado da Faculdade de Letras. Agora, sabe-se também que o desvio de trânsito que serve de alternativa ao corte do túnel vai levar ao abate de 30 árvores.

O número foi avançado pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, na Assembleia Municipal de segunda-feira à noite.

Questionado pela representante do Bloco de Esquerda, Susana Constante Pereira, a propósito do corte de 99 árvores naquela zona noticiado pelo PÚBLICO, o autarca respondeu que “o desvio temporário da via não custa” 99

árvores. “Custará, no máximo, 30 árvores”, disse.

Em Julho, a Metro do Porto deu entrada na autarquia com um pedido de abate de 99 árvores, um número muito superior às 38 inicialmente indicadas na Avaliação de Impacte Ambiental, ainda que a conta fosse indicativa. Ao PÚBLICO, a Metro do Porto explicou a diferença com a incorporação de “alterações relativas aos desvios de trânsito que asseguram a



fluidez do trânsito e evitam o encerramento temporário de vias rodoviárias no túnel do Campo Alegre, como acordado com a Câmara do Porto”. Notava ainda que o parecer de avaliação de impacte ambiental “foi emitido sobre o estudo prévio, como sempre sucede”.

Na Assembleia Municipal, Rui Moreira voltou a defender a posição de impedir o encerramento do túnel do Campo Alegre, “uma entrada e saída fundamental da cidade do Porto” e lamentou que a autarquia não tenha sido tida nem achada antes da emissão da decisão de impacte ambiental.

Apesar da dimensão do abate, o autarca diz que está prevista a plantação de 187 árvores, como medida compensatória. Reconhece, porém, que vai levar anos até que estas tenham uma dimensão semelhante. Para a instalação da Linha Rubi, vão ser abatidos carvalhos, tílias, álceres, plátanos e outras espécies.

relação de valores revela que, em média, para cada par de turistas, há mais do que um AL disponível.

Regulamento suspenso

Outra questão que levanta passa pelo regulamento municipal para o alojamento local, que está suspenso. Esta circunstância, entende, poderá fazer com que os números de registos aumentem: “Temos *numerus clausus* que podem chegar aos 24 mil AL no Porto.” Um número que considera “extremamente elevado”. Por isso, apesar de o actual Governo ter invertido a política do executivo de António Costa na matéria de restrições de novos registos de AL, questiona se a Câmara do Porto vai retomar o regulamento municipal, impondo que em determinadas freguesias não seja possível licenciar novos registos.

Recorde-se que o regulamento que tinha sido aprovado pelo executivo municipal, apesar das várias excepções que existiam no mesmo documento, previa restrições a novos registos em zonas mais fustigadas pelo AL, nomeadamente na zona histórica.

Na segunda-feira, o *site* do Registo Nacional de Alojamento Local, indicava que o Porto tem 10.301 registos de AL. Desde o início do ano, mais 188 se juntaram à lista. Em 2023 houve 862 registos. Desde o início da pandemia, em Março de 2022, quando a proposta de regulamento municipal para alojamento local foi posto pela primeira vez na gaveta, foram aceites mais 2686 registos.

Rui Sá afirma que o AL no Porto representa “7,3% dos fogos existentes” na cidade. “Se cumpríssemos os *numerus clausus*, iríamos para os 17,6%”. Dos registos feitos em 2024, “70% correspondem às freguesias do centro histórico”, assinala.

Rui Moreira respondeu ao deputado comunista para contrariar a percentagem que apresentou. “Há 3,3% de habitação em regime AL”, afirmou. A propósito dos 14 mil turistas, diz existir uma distinção entre turistas e pessoas que pernoitam na cidade. “Os 14 mil são os turistas que permanecem na cidade. Há muitos que dormem mas não estão na cidade durante o dia”, justifica Rui Moreira. Sobre a possibilidade de este executivo poder recuperar o regulamento municipal para o alojamento local nada respondeu.

Hezbollah acusa Israel de estar por trás da explosão de *paggers* no Líbano

Entre os feridos nas explosões de centenas de *paggers* estão o embaixador do Irão em Beirute e alguns líderes do movimento xiita libanês. Pelo menos nove pessoas morreram e 2750 ficaram feridas

Sofia Lorena

Centenas de membros do Hezbollah ficaram feridos depois da explosão dos *paggers* que os combatentes usam para comunicar, no que está a ser descrito como um ataque lançado por Israel na tarde de ontem. De acordo com o Ministério da Saúde do Líbano, há pelo menos nove mortos (o Hezbollah refere três, incluindo dois dos seus membros e uma menina de dez anos que morreu quando o *pager* do pai explodiu) e 2750 feridos, entre eles está o embaixador do Irão no país.

Explosões quase simultâneas ocorreram em Beirute, num bairro dos subúrbios da capital libanesa considerado um bastião do movimento xiita apoiado pelo Irão e na província do Monte Líbano, mas também há relatos de membros do Hezbollah feridos em Damasco, a capital da Síria. Segundo a agência Reuters, meia hora depois das primeiras detonações ainda se ouviam explosões em Beirute.

A televisão saudita Alhadath avançou que vários líderes de topo do Hezbollah e os seus conselheiros foram feridos. De acordo com a agência de notícias iraniana Mehr, um dos feridos é o embaixador iraniano no Líbano, Mojtaba Amani.

O ministro da Informação libanês, Ziad Makary, citado pela Al-Jazeera, condenou a “agressão criminosa de Israel” contra a soberania do país e disse que os “crimes” cometidos são da “responsabilidade da comunidade internacional”.

Em declarações à Reuters, um líder do Hezbollah disse que se tratou da “maior falha de segurança até à data” desde que o grupo libanês e Israel começaram a atacar-se mutuamente, depois dos brutais ataques do Hamas contra comunidades israelitas e do início da devastadora guerra de Israel contra a Faixa de Gaza, a 7 de Outubro do ano passado.

Num comunicado, o Ministério da Saúde referiu “um grande número de feridos” em todo o país e pediu aos libaneses para se afastarem dos aparelhos de comunicação ligados à Internet. O ministério também apelou aos médicos e enfermeiros que não estivessem a trabalhar para se dirigirem aos respectivos hospitais, e unidades de saúde pediram doações de sangue.

Responsáveis de segurança libane-



Os *paggers* terão sido pirateados de forma a levar as suas baterias de lítio a explodir

ses citados pelo serviço árabe da Sky News e pelo canal Alhadath diziam que Israel conseguiu piratear os *paggers* usados pelos operacionais do Hezbollah e fazê-los explodir. Ainda segundo a Reuters, que cita “três fontes de segurança”, os *paggers* eram

O ministro da Informação libanês, Ziad Makary, citado pela Al-Jazeera, condenou a “agressão criminosa de Israel” contra a soberania do país

de última geração e tinham sido adquiridos recentemente.

O líder do Hezbollah, xeque Hassan Nasrallah, pediu recentemente aos seus combatentes para deixarem de usar *smartphones* precisamente porque Israel dispõe da tecnologia para os piratear, recordava a correspondente da Al-Jazeera em Beirute, Zeina Khodr. “Por isso, agora recorreram a este sistema de comunicação diferente, utilizando *paggers*, e parece que foram infiltrados”, disse. Alguns analistas fazem notar que o grupo sempre usou este tipo de aparelhos para evitar que as suas comunicações fossem interceptadas.

Um responsável do movimento disse que as explosões foram o resultado de “uma operação de segurança que visou os dispositivos” e que “o inimigo está por trás deste incidente de segurança”, escreve o diário israelita *The Times of Israel*. O

mesmo responsável explicou que os novos *paggers* do Hezbollah têm baterias de lítio, que terão explodido.

De acordo com outro funcionário, citado pelo *Wall Street Journal*, alguns membros do Hezbollah sentiram os aparelhos a aquecer e desfizeram-se deles antes das explosões.

As Forças de Defesa de Israel (IDF) avisaram as autoridades do Norte do país sobre “a possibilidade de uma escalada” na sequência das explosões no Líbano, mas ainda não tinham sido dadas indicações específicas aos civis. Na cidade de Shlomi, o chefe do conselho local adiantou-se e pediu aos residentes para se manterem junto dos abrigos “devido à situação de segurança excepcional que se vive”.

Ao início do dia de ontem, o Governo de Benjamin Netanyahu actualizou os objectivos oficiais da guerra para incluir o regresso das 60 mil

pessoas obrigadas a deixar as suas casas por causa da violência no Norte, acrescentando-o à destruição do Hamas e ao regresso dos reféns.

Horas antes do ataque coordenado contra o Hezbollah, o Shin Bet (agência de segurança interna) disse ter evitado uma tentativa do movimento libanês de assassinar um antigo alto funcionário da segurança israelita, com uma bomba detonada à distância, um ataque que estaria previsto para os próximos dias.

Stephane Dujarric, porta-voz do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, mostrou-se preocupado com mais este desenvolvimento no Médio Oriente. “Posso dizer-vos que estes desenvolvimentos são extremamente preocupantes, especialmente tendo em conta que isto está a acontecer num contexto que é extremamente volátil”, afirmou o porta-voz.

Macron enfrenta processo de destituição na Assembleia Nacional francesa

André Certã

Moção apresentada pela França Insubmissa passou a primeira etapa no Parlamento. Governo deve ser revelado até domingo

A moção apresentada pelo partido de esquerda França Insubmissa que deu início a um processo de destituição do Presidente francês, Emmanuel Macron, por não ter nomeado a candidata Lucie Castets da Nova Frente Popular, passou ontem a primeira etapa e vai mesmo ser discutida no Parlamento, depois de a Mesa da Assembleia Nacional ter dado o aval ao projecto para ser discutido.

A votação feita na Mesa da Assembleia Nacional, um órgão colegial dentro do Parlamento que analisa a validade dos pedidos e gere os serviços da câmara baixa, terá sido aprovada com os votos a favor dos partidos da coligação de esquerda da Nova Frente Popular, que têm maioria naquele órgão.

“A Mesa da Assembleia Nacional acaba de votar por maioria a admissibilidade da moção de destituição do Presidente da República. Este é um facto sem precedentes na história da Quinta República [nome dado ao regime constitucional que vigora desde 1958]”, afirmou, na rede social X, Mathilde Panot, líder parlamentar da França Insubmissa.

A presidente da Assembleia Nacional, Yaël Braun-Pivet, que também preside à Mesa, declarou a sua oposição à proposta da França Insubmissa, afirmando que “a maioria da Mesa optou por contornar o Estado de direito”, ao decidir aprovar a procedência do projecto.

O líder parlamentar do Juntos pela República e primeiro-ministro demissionário, Gabriel Attal, considerou que a votação e introdução deste projecto de destituição é “uma declaração de guerra às instituições [francesas]”, afirmou Attal, acrescentando que não sabia se estavam “a assistir a uma farsa ou a uma tragédia”.

Já Panot respondeu que, na verdade, é precisamente o “contrário”, aquilo que a França Insubmissa quer é “fazer funcionar as instituições”, sublinhando que ontem foi “um dia histórico” para a França.

A ameaça da França Insubmissa de apresentar uma proposta para destituir Macron surgiu mesmo antes das primeiras negociações de Governo com o Presidente, quando os principais líderes do partido,

incluindo Jean-Luc Mélenchon, assinaram uma carta aberta publicada no *Journal du Dimanche* em que afirmavam que recusar a nomeação da candidata da Nova Frente Popular, Lucie Castets, como primeira-ministra seria incumprir nos deveres institucionais, motivo de destituição do Presidente segundo o artigo 68.º da Constituição francesa.

Para a presidente da Assembleia, que faz parte do partido de Macron, a escolha de não nomear Lucie Castets como primeira-ministra (e, subsequentemente, endereçar o convite a Michel Barnier para assumir o cargo) “não constitui claramente uma infracção material do artigo 68.º da Constituição” francesa, que dispõe sobre o processo de destituição do Presidente da República.

Etapas do processo de destituição

- 1 Discussão e votação na Comissão de Leis da Assembleia Nacional, necessitando de maioria nesta comissão (algo improvável dada a falta de maioria à esquerda na comissão).
- 2 Caso a proposta passe, será submetida à Assembleia, onde terá de ser aprovada com maioria de dois terços dos deputados.
- 3 A aprovação leva a proposta

para o Senado, onde necessita novamente de maioria de dois terços.

4 Com o voto favorável da maioria de deputados e senadores, forma-se um órgão especial conhecido como Tribunal Superior, composto por 22 membros de ambas as câmaras e que tem como único objectivo decidir sobre a destituição do Presidente, que terá efeito caso haja voto a favor de dois terços.



Processo de destituição de Emmanuel Macron está condenado ao fracasso por não ter apoio suficiente

Michel Barnier continua contactos com figuras políticas

Governo conhecido “no fim-de-semana, certamente no domingo”

Michel Barnier, a escolha de Macron para ocupar a chefia do Governo francês, continua a receber personalidades políticas de vários partidos, a maioria ligada ao centro e ao centro-direita. De acordo com Vincent Jeanbrun, porta-voz do grupo parlamentar d’Os Republicanos – o seu partido –, o novo Governo será conhecido no fim-de-semana, “certamente no domingo”.

Segundo o porta-voz, falando nos microfones da SudRadio, o Governo será conhecido “normalmente esta semana, mas mais provavelmente no final da semana”.

“Estamos a falar de domingo, pelo que será difícil anunciá-lo antes dessa data”, acrescentou Jeanbrun.

Na segunda-feira, Barnier recebeu uma delegação do PCF, na residência oficial do Hôtel Matignon, liderada

pelo secretário-geral, Fabien Roussel. “Estamos aqui para conhecer melhor um pouco mais da política do Governo. Queremos saber quem faz parte da maioria, quem está na oposição. E viemos dizer o que esperamos para o povo francês”, disse Roussel, citado pela FranceInfo.

O atraso na formação do Governo poderá levar a uma situação inédita na política francesa, de acordo com

Apesar da aprovação da discussão por todos os partido da Nova Frente Popular representados na Mesa, a destituição é quase exclusivamente uma iniciativa da França Insubmissa, com as outras formações políticas, nomeadamente o Partido Socialista (PS), o Partido Comunista Francês (PCF) e os Ecologistas, a defenderem, em vez da destituição, uma moção de censura ao novo Governo francês, liderado por Michel Barnier. A maior dúvida era se o PS, liderado pelo secretário-geral Olivier Faure, votaria favoravelmente o debate da proposta.

A questão ficou respondida com a decisão dos deputados socialistas, anunciada em comunicado na segunda-feira: apesar de se distanciarem do projecto, votariam pela aceitação do mesmo e contra a destituição de Emmanuel Macron.

“Os deputados socialistas e afins não iniciaram este processo, não são signatários do mesmo e opor-se-ão unanimemente a esta proposta de destituição quando for analisada pela Comissão de Legislação e depois em plenário”, afirmou o PS.

“De facto, pensamos que este processo de destituição consistirá essencialmente em recolocar o Presidente da República no centro do debate político e em dar-lhe uma nova legitimidade, pois este processo, dadas as condições a preencher, está condenado ao fracasso. Não queremos dar qualquer vitória a Emmanuel Macron”, sublinharam os socialistas no referido comunicado.

O PS francês frisou ainda que preferia “empenhar todas as suas forças na luta pela moção de censura a este Governo, a fim de derrotar as políticas que estão prestes a ser introduzidas e que irão pesar fortemente sobre os membros mais modestos e vulneráveis da sociedade”.

O Político. O Orçamento do Estado, normalmente apresentado a 1 de Outubro, só deverá ser submetido no dia 9, segundo o *Le Monde*.

O presidente da Comissão de Finanças, Éric Coquerel, deputado da França Insubmissa, sublinhou que este atraso pode afectar a apreciação do documento, pois quanto maior for o adiamento, “mais limitado” deverá ser o debate parlamentar”.

ONU diz que regime de Maduro intensificou “brutalidade da repressão” após eleições

Sofia Lorena

Organização descreve “repressão sistemática, coordenada e deliberada por parte do Governo venezuelano”

A missão das Nações Unidas mandada para investigar os acontecimentos depois das eleições de 28 de Julho na Venezuela – em que tanto Nicolás Maduro como o opositor Edmundo González Urrutia se declararam vencedores – diz que a resposta do Governo aos protestos que se seguiram constitui “um marco na deterioração do Estado de direito” no país.

“O Governo instrumentalizou todo o aparelho de Estado, incluindo, especialmente, o sistema judicial, com o objectivo de silenciar qualquer diferença de opinião que se oponha ao seu esquema para se manter no poder a todo o custo”, afirmou aos jornalistas, em Genebra, Marta Valinas, chefe da missão que entrevistou centenas de pessoas à distância ou noutros países, por lhe ter sido negada a entrada na Venezuela.

“Estamos a enfrentar uma repressão sistemática, coordenada e deliberada por parte do Governo venezuelano, que responde com um plano consciente para silenciar qualquer forma de dissidência”, afirmou ainda Valinas.

Pelo menos 25 pessoas foram mortas nas manifestações que se

seguiram às disputadas eleições: destas, 24 morreram com ferimentos de bala, a maioria no pescoço. Até meio de Agosto, a ONU registou 2400 detenções – muitas na chamada *Operação Tun Tun*, com a polícia a chegar sem aviso às casas de críticos do regime. Mas, de acordo com o relatório divulgado ontem, esta operação também serviu para deter cidadãos comuns em bairros pobres.

O relatório da Missão Internacional Independente de Apuramento de Factos na República Bolivariana da Venezuela explica que o Estado intensificou a sua face “mais dura e violenta” de forma “consciente”, descrevendo “acções destinadas a desmobilizar a oposição política organizada; a inibir a difusão de informação independente e de opiniões críticas ao governo; e a impedir o protesto pacífico dos cidadãos”. “A brutalidade da repressão continua a gerar um clima de medo generalizado entre a população”, lê-se no documento.

Crimes contra a humanidade

“A missão tem motivos razoáveis para acreditar que algumas das violações dos direitos humanos investigadas durante este período representam uma continuação da mesma linha de conduta que a missão assinalou em relatórios anteriores como crimes contra a humanidade. Essas violações não foram o resultado de actos isolados ou aleatórios, mas fazem parte de uma série de actos



Edmundo González, candidato opositor, teve de se exilar em Espanha

cometidos na concretização de um plano coordenado para silenciar, desencorajar e sufocar a oposição ao Governo do Presidente Maduro”, diz ainda o relatório.

Segundo os investigadores da missão criada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, “as principais autoridades públicas abandonaram toda a aparência de independência e submeteram-se abertamente ao executivo”.

Pelo menos 25 pessoas foram mortas nos protestos e 2400 foram detidas

Um dos principais exemplos é o de Elvis Amoroso, presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que recusou a publicação da totalidade das actas oficiais das urnas. Com declarações na linha das do Governo, Amoroso (que é amigo pessoal de Maduro) insistiu em criminalizar os opositores do chavismo. No mesmo registo, a Procuradoria-Geral da República mandou prender 2400 pessoas que não foram a julgamento e não conhecem os crimes de que são acusadas, sabendo apenas que há uma acusação genérica de “terrorismo”.

Edmundo González, que a oposição diz ter somado quase 70% dos votos (enquanto o CNE deu a vitória a Maduro por 51%), está actualmente em Espanha, onde pediu asilo,

depois de Caracas ter emitido um mandado de captura em seu nome.

Violência sexual

Tem havido “um padrão de repressão selectiva para tentar silenciar a oposição política”, disse ao diário espanhol *El País* Patricia Tappatá, perita da missão que está a investigar os acontecimentos desde 2019, ano em que antiga alta-comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, visitou a Venezuela e falou com Maduro e com opositores, criando um gabinete para a sua equipa no país. “Em alguns casos, prenderam todas as pessoas que deram apoio logístico durante a campanha: o camião a partir do qual falavam, hotéis, restaurantes...”, detalhou Tappatá.

“Todas as detenções ocorrem sem mandados de captura, a força que as prendeu não é identificada e não é dito para onde as pessoas estão a ser levadas. Depois de 28 de Julho, quase todas as detenções são arbitrarias, não há informação sobre o local para onde os detidos são levados e as pessoas não podem nomear um advogado”, explicou ainda. Segundo o diário espanhol, os investigadores documentaram também “um grande número de casos de violência sexual contra os detidos, mulheres e homens”.

As investigações mandatadas pelo Conselho dos Direitos Humanos não são juridicamente vinculativas, mas as suas conclusões podem ser utilizadas pela justiça internacional.

Democracia em declínio em quase metade dos países do mundo nos últimos cinco anos

António Rodrigues

A democracia e os processos eleitorais enfrentam cada vez mais desafios à escala global. Uma em cada três pessoas que foram às urnas este ano votou em países onde o processo eleitoral está hoje pior do que estava há cinco anos. Quase metade dos países (47%) do relatório sobre o Estado Global da Democracia 2024, agora divulgado, apresentou um declínio em pelo menos um indicador fundamental do desempenho democrático ao longo destes últimos cinco anos.

Segundo o relatório do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (Internacional

IDEA), 2023 foi o oitavo ano consecutivo em que houve mais países com a democracia em declínio que países com melhorias democráticas. A categoria de eleições livres e justas teve mesmo o seu pior ano desde os primeiros registos do instituto em 1975. Talvez por isso, a participação eleitoral global tenha descido quase dez pontos percentuais entre 2008 e 2023: a percentagem média da população censurada que realmente votou desceu de 65,2% para 55,5% nesses 15 anos.

Entre 2020 e 2024, quase 20% dos candidatos ou partidos derrotados em sufrágios eleitorais contestou os resultados e uma em cada três elei-

ções acabou boicotada ou nos tribunais. No índice de eleições credíveis só 15 países conseguiram melhor pontuação do que há cinco anos.

Por isso, quase meio século depois de ter começado a avaliar o estado das democracias, o IDEA lançou um relatório que é também um “apelo à acção para proteger as eleições democráticas”, como refere o seu



As eleições são “a melhor oportunidade para acabar com o retrocesso democrático”, diz Casas-Zamora

secretário-geral, Kevin Casas-Zamora, citado no comunicado de imprensa. Por isso, o relatório *The Global State of Democracy Report 2024: Strengthening the Legitimacy of Elections in a Time of Radical Uncertainty* leva como subtítulo: fortalecer a legitimidade das eleições em tempos de incerteza radical.

“As eleições continuam a ser a melhor oportunidade para acabar com o retrocesso democrático e inverter a maré em benefício da democracia”, diz Casas-Zamora. “O sucesso da democracia depende de muitos factores, mas torna-se completamente impossível se as eleições falharem.”

As ameaças abarcam desde democracias tradicionalmente fortes a outras bem mais frágeis. Por exemplo, o desempenho da democracia nos Estados Unidos da América melhorou nos últimos dois anos, segundo o relatório do IDEA, mas as tentativas de assassinio do ex-Presidente Donald Trump mostram que os riscos se mantêm concretos.

Em matéria de credibilidade das eleições, liberdades civis e igualdade política, o relatório mostra que os números ainda não chegam aos anteriores a 2016, a primeira vez que Donald Trump concorreu à presidência e ganhou as eleições a Hillary Clinton.



Caso Apple dá vitória a Bruxelas e força vaga pela “justiça fiscal” na Europa

Vestager termina mandato com derrotas e vitórias nos tribunais. Processo Apple e outros ajudam a saber se certas práticas cumprem as regras de concorrência

Pedro Crisóstomo

A vitória que a Comissão Europeia (CE) obteve na última semana no litígio fiscal de oito anos com a Apple representa um triunfo político de grande magnitude para Margrethe Vestager, na recta final do seu mandato como comissária da Concorrência. Mas não só. O desfecho do processo, favorável ao executivo comunitário, vem forçar a agenda pela “justiça fiscal” que na última década ganhou espaço nas instituições europeias, quer por impulso da Comissão, quer por força do Parlamento Europeu ou dos próprios Estados-membros, que avançaram com alterações legislativas e acções práticas contra os esquemas de planeamento abusivos e o desvio de lucros para territórios de baixa ou nula tributação.

Em primeiro lugar, Bruxelas viu o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), a mais alta instância judicial da comunidade, declarar, em definitivo, que a multinacional norte-americana beneficiou de “vantagens fiscais ilegais” na Irlanda, durante duas décadas. À boleia de duas decisões do fisco irlandês que, na prática, deixa-

vam duas sucursais do grupo localizadas na Irlanda praticamente à margem da tributação em IRC, a Apple poupou 13 mil milhões de euros em impostos (só na fatia relativa aos anos de 2003 a 2014, os que tem de devolver à Irlanda, embora a vantagem já existisse antes dessa altura).

O diferendo começou em 2016, quando a Comissão Europeia, depois de uma investigação desencadeada ainda pelo antecessor de Vestager, Joaquín Almunia, concluiu que a dona do iPhone reduzia os lucros de uma forma artificial. Com base em duas decisões fiscais emitidas em 1991 e 2007, “quase todos os lucros de vendas registados pelas duas empresas eram atribuídos internamente a uma ‘sede social’” que só existia “no papel”, fazendo com que as sociedades de direito irlandês quase não pagassem IRC. Daí a Apple ficar numa posição favorável face à concorrência.

O que o tribunal superior da UE agora confirmou foi esta interpretação jurídica, a de que Bruxelas esteve certa ao classificar a montagem artificial como auxílio de Estado ilegal.

Foi a mais emblemática investida

da Comissão contra os esquemas de planeamento fiscal agressivos no mercado único e, agora que chegou ao fim, sendo ponto assente que a Apple tem de pagar efectivamente os 13 mil milhões de euros à Irlanda acrescidos de juros, as consequências não são apenas financeiras.

Território “desconhecido”

As conclusões deste e de outros processos que também tiveram origem em investigações do executivo comunitário – tenham as decisões dos tribunais sido favoráveis às empresas ou à Comissão – criam um acervo jurídico que ajuda os governos nacionais a saberem se determinadas normas fiscais das suas legislações e certas práticas que atribuem incentivos às empresas sob a forma de benefícios fiscais cumprem as regras.

Não por acaso, Margrethe Vestager, ao reagir à decisão do TJUE na semana passada, lembrou que, no início, as investigações “levaram a Comissão a um território desconhecido”, que implicava assumir “riscos legais” (por haver a suspeita de que havia um auxílio ilegal, mas não haver jurisprudência). E que hoje há caminhos mais



Em 2016, a Comissão Europeia concluiu que a dona do iPhone reduzia os lucros de uma forma artificial

mas regulatórias e legislativas”, salientou, recordando que na última década nasceram várias alterações nas leis nacionais que também foram “estimuladas pela dinâmica das investigações em matéria de auxílios estatais”, reclama.

Um exemplo é a adesão da Irlanda ao acordo internacional para tributar as grandes multinacionais com uma taxa efectiva de IRC de pelo menos 15%. Basta pensar que, em 2014, de acordo com a investigação da Comissão, a Apple pagou uma taxa efectiva de imposto sobre as sociedades relativamente aos seus lucros europeus de 0,005%, algo que, com o novo compromisso internacional, já não é possível. Outro exemplo são o Luxemburgo, Chipre e os Países Baixos, todos citados por Vestager quando reagiu ao caso Apple.

Da Fiat à Starbucks

Se contra a Apple a Comissão conseguiu uma vitória, nem sempre foi assim em todas as investigações. E mesmo aí as conclusões ajudam a criar maior certeza jurídica na apreciação dos auxílios de Estado.

Há nove meses, em Dezembro de 2023, o Tribunal de Justiça da UE considerou incorrecta a conclusão da Comissão Europeia de que a Amazon conseguira uma vantagem ilegal ao beneficiar de um acordo fiscal celebrado em 2003 pelo Luxemburgo que lhe permitira poupar 250 milhões de euros em impostos. Se, num primeiro momento, o tribunal geral (a primeira instância) validara a posição da Comissão e confirmara que a Amazon tinha de repor o valor dos impostos em falta nos cofres do grão-ducado, entretanto, o tribunal superior anulou essa decisão originária.

Em Novembro de 2022, o TJUE também anulou uma decisão da primeira instância que condenava a Fiat Chrysler Finance Europe (FFT), uma sociedade do grupo automóvel que prestava serviços de tesouraria às empresas da multinacional na Europa, a entregar impostos em falta. Na origem da investigação esteve uma decisão fiscal de 2012 que validava a forma de calcular o rendimento da tal empresa. Mas o Tribunal de Justiça acabou por considerar que Bruxelas não analisou correctamente o direito luxemburguês e que, com isso, ao analisar a situação da Fiat, aplicou “um princípio de plena concorrência diferente daquele que está definido no direito luxemburguês”, enviesando todo o raciocínio subsequente de que existia uma ajuda ilegal.

Para a história fica a derrota da Comissão Europeia neste caso, mas também as alterações fiscais que o Luxemburgo acabou por promover. “Na esteira da investigação da Fiat”, recordou Vestager, o Luxemburgo fez “alterações substanciais à sua legislação para garantir o respeito do princípio da plena concorrência” entre empresas e clarificou “o tratamento fiscal” dado aos veículos financeiros,

o que impediria que hoje se repetisse o que se passou com os impostos da Fiat no grão-ducado.

Nos Países Baixos, também há dois casos que, independentemente do resultado dos processos nos tribunais europeus, motivaram mudanças legislativas.

Um deles foi o que opôs a Nike à Comissão Europeia, também por causa do impacto de decisões fiscais antecipadas que permitiram à multinacional desportiva pagar menos impostos. Em Julho de 2021, a Nike perdeu o processo no tribunal geral e não voltou a apresentar recurso.

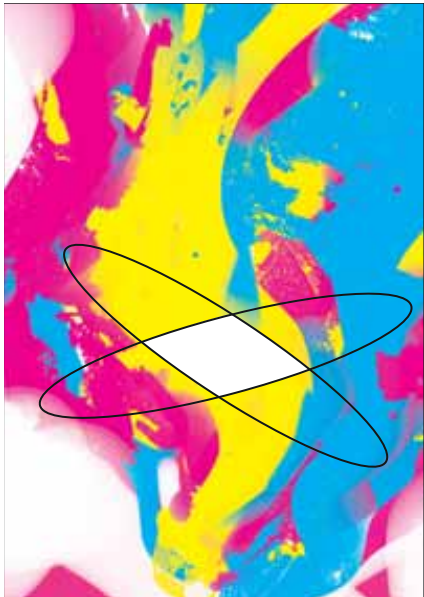
O outro diz respeito à empresa que a Starbucks constituiu nos Países Baixos para vender o café e os produtos de pastelaria aos estabelecimentos do grupo na Europa. A sociedade celebrou um acordo fiscal em 2008, validado pelo fisco neerlandês, que, segundo a Comissão, lhe permitiu reduzir “artificialmente os impostos” através do desvio de lucros. A Comissão descobriu que a tal empresa pagava “royalties substanciais à Alki”, uma empresa do grupo no Reino Unido, “pelo seu *know-how* no domínio da torrefacção de café”, e pagava um “preço inflacionado por café verde” a uma sociedade da Starbucks na Suíça. Mas, neste caso, o tribunal geral invalidou essa interpretação de que havia um auxílio de Estado.

Certo é que, mais tarde, a Haia avançou com “legislação para combater o uso de empresas de fachada” e, neste momento, para que uma empresa possa beneficiar de uma decisão fiscal antecipada, tem de ter “uma presença económica substancial” nos Países Baixos, assinalou a comissão da Concorrência. E Chipre também fez alterações em 2013 e 2017 (antes e depois da vaga de investigações da Comissão) relativamente a “transacções financeiras” e às regras que permitem fixar os preços de bens e serviços vendidos entre empresas do mesmo grupo.

Embora Portugal não tenha sido citado por Vestager, também foi pelo impulso da Comissão que nasceram em Lisboa ajustamentos à lei que rege os benefícios fiscais na Zona Franca da Madeira (ZFM). Depois de a Comissão declarar que as empresas ali presentes beneficiavam de reduções de IRC sem controlo, o Parlamento português alterou a legislação para deixar claro que as empresas só podem beneficiar da taxa reduzida de 5% mediante o cumprimento de certas condições (que no passado deveriam ter sido cumpridas e não foram).

Agora que Vestager se prepara para passar a pasta à futura comissão da Concorrência, Teresa Ribera, é hoje claro que a agenda da “justiça fiscal” não depende de um só rosto. A própria fez questão de o deixar implícito na semana passada: foram os cidadãos europeus que exigiram “uma resposta pública” à “mudança sísmica” que os escândalos fiscais revelaram.

Caminhando
por paisagens de Humanidade
em horizontes de Liberdade



É-Aqui-in-Ócio

× 22 Setembro
05 Outubro

15º Festival Internacional
de Teatro
Póvoa de Varzim 2024

Info
varzimteatro.org
varzim@gmail.com
916 439 009
912 420 129

× Bilhetes
Cine-Teatro Garrett
bol.pt
CTT
FNAC
WORTEN



NOVA SBE

VOLUNTEER

CONHECE + 50 ONGs!

SEGUIE A NOSSA PÁGINA PARA MAIS INFORMAÇÕES @NOVA_SU

FAIR

19 DE SETEMBRO

HORÁRIO
9:30H - 16H

SU

NOVA SBE STUDENTS' UNION

NOVA

UNIVERSITY OF NOVA LISBOA

loja

P

OFEREÇA
BANDA DESENHADA

MAIS INFORMAÇÕES: loja.publico.pt | 210 111 010

CLASSIFICADOS

Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º Piso
4050-318 Porto
Tel. 22 615 10 00
lojaporto@publico.pt
De seg a sex das 09H às 18H



Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto processo de recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto para a NOVA FCSH para:

- 1 vaga de Técnico Superior (m/f), referência **CT-TS-017/2024/CICS.NOVA**, ao qual podem candidatar-se indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço

https://fcsch.unl.pt/faculdade/concursos_para_nao_docentes/

O prazo-limite para a submissão das candidaturas é o dia 26 de setembro de 2024.



Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.

Em cumprimento do preceituado no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15.01, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22.12, faz-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do LNEG, I.P. de 06.08.2024, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação na Bolsa de Emprego Público do Aviso (extrato) n.º 20397/2024/2 de 13.09 (DR n.º 178) o procedimento concursal para provimento do cargo de Diretor/a da Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial do LNEG, I.P., cargo de direção intermédia de 2.º grau, com as competências previstas no n.º 3 do art.º 6.º do Regulamento interno do LNEG, aprovado pela Deliberação n.º 1495/2013, de 24.07.

A Presidente do Conselho Diretivo,
Teresa Ponce de Leão



Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa
Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org

Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril
Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org

Delegação Norte: Centro de Dia “Memória de Mim” - Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra
Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org

Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal
Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org

Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL - Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim
Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org

Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveirinha, 3810 Aveiro
Tel. 23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimerportugal.org



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES OU ÀS RESPETIVAS
COMISSÕES COORDENADORAS, ASSOCIAÇÕES
SINDICAIS E ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

Nos termos e para os efeitos dos artigos 54.º, n.º 5, alínea d), e 56.º, n.º 2, alínea a), da Constituição, do artigo 132.º do Regimento da Assembleia da República e dos artigos 469.º a 475.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Aprova a revisão do Código do Trabalho), avisam-se estas entidades de que se encontram para apreciação, de 18 de setembro a 18 de outubro de 2024, as iniciativas seguintes:

Projetos de Lei n.ºs 206/XVI/1.ª (PSD) — Aprova o estatuto do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e altera a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, 229/XVI/1.ª (PAN) — Assegura o reposicionamento na categoria de enfermeiro especialista das enfermeiras que por se encontrarem em gozo de licença de parentalidade, licença de situação de risco clínico durante a gravidez ou de direitos análogos não tenham transitado para essa categoria nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio e 230/XVI/1.ª (BE) — Reposição de direitos a enfermeiras discriminadas por terem sido mães.

As sugestões e pareceres deverão ser enviados, até à data-limite acima indicada, por correio eletrónico dirigido a 9CS@ar.parlamento.pt ou por carta dirigida à Comissão de Saúde, Assembleia da República, Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa.

Dentro do mesmo prazo, as comissões de trabalhadores ou as comissões coordenadoras, as associações sindicais e associações de empregadores poderão solicitar audiências à Comissão de Saúde, devendo fazê-lo por escrito, com indicação do assunto e fundamento do pedido.

Os textos das citadas iniciativas encontram-se publicados na Separata n.º 19/XVI do Diário da Assembleia da República, de 18 de setembro de 2024, e podem ser consultados na página da Assembleia da República, no endereço eletrónico: <http://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/Separatas.aspx>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES OU ÀS RESPETIVAS
COMISSÕES COORDENADORAS, ASSOCIAÇÕES
SINDICAIS E ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

Nos termos e para os efeitos dos artigos 54.º, n.º 5, alínea d), e 56.º, n.º 2, alínea a), da Constituição, do artigo 16.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 469.º a 475.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Aprova a revisão do Código do Trabalho), e do artigo 132.º do Regimento da Assembleia da República, avisam-se estas entidades de que se encontra para apreciação, de 18 de setembro a 18 de outubro de 2024, a iniciativa seguinte:

Projeto de Lei n.º 225/XVI/1.ª (BE) — Aproxima os direitos de advogadas e advogados aos direitos reconhecidos a todos os trabalhadores em situação de doença, incapacidade, luto e parentalidade (procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 131/2009, de 1 de junho, que consagra o direito dos advogados ao adiamento de atos processuais em que devam intervir em caso de maternidade, paternidade e luto e regula o respetivo exercício).

As sugestões e pareceres deverão ser enviados, até à data-limite acima indicada, por correio eletrónico dirigido a 1cadclg@ar.parlamento.pt ou por carta dirigida à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Assembleia da República, Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa.

Dentro do mesmo prazo, as comissões de trabalhadores ou as comissões coordenadoras, as associações sindicais e associações de empregadores poderão solicitar audiências à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, devendo fazê-lo por escrito, com indicação do assunto e fundamento do pedido.

O texto da citada iniciativa encontra-se publicado na Separata n.º 20/XVI do Diário da Assembleia da República, de 18 de setembro de 2024, e pode ser consultado na página da Assembleia da República, no endereço eletrónico: <http://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/Separatas.aspx>



Universidade de Aveiro
Processo de Seleção e Recrutamento (M/F)

Publicita-se a abertura do seguinte processo de seleção e recrutamento no sítio da Área de Recursos Humanos da Universidade de Aveiro (<https://www.ua.pt/pt/sgrh/pessoal-tag-novos-concursos-e-ofertas>):

Nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 23.º dos Estatutos da Universidade de Aveiro, na versão homologada pelo Despacho Normativo n.º 1-C/2017, publicados na 2ª Série do Diário da República, de 24 de abril de 2017, e do Regulamento de Carreiras, Retribuições e Contratação do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão em regime de contrato de trabalho da Universidade de Aveiro, publicado na 2ª Série do Diário da República n.º 173, de 4 de setembro de 2020, alterado pelo Despacho n.º 8321/2023, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 158, de 16 de agosto de 2023, pretende-se contratar em regime de contrato de trabalho sem termo, ao abrigo do Código do Trabalho, aprovado e publicado em anexo pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

Ref.ª CND-CTST-128-SGRH/2024 – Um (1) Técnico Superior para ocupar o posto de trabalho de Técnico de Contabilidade, 2ª posição remuneratória, nível 16 (€ 1.439,31), acrescido do direito a subsídios de refeição, de férias e de Natal, com as seguintes atribuições:

- Contabilidade geral e orçamental;
- Inventariação e manutenção do cadastro de bens móveis e imóveis;
- Cumprimento das obrigações declarativas e informação estatística;
- Encerramento de contas;
- Atendimento técnico.

REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:

HABILITAÇÕES:

- Licenciatura em Contabilidade.

Caso a habilitação académica tenha sido obtida no estrangeiro, exige-se reconhecimento, equivalência ou registo do grau nos termos da legislação aplicável.

OUTROS REQUISITOS:

- Experiência de pelo menos 1 ano, no desempenho de funções análogas às atribuições indicadas no ponto I;
- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador.

VALIDADE DO PROCEDIMENTO:

O procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de doze meses contados da data da homologação da lista de ordenação final do presente procedimento.

O prazo de candidatura é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do anúncio no jornal.

Universidade de Aveiro, em 27 de agosto de 2024

O Reitor, Prof. Doutor Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira



CONHEÇA AS NOSSAS COLEÇÕES
DE MÚSICA EM LOJA.PUBLICO.PT

MAIS INFO: 210 111 010

Fique ligado



Público
br

PÚBLICO Brasil.
Um jornal em brasileiro de Portugal.

Notícias para os brasileiros que buscam informação confiável e de qualidade.
O PÚBLICO Brasil junta uma experiente equipe de jornalistas, unindo os dois países
e todos os temas que importam para quem vive ou quer viver em Portugal.

Ligue-se já





A morte ronda Tiziano Cruz. A vontade de “luta” e de “partilha” também

O artista argentino traz o último capítulo da sua trilogia criada após a morte da irmã: *Wayqeycuna* passa hoje por Coimbra, depois de amanhã por Matosinhos, e em Novembro chega a Lisboa

Mariana Duarte

Em 2015, a irmã de Tiziano Cruz morreu por negligência médica, grávida e com apenas 18 anos, num hospital da cidade de San Salvador de Jujuy, na Argentina. “A morte dela não é um caso isolado, é uma prática sistemática que acontece a certos corpos na Argentina: corpos que valem menos do que outros. Deixaram morrer a minha irmã por ser indígena, por falar a língua materna, por estar grávida tão jovem e por ser solteira”, diz o artista interdisciplinar e criador teatral ao PÚBLICO.

Esse acontecimento dilacerou — e reorganizou — a vida de Tiziano Cruz. Começou a construir *Tres maneras de cantar a una Montaña*, trilogia autobiográfica de protesto e resistência, afecto e reconciliação, em que entrelaça memórias de infância, vivências na sua comunidade indígena no Norte da Argentina e manifestos políticos sobre o ecossistema artístico e respectivas hierarquias raciais e de classe. Hoje, estreia-se em Portugal o último capítulo dessa trilogia, *Wayqeycuna (Meus Irmãos)*, no Teatro da Cerca de

São Bernardo, em Coimbra, no âmbito da mostra Todos São Palco. Depois de amanhã faz escala no Teatro Municipal de Matosinhos Constantino Nery e chegará ao Centro Cultural de Belém (Lisboa) a 16 e 17 de Novembro, à boleia do Alkantara Festival.

Tudo começou com *Adiós Matepac*, moldado em carne viva pela morte da irmã e a “luta legal” do pai “contra o Estado argentino”. Seguiu-se *Soliloquio*, ancorado em cinquenta e oito cartas escritas à sua mãe durante a pandemia de covid-19. Por fim, nasceu *Wayqeycuna*, “uma espécie de diário de bordo físico, mais um esforço, para recuperar uma memória e um corpo”, descreve o artista. “Um poema visceral dedicado ao encontro com os meus irmãos”, os de sangue e os do seu povo. “Em cada apresentação abro as portas da minha casa, do meu povo.” A família, directa e indirecta, é o elemento que inspira, atravessa e calibra a obra de Tiziano, que por causa de *Wayqeycuna* regressou à sua comunidade. “O reencontro com a minha família permitiu encontrar as minhas próprias formas de contar, narrar e encenar

as nossas histórias”, assinala.

Wayqeycuna tem como pano de fundo as montanhas da província de Jujuy, onde habitam várias etnias indígenas da Argentina — um território em disputa por projectos extractivistas de recursos naturais, sobretudo o lítio, que forçam comunidades autóctones a deslocarem-se para poder sobreviver. As vestes, as canções e as tradições do povo San Francisco e Santa Barbara tingem a linguagem visual e teatral de Tiziano, interdiários para uma história em que a poesia, o luto, a morte e a reparação estão num constante corpo a corpo — e nada disto é ficção.

“No início queria tornar-me uma pessoa ‘famosa’ para que quando a minha família caísse novamente nas mãos do sistema de saúde, dissessem: ‘São familiares do Tiziano Cruz, não os podemos deixar morrer.’ Tornei-me tudo aquilo que pensava vir a ser, estando nas capas dos jornais, na televisão, nos melhores teatros, prémios e festivais.” Mas nada disso fez grande diferença. Em Março deste ano, quando levou *Wayqeycuna* ao Brasil, a sua mãe morreu numa cama de hospital

“porque a medicação para o cancro nunca chegou”, recorda agora ao PÚBLICO. “A conclusão é que, aconteceu o que acontecer, a minha família não está a salvo. E não me refiro apenas à minha família biológica, mas a toda a comunidade indígena que represento.”

Quem pode fazer arte?

Wayqeycuna é, em muitos aspectos, um regresso à infância pelos olhos de um adulto que teve de crescer demasiado rápido. “Aquilo que sou agora é feito da infância na minha aldeia. As mães cuidam dos filhos o melhor que podem, e lembro-me disso com muito carinho. Mas há um dia em que se faz nove ou dez anos, e aí já somos adultos: no contexto em que vivo, a

adolescência é um privilégio”, nota o argentino.

Depois de os pais se terem separado, mudou várias vezes de poiso com os irmãos. “A minha mãe trabalhava como uma escrava, dia e noite, para conseguir alugar um quarto onde dormíamos todos. Mudávamos de quarto umas oito vezes por ano.” Foi nessa altura que Tiziano descobriu a cidade, o que era a classe média, o que eram famílias com carro e casa própria. “‘Se existe, eu também quero’, pensei. Então, camuflei-me na classe média todos estes anos”, afirma. “Através da negação, é possível sobreviver neste mundo hostil. Não há outra forma: ou negas ou matam-te, e aqui não há metáforas.”

Tiziano admite que só nos últimos anos é que conseguiu “aceitar” a sua identidade indígena. “Eu pertenço a uma geração a que chamo ‘desindigenizada’, pois muitos de nós não falam a língua materna, e isso tem a ver com o facto de as nossas avós terem tido as suas línguas cortadas para não poderem transmitir os idiomas — e aqui também não há metáfora, é literal”, aponta o artista. O reconheci-

**Tiziano Cruz:
“Não podemos
ganhar esta
batalha cultural
sem a aliança
de todos”**

FOTOS: MATIAS GUTIERREZ



Tiziano Cruz e o seu pai. “Em cada apresentação abro as portas da minha casa, da minha comunidade, do meu povo”, diz o criador

malmente afastados do circuito artístico institucional. Em Matosinhos, vão estar com jovens da APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. Nestes *workshops*, Tiziano procura esbater fronteiras “entre arte e comunidade”: os pães são integrados no espectáculo com o objectivo de “problematizar quem pode, ou não, criar uma obra ou um objecto de arte.”

Uma questão que está sempre presente em *Wayqeycuna*, onde se questiona a falta de consciência de classe no meio das artes e a capitalização de ideias de diversidade. Há muita teoria, pouca prática, considera Tiziano, que foi bolsista do Fondo Nacional de las Artes e do Instituto Nacional del Teatro, em Buenos Aires. “Vivemos num mundo da arte onde é muito fácil falar de decolonialismo ou indigenismo, mas muitas vezes estes conceitos permanecem no discurso. Os meus irmãos e irmãs indígenas, latino/as, diaspórico/as ainda estão nas fábricas a trabalhar de forma inóspita, a limpar e a esfregar as casas da classe média-alta, a cuidar de crianças e idosos”, diz. “Não temos nenhum problema com o tokenismo ou a exotização, isso é um problema da esquerda letrada, que tanto mal nos tem feito: essa esquerda não fala com o meu povo”, acrescenta. “Acho fundamental que nós, os/as indígenas, contemos as nossas histórias. Não precisamos mais que falem por nós.”

É isso que Tiziano faz em *Wayqeycuna*, onde se declara “um pobre fugitivo que procura refúgio nas instituições de arte para não morrer”. E aqui, novamente, também “não há metáfora”. Mas há um desejo de reconciliação – ou, pelo menos, de um outro patamar de diálogo. “Não podemos ganhar esta batalha cultural sem a aliança de todos; é isso que venho fazer em todas as cidades. Já sabemos o que o colonialismo nos fez, e quem são os culpados, mas não há tempo para continuar a aprofundá-lo, porque é uma questão de vida ou morte.” E Tiziano Cruz está vivo, a tentar germinar dentro de si “o conceito de esperança”. Regressar a casa foi um passo em frente, como mostra em *Wayqeycuna*.

“Os meus pais não tinham ferramentas para criar um filho homossexual. Fizemos o que outros pais na periferia fazem: expulsam os filhos para a rua, para se desenrascarem sozinhos. Na Argentina, a esperança de vida de um *gay* que faz trabalho sexual para evitar a fome não ultrapassa os 30 anos”, conta Tiziano. “A morte da minha irmã foi o acontecimento que me permitiu perdoar e regressar à minha aldeia.” Agora, juntamente com o pai, orienta projectos para adolescentes, a faixa etária onde mais se têm registado suicídios naquela região, “por falta de perspectivas de futuro”.

O cheiro a morte está sempre a rondar Tiziano Cruz – mas a vontade de “luta” e de “partilha” também.

José Mário Branco numa exposição com o “amor e rigor” que ele dedicou à sua obra

Nuno Pacheco

Na Reitoria da Nova, em Lisboa, *Do que um homem é capaz* é uma pequena parte do espólio de José Mário Branco. Até 18 de Outubro

Amor e rigor: duas palavras que José Mário Branco (1942-2019) não só frequentemente usava como aplicava no seu dia-a-dia, como cantor, músico, compositor, arranjador ou produtor, são também as que nortearam o trabalho que esteve na base da exposição *Do que um homem é capaz, o acervo documental de José Mário Branco*. Inaugurada anteontem na reitoria da Universidade Nova de Lisboa, como “ponto de partida para o Ciclo Liberdade na Nova”, que se celebrará com vários concertos e espectáculos até ao final do ano, ali vai manter-se até 18 de Outubro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, e aos sábados, das 8h às 12h. A entrada é livre.

O que nos mostra esta exposição? A ponta de um enorme icebergue: em quatro secções, com reprodução de documentos pessoais, fotografias, cartazes, jornais ou capas de discos, estão algumas das peças que constituem o acervo, agora espólio, que tem vindo a ser tratado e analisado desde 2014 (faz agora dez anos), quando José Mário Branco quis estabelecer uma colaboração com o CESEM (Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical) e o INET-md (Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança) da Nova para que o seu arquivo de décadas fosse ali analisado, cataloga-

do e tratado para futura divulgação pública.

Com a morte de José Mário Branco, em Novembro de 2019, a família decidiu confiar à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) todo o espólio para que aí fosse preservado, dando continuidade ao trabalho anterior. Foi, então criado, a partir do Arquivo José Mário Branco, lançado em 2018 sob a direcção de Manuel Pedro Ferreira (crítico do PÚBLICO), o Centro de Estudos e Documentação José Mário Branco – Música e Liberdade (CEDJMB-ML), com uma comissão científica presidida por Salwa Castelo-Branco, procedendo-se ao inventário de todo o material disponível. Em 2021, “foram identificadas 310 pastas guardadas em 57 caixas”. Sem pré-selecção prévia do autor, segundo os investigadores: “A par de partituras, cifras, letras, mapeamentos de concertos, encontramos nas cerca de 20.000 folhas do acervo listas de contactos telefónicos, recibos e orçamentos, correspondência variada com editoras, postais, contratos, guiões de séries de animação, entre outras tipologias documentais”.

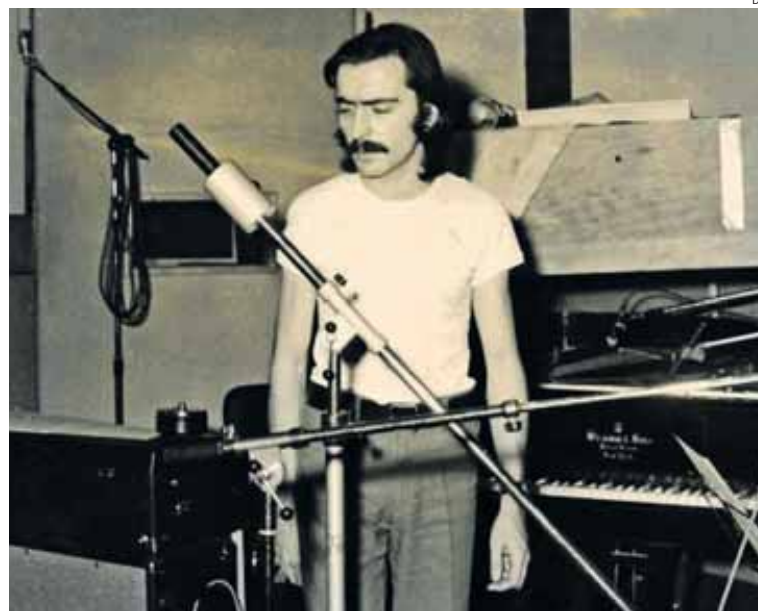
A exposição recém-inaugurada, além de um documentário de 12 minutos, realizado por Tiago Figueiredo, onde se explica o processo de tratamento dos materiais, está dividida em quatro pequenas secções. A que os visitantes são convidados a ver primeiro relaciona-se com a actividade de José Mário Branco enquanto criador (autor de bandas sonoras e até actor) no teatro, no cinema e na televisão. A segunda, é a da produção fonográfica, em trabalhos próprios e

alheios – e é nesta que vemos não só o esboço de álbuns projectados mas não concretizados (*Lisboa, Porto e Ondas Curtas, In Memoriam* ou o projecto inicial de *Ser Solidário*, diferente e mais sintético, do que acabou por sair) como o título projectado para o segundo álbum de José Mário Branco no exílio, que seria *Canto Duro* mas foi *Margem de Certa Maneira* (1972). Vemo-lo também em Paris, durante a gravação do álbum *Até ao Pescoço*, de José Jorge Letria, um dos que produziu. E vemos também apontamentos para o álbum *Cantigas do Maio*, de José Afonso, de que foi produtor, onde consta uma canção popular que não entrou: *Ó cana real das canas*.


A terceira secção é a da actividade política e aí entram não só o GAC Grupo de Acção Cultural – Vozes na Luta e a UDP como o jornal militante *Mudar de Vida*, a que esteve ligado desde a fundação, como a reprodução da capa e contracapa de um single solidário, *Contra a Repressão no Brasil* (tinham sido assassinados pela ditadura três dirigentes do PCdoB), que tinha no lado A *Sangue em flor*, canção cantada pelo GAC, e no lado B o poema de Sophia de Mello Breyner Andresen *Brasil 77*, dito pela própria. Como curiosidade, o exemplar exposto exhibe esta dedicatória: “Para a Elis Regina, com admiração, amizade e solidariedade” Assinam-na José Mário Branco, Luís Pedro Faro (do GAC) e Sophia de Mello Breyner.

Por fim, a quarta secção refere-se a um fundo fonográfico amplo, que vai desde cassetes com gravações caseiras (mensagens e canções) trocadas entre ele e o irmão, o jornalista António Jorge Branco (1937-2011), capas de discos em que José Mário Branco participou em Paris (*Liberez Angela Davis Tout De Suite*, no qual compôs e cantou *Chanson de Jackson*; o álbum de James Ollivier; um single do espectáculo *La Commune de Paris*, editado pelo Groupe Organon) ou a imagem de uma cassette DAT com gravações de Camané para o disco *Uma Noite de Fados*.

Embora esta amostra seja já esclarecedora acerca da amplitude do trabalho de José Mário Branco, há ainda milhares de documentos, gravações e até vídeos que podem ser vistos e ouvidos, via internet, no Arquivo José Mário Branco disponível em linha e que continua a ser tratado. O título, *Do que um homem é capaz*, foram os investigadores buscá-lo a uma das canções mais marcantes do derradeiro álbum de originais do cantor e compositor, *Resistir é Vencer*, editado em 2004.



A fotografia de José Mário Branco em Paris (1972) está na exposição



**Quer destacar a sua
marca no maior evento
de tecnologia e inovação
do setor financeiro?**

Participe no **FEBRABAN
TECH 2025** e faça parte
do futuro digital.

**Dias 10, 11 e 12
de junho de 2025
São Paulo | Brasil**



Aceda
febrabantech.com.br

 **FEBRABAN
TECH 2025**

Fiat 600 Hybrid quer vingar pela eficiência e pelo espírito *dolce vita*

Depois do 100% eléctrico, o 600 adopta duas declinações electrificadas do motor 1.2 de três cilindros a gasolina para dar cartas na eficiência

Carla B. Ribeiro

O novo Fiat 600, que começou por se apresentar como 100% eléctrico, é um *crossover* de 4,17 metros e cinco portas, que chegou com o objectivo de ser uma resposta para jovens famílias que apreciem o conceito italiano de *dolce vita*. Agora, junta à gama duas variantes híbridas do tricilíndrico a gasolina de 1,2 litros, com 100cv e 136cv: a primeira, pensada para quem se move sobretudo em perímetro urbano; a segunda apresenta-se com um comportamento mais alinhado para viagens mais longas, se frequentes.

Em ambos os casos, as mecânicas são apoiadas por um engenho eléctrico, de 29cv, integrado na nova caixa automática de dupla embraiagem de seis velocidades, a qual incorpora também o inversor de potência, alimentado por uma bateria de iões de lítio de 48V com 0,9kWh de capacidade. O conjunto permite-lhe reivindicar uma considerável poupança em termos de consumo (e respecti-



O Fiat 600 Hybrid presta homenagem ao modelo de 1955, inspirando-se nas suas linhas, às quais juntou algum dramatismo e volume

As variantes híbridas do modelo apresentam-se com uma bagageira de 385 litros

A gama nacional inclui duas versões distintas: o 600 Hybrid, desde 23.950€, e o 600 Hybrid La Prima, a partir de 28.950€

vas emissões de CO₂): a Fiat diz que o apoio eléctrico permite reduzir cerca de 15%, mais ainda em cidade, onde, no pára-arranca, facilmente se mantém sem accionar o motor a combustão, muito por conta da função de recuperação de energia. Também o arranque e as manobras de estacionamento são realizados em modo eléctrico.

Tal como se observou no lançamento do eléctrico, o 600 Hybrid presta homenagem ao modelo de 1955, inspirando-se nas suas linhas,



às quais juntou algum dramatismo e volume, mas, afiança a marca, está preparado para lidar com os desafios do presente, ao adoptar “tecnologias inovadoras que levam a sua versatilidade ainda mais longe em rotas urbanas, bem como em viagens ou mesmo aventuras no campo”.

Também o habitáculo é idêntico ao que se pode encontrar no Fiat 600e, com foco na simplicidade, até para controlar o peso e custos, mas reclamando um rigoroso sentido de construção. A habitabilidade à frente é generosa, sendo o banco de trás mais adequado para dois adultos do que para três. Na bagageira, arrumam-se 385 litros, um pouco mais do que na variante eléctrica e em linha com a média da concorrência mais directa.

Já a instrumentação e o sistema de infoentretenimento e conectividades assentam em ecrãs digitais (o primeiro, de sete polegadas; o segundo, de dez), existindo compatibilidade com Android Auto e Apple Carplay.

A gama nacional inclui duas versões distintas: o 600 Hybrid, desde 23.950 euros, e o topo de gama 600 Hybrid La Prima, a partir de 28.950 euros. Em complemento, a Fiat propõe três pacotes de equipamento – Comfort, Style e Tech –, com um custo unitário de 1500 euros.

O catálogo continua a incluir o eléctrico Fiat 600e, de 156cv, com autonomia para mais de 400 quilómetros (ciclo combinado WLTP) e sistema de carregamento rápido de 100kW. O 600e Red é proposto desde 36.350 euros; o La Prima, a partir de 41.350 euros.

Novidade

GTD é o Mustang de produção mais veloz de sempre

A gama do Ford Mustang acaba de ser animada por aquela que é a versão de produção mais potente e veloz da história do modelo, que, em 2024, faz 60 anos. O Mustang GTD recorre a um V8 de 5,2l sobrealimentado, que desenvolve 815cv e 900Nm, para uma velocidade máxima de 325km/h — é, diz a Ford, o Mustang de produção mais veloz; e, no seio da marca, perde apenas para o Ford GT, assistido pelo Drag Reduction System. Outros elementos diferenciadores são a aerodinâmica activa, os travões de carbonocerâmica e a suspensão traseira interior com amortecedores semiactivos, que, em conjunto, espera a Ford, poderão ajudar a cumprir o desejo da marca de ver o Mustang GTD a realizar uma volta oficial inferior a sete minutos ao circuito de Nürburgring. “Desde o primeiro dia que nos concentrámos ao máximo para fazer do Mustang GTD o primeiro supercarro de sempre com uma *performance* de classe mundial, com a alma de um Mustang”, admitiu o engenheiro-chefe do Programa Mustang GTD.

O V8 de 5,2 litros sobrealimentado, informa-se, chega com sistema de lubrificação por cárter seco, uma estreia no Mustang, o que permite manter o motor lubrificado “mesmo em curvas exigentes e prolongadas” e ainda uma rotação máxima mais elevada, até às 7650rpm. Paralelamente, foram revistos os sistemas de admissão e escape, sendo que o escape em titânio de série e uma polia do compressor mais pequena contribuem para atingir os valores de potência do motor.

O Mustang GTD dispõe de Sistema de Redução de Atrito que “pode alterar o ângulo da asa traseira e activar os *flaps* sob o carro de forma a encontrar o equilíbrio entre o fluxo de ar para velocidade e força descendente para aderência”.



FOTOS: AIFA JORGE CUNHA

Cinema

Porto

Batalha Centro de Cinema
Praça da Batalha 47. T. 0
Tabu - Gohatto M12. 15h15; **La Jetée** 19h15
Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
Rumo à Felicidade 15h; **Ubu** 18h; **A Fuga** 19h30; **Geração Low-cost** M14. 21h30; **Motel Destino** M14. 17h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 19h30; **A Pedra Sonha dar Flor** 16h; **Reality** 14h30, 21h45
Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
Ubu 19h, 21h; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h30, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h10, 15h40 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h20, 21h30; **Oh Lá Lá!** M12. 18h50, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h40, 20h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 18h40, 21h40 ; **Um Sinal Secreto** M14. 13h45, 16h10; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h20, 19h10, 21h50 ; **A Pedra Sonha dar Flor** 13h50, 16h30; **Não Fales do Mal** 13h20, 15h50, 18h30, 21h20
Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
Mulheres Que Esperam M12. 21h30

Coimbra

Casa do Cinema de Coimbra
Av. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Ubu 18h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h30; **A Pedra Sonha dar Flor** 16h30; **Não Fales do Mal** 21h30
Cinemas Nos Fórum Coimbra
Fórum Coimbra, Av. José Bonifácio de Andrada e Silva. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 16h15 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15, 17h (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h30, 17h30, 20h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h45, 17h45, 18h, 21h15; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 18h45, 21h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h, 16h30, 19h15, 21h45; **Zona de Risco** M14. 19h30, 22h15; **Não Fales do Mal** 13h45, 17h15, 21h

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 12h30, 15h20, 17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h20, 16h (VP) 21h20 (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 20h20; **Deadpool & Wolverine** M12. 14h, 17h10, 20h50, 23h40; **Isto Acaba Aqui** M12. 15h, 18h10, 21h, 23h50; **Alien: Romulus** M16. 14h30, 17h30, 20h40, 23h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h10, 15h10, 16h20, 18h, 19h20, 21h10, 22h20, 24h; **Um Sinal Secreto** M14. 19h10, 21h50, 00h25; **Hellboy e o Homem Torto** 00h30; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h40, 17h (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h40, 18h40, 21h30, 00h15; **Zona de Risco** M14. 19h, 22h10; **100% Lobo** 14h10, 16h30 (VP); **Não Fales do Mal** 13h30, 16h10, 18h50, 21h40, 00h20; **Reality** 23h10; **Jogo de Assassinos** 13h, 15h30, 17h40, 19h50, 22h

Maia

Castello Lopes - Mira Maia Shopping
Mira Maia Shopping. T. 229419241
Gru - O Maldisposto 4 M6. 16h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h35, 19h05 (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 21h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h40, 19h10, 21h35; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h45, 17h, 19h15,

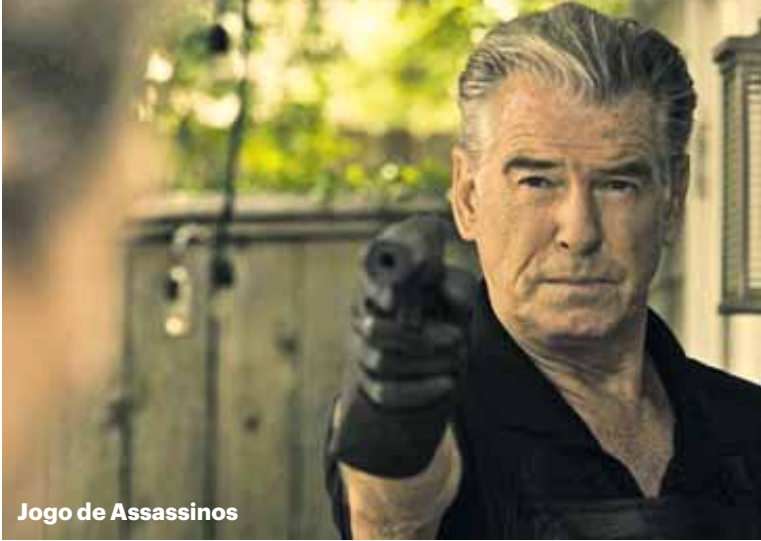
Estreias

100% Lobo
De Alexis Stadermann. Com Loren Gray (Voz), Adriane Daff (Voz), Akmal Saleh (Voz), Alexis Stadermann (Voz). GB/EUA/ Austrália/BEL/RUS. 2020. 96m. Animação, Aventura.
A família de Freddy Lupin é de lobisomens. Seria de esperar, quando chegasse aos 14 anos, que a sua transformação corresse como a dos seus familiares. O problema? Transforma-se, afinal, num caniche.

A Pedra Sonha dar Flor
De Rodrigo Areias. Com Paulina Almeida, Carlos André, Rodolfo Areias, Pedro Bernardino, Miguel Borges. POR. 2024. m. Drama.
Rodrigo Areias, que tem vindo a construir uma obra regular à volta de Guimarães, a sua terra natal, atira-se a Raul Brandão (1867-1930), adaptando “A Morte do Palhaço”, misturado com outras obras do escritor que viveu e trabalhou também em Guimarães.

Jogo de Assassinos
De Phillip Noyce. Com Pierce Brosnan, Morena Baccarin, James Caan, Gbenga Akinnagbe. EUA. 2023. 90m. Thriller, Acção.
Um assassino que trabalha para um chefe da máfia decide vingar-se quando um rival mata o seu patrão.

Justiça Artificial
De Simón Casal. Com Alberto Ammann, Monti Castiñeiras, Melania Cruz, Marco D’Almeida. ESP. 2024. m. Ficção Científica.



Jogo de Assassinos

O Governo espanhol decide, para despolitizar o sistema de justiça, substituir todos os juízes por um programa de inteligência artificial.

Não Fales do Mal
De James Watkins. Com James McAvoy, Mackenzie Davis, Scoot McNairy, Aisling Franciosi, Alix West Lefler. EUA. 2024. 110m. Drama, Terror.
“Remake” do filme homónimo dinamarquês de 2022, uma história de terror psicológico com “thriller” e sátira social em que um casal vai passar, a convite de outro, um fim-de-semana numa casa idílica de campo, o que depressa se torna um pesadelo.

Reality
De Tina Satter. Com Sydney Sweeney, Josh Hamilton, Marchánt Davis, Benny Elledge. EUA. 2023. 83m. Drama, Documentário.
O interrogamento da delatora Reality Winner, que passou documentos sobre interferência russa nas eleições americanas de 2016, é dramatizado neste filme de Tina Satter.

Ubu
De Paulo Abreu. Com Miguel Loureiro, Isabel Abreu, Dinarte Branco, Sérgio Silva, Vicente Gil, Laura Frederico, Álvaro Correia. POR. 2023. 77m. Ficção.
Ubu é convencido pela esposa a matar o Rei Venceslau da Polónia e assim usurpar o seu trono. Adaptação de “Ubu Roi”, a peça do francês Alfred Jarry de 1896.

As estrelas		Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
				
Alien — Romulus		★★★★☆	—	★★★★☆
Beetlejuice, Beetlejuice		★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Breves Encontros		★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Bruno Reidal — Confissões...		★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Daddio, uma Noite em Nova Iorque		—	★★★★☆	—
Dulcineia		—	★★★★☆	—
O Longo Adeus		★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
O Monge e a Espingarda		★★★★☆	★★★★☆	—
Não Fales do Mal		—	★★★★☆	—
Na Terra de Santos e Pecadores		—	★★★★☆	★★★★☆
A Pedra Sonha Dar Flor		★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Ubu		★★★★☆	★★★★☆	—
Verdade ou Consequência?		★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
24 Frames		★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
		★ Mau	★★★★★ Mediocre	★★★★★ Razoável
			★★★★★ Bom	★★★★★ Muito Bom
				★★★★★ Excelente

21h30; **100% Lobo** 17h05 (VP); **Não Fales do Mal** 14h35, 16h55, 19h15, 21h35
Cinemas Nos MaiaShopping
C.C. Maiashopping, Lj 2.43. T. 16996
Divertida-Mente 2 M6. 13h20, 16h (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h30, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h, 15h50, 18h40, 21h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h40, 16h10, 18h50, 21h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h10, 15h40, 18h20, 21h; **Não Fales do Mal** 13h30, 16h20, 19h, 21h40

Matosinhos

Cinemas Nos MarShopping
Av. Dr. Óscar Lopes. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h50, 18h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h50, 22h; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h10, 15h, 18h, 21h20, 00h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h20, 18h20, 21h, 23h50; **Um Sinal Secreto** M14. 17h40, 20h40, 23h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h10, 18h40, 21h40, 00h15; **100% Lobo** 12h30, 15h10 (VP); **Não Fales do Mal** 12h50, 15h40, 19h, 21h30, 00h10; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 21h50; **Moloch: Sacrifício Demoníaco** 00h25; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h30, 18h10, 20h50, 23h30 (IMAX)
Cinemas Nos NorteShopping
C.C. Norteshopping, Lj 1117. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 11h10, 12h50, 15h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h10, 14h30, 17h, 19h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h10, 15h10, 18h10, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h30, 15h30, 18h30, 21h30, 00h25; **Alien: Romulus** M16. 18h50, 21h50, 00h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h25, 16h10, 18h50, 21h50, 00h30; **Um Sinal Secreto** M14. 19h50; **Hellboy e o Homem Torto** 00h35; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h20, 14h05, 16h30 (VP); **Zona de Risco** M14. 22h10; **100% Lobo** 11h, 13h30, 15h50 (VP); **Não Fales do Mal** 13h40, 16h20, 19h, 21h40, 00h20; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 22h; **Play Dead: Escapar ou Morrer** 00h10; **Jung Kook: I Am Still** 19h; **Alien: Romulus** M16. 17h50, 20h30, 23h10 (SCREENX); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20, 24h (NOS XVISION)

Ovar

Castello Lopes - Vida Ovar
C.C. Dolce Vita. T. 960254838
Divertida-Mente 2 M6. 15h10 (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 17h05; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h05, 19h35; **Não Fales do Mal** 21h40

Vila Nova de Gaia

Cinemas Nos GaiaShopping
C.C. Gaiashopping, Lj 2.25. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h, 18h, 20h30, 22h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 15h20, 18h10, 21h, 00h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h20, 17h30, 20h40, 23h30; **Alien: Romulus** M16. 18h20, 21h10, 23h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h30, 16h10, 19h, 21h50, 00h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h50, 15h50, 18h30, 21h40, 00h20; **100% Lobo** 13h20, 15h40 (VP); **Não Fales do Mal** 13h50, 16h20, 18h50, 21h30, 24h; **Jogo de Assassinos** 14h, 16h30, 18h40, 21h20; **Play Dead: Escapar ou Morrer** 23h40; **Jung Kook: I Am Still** 19h; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h10, 15h30, 17h50, 20h50, 23h10 (4DX)
UCI Arrábida 20
Arrábida Shopping. T. 223778800
Dulcineia 13h45, 19h10; **Como Por Magia** 13h55, 18h50; **Ubu** 16h25, 21h10; **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h20, 18h40, 21h10 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 13h20, 16h05, 18h50, 21h40; **Oh Lá Lá!** M12. 13h55, 16h35; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15, 16h, 18h40, 21h25; **O Corvo** M16. 18h55; **Alien: Romulus** M16. 21h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h45, 16h20, 19h10, 22h; **Cão e Gato** M6. 14h25, 16h35 (VP); **Um Sinal Secreto** M14. 16h25, 21h55; **Campeões 2** 18h20; **Longing - À Descoberta do Passado** 15h50, 21h25; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h15, 16h55 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h10, 18h55, 21h30; **Zona de Risco** M14. 13h35, 19h15; **100% Lobo** 13h35, 15h55 (VP); **A Pedra Sonha dar Flor** 13h25, 18h45; **Não Fales do Mal** 14h05, 16h40, 19h15, 21h50; **Reality** 14h, 16h15, 19h, 21h20; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 16h45, 21h40; **Jogo de Assassinos** 13h30, 16h30, 18h35, 21h30; **Ardaas Sarbat De Bhalhe Di** 21h; **Jung Kook: I Am Still** 19h30, 19h45

Lazer

DANÇA

Hashtag#Free
VILA REAL Teatro de Vila Real.
Dia 18/9, às 21h30. M/6. 5€
A coreografia de Daniel Cardoso para a companhia Quorum Ballet leva ao palco sete bailarinos e uma dança sem amarras, a estilos e correntes artísticas, mas também a um guião predefinido. Neste lugar sem inibições nem pretensões, há um corpo guiado pelo presente e preenchido apenas pelos “sentimentos, a música, o ritmo, o movimento” da realidade espontânea – da qual fazem parte ainda as melodias de Hania Rani, The Cure, Agnes Obel, Ólafur Arnalds e Radiohead, entre outros. A ideia, detalha a sinopse, passa por “explorar e interpretar valores intemporais como os direitos humanos, sentimento de fraternidade, paz e respeito pela diferença”.

TEATRO

Guião para Um País Possível
OVAR Centro de Arte. **Dia 18/9, às 22h30. M/12. Grátis**
Sara Barros Leitão e a sua estrutura artística Cassandra apontam a veia criativa à Assembleia da República, mais precisamente à secretária onde se sentam duas pessoas que vão registando o que se passa no hemiciclo, viradas para os deputados. Desse volume incontável de relatos de “debates, assembleias constituintes, votações, avanços e recuos nos direitos sociais, laborais e humanos”, nasce esta reflexão sobre a democracia portuguesa. Barros Leitão assume o papel de dramaturga e encenadora. A interpretação está entregue a João Melo e Margarida Carvalho.

EXPOSIÇÃO

Wonder Memories — Peregrinos da Memória
PORTO Cooperativa Árvore.
De 14/9 a 5/10. Segunda, das 10h às 13h e das 14h às 18h; terça a sexta, das 10h às 18h30; sábado, das 14h às 19h. Grátis
A artista plástica Beatriz Albuquerque propõe-se a mapear e documentar as memórias da diáspora portuguesa no mundo, contando com o contributo dos emigrantes, que aqui partilham a sua herança viva, por meio de histórias e experiências.

Jogos

Jogue também online.
Palavras cruzadas,
bridge e sudoku em
publico.pt/jogos

Cruzadas12.557

Horizontais: **1.** Maria Luís (...), será comissária europeia dos Serviços Financeiros. **2.** No caso de. Desguarnecido. **3.** Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública. Ofereçais. **4.** Comparecer. Nuno Melo, diz que “é portuguesa”. **5.** Embarcação grande. Eliminas. **6.** Dominam a lista das seis obras finalistas do Prémio Booker. **7.** Símbolo de nanossegundo. Inteligência Artificial. Televisão. **8.** Em 1946, apresentou os seus produtos de plástico ao público (planeia agora declarar falência). **9.** Sair. «De» + «as». **10.** “A cobiça rompe o (...)”. Intervalo entre duas notas do mesmo nome (Mús.). **11.** Cilindro. Decrépito.

Verticais: **1.** Subscritores. **2.** Elevação de terra entre dois sulcos. Tornar fruxo. **3.** A unidade. O ponto mais alto de Portugal. **4.** Lubrifico. Proveito. **5.** Que pessoa. Ligue. **6.** Lamenta falta de apoios do Benfica e de Portugal. **7.** Extraterrestre. Desapareça. Teste criado por David Wechsler, em forma de escala, que é aplicado a adultos dos 16 aos 74 anos e pretende verificar o QI de cada sujeito. **8.** Prostraste. **9.** Cálido. Prefixo que exprime a ideia de privação. **10.** Ergueste. Presencie. **11.** Pronome demonstrativo feminino (pl.). Um certo.

Solução do problema anterior
Horizontais: **1.** Aveiro. Imo. **2.** Nexo. Esfiar. **3.** Arc. Ir. Ni. **4.** Bebinca. Tg. **5.** Pedi. Grei. **6.** Ate. Ásia. In. **7.** CE. Toga. **8.** Vociferar. **9.** Trampolins. **10.** Eira. Sora. **11.** Soara. Porém.
Verticais: **1.** Ana. Pacotes. **2.** Verbete. Rio. **3.** Excede. Vara. **4.** Io. Bi. Pomar. **5.** Vi. CP. **6.** OE. Néscios. **7.** Sic. Flop. **8.** Fragateiro. **9.** Il. Ornar. **10.** Manteigas. **11.** Originar. Em.

Bridge

João Fanha
bridgepublico@gmail.com

Dador: Norte

Vul: Ninguém

NORTE

♠ AK7

♥ K3

♦ AKJ

♣ 96532

OESTE

♠ J8

♥ QJ96

♦ Q965

♣ AJ8

ESTE

♠ Q105

♥ 10542

♦ 10743

♣ Q10

SUL

♠ 96432

♥ A87

♦ 82

♣ K74

Oeste

Norte

Este

Sul

passo

2ST

passo

3♦

passo

3♠

passo

4♠

Todos passam

décima vaza, precisará da passagem a ouros ou do Ás de paus bem colocado. Há que tentar as duas e por aquela ordem. Com efeito, tentar a passagem a ouros em primeiro lugar não compromete em nada o contrato, ao passo que tentar primeiro os paus libertará desde logo o cabide se não resultar. O bom *timing*: comece desde logo por fazer o Rei de copas e outra copa para o Ás e ouro para o Valet.

— Se a passagem resultar, tire as restantes figuras de ouros e jogue pau para o Rei. Somente quando efectuar o corte a copas no morto, é que pode encaixar Ás e Rei de trunfo.

— Se a passagem não resultar, terá ainda a possibilidade de encontrar o Ás de paus em Este.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
	1♣	1♠	X
passo	2♥	passo	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠QJ86 ♥J743 ♦AQ2 ♣J2

Resposta: Marque 2ST. As quatro cartas de copas na nossa mão já ficaram conhecidas. Vamos agora dar a escolher ao parceiro entre sem trunfo e copas, partida ou parcial.

Euromilhões

2030324144110

1.º Prémio

41.000.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.878 (Fácil)

2			1				5
			5		6	4	
	4			9			
	5		3	7	4		8 2
		3	9		2	6	
7 9			6	5	8		4
				8			2
		6	4		9		
8				1			4

Solução 12.876

5	3	1	4	7	8	2	9	6
4	2	6	9	1	3	8	7	5
9	7	8	5	6	2	4	3	1
3	9	2	1	4	6	7	5	8
6	5	4	8	2	7	3	1	9
1	8	7	3	5	9	6	2	4
8	1	3	2	9	4	5	6	7
7	4	9	6	3	5	1	8	2
2	6	5	7	8	1	9	4	3

Problema 12.879 (Médio)

			9	4	3		5	2
								7
		4						8
			3			6	8	
	2		1		9		3	
	7	9			6			
6						5		
4								
9	5		8	6	7			

Solução 12.877

7	1	2	6	3	9	4	5	8
5	4	6	8	1	2	7	3	9
9	8	3	4	7	5	1	2	6
8	6	5	1	2	4	9	7	3
2	3	4	7	9	6	8	1	5
1	7	9	3	5	8	6	4	2
6	5	8	2	4	7	3	9	1
4	2	1	9	8	3	5	6	7
3	9	7	5	6	1	2	8	4

CINEMA

Chama-me pelo Teu Nome AMC, 22h10
Dirigido por Luca Guadagnino, segundo um (oscarizado) argumento de James Ivory, por sua vez baseado na obra de André Aciman, um filme dramático sobre o amor e a descoberta da sexualidade. Passa-se no Verão de 1983. Elio (Timothée Chalamet), de 17 anos, vive com a família em Itália, numa bela mansão do século XVII. O pai, um professor de arqueologia de renome, convida Oliver (Armie Hammer), um jovem americano, a passar alguns meses em sua casa. Extraordinariamente inteligente e culto, Elio é também um rapaz tímido e pouco preparado para a vida, que pouco tem em comum com Oliver. Apesar disso, uma atracção difícil de ignorar surge entre os dois.

SÉRIE

Seal Team TVCine Emotion, 22h10
É a derradeira missão para a unidade de elite das forças de operações especiais americanas comandada por Jason Hayes (David Boreanaz). A série criada por Benjamin Cavell (*Segurança Nacional, Justified*) entra na sétima e última temporada. Nesta leva de episódios, a equipa Bravo é enviada para longe de casa para enfrentar “uma nova era de guerra contra poderosos rivais pela supremacia no palco mundial”, desvenda a sinopse. *Seal Team* fica no ar à quinta-feira.

DOCUMENTÁRIOS

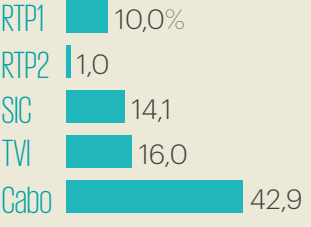
Stopping the Steal Max, streaming
Nos EUA, está acesa a campanha para as presidenciais que opõem a democrata e actual vice-presidente, Kamala Harris, ao republicano e ex-Presidente Donald Trump. Este continua a insistir na teoria de que foi “roubado” nas últimas eleições, que perdeu para Biden. É nesta atmosfera que se estreia o documentário de Dan Reed (*Leaving Neverland, The Valley, Escape from Kabul, Four Hours at the Capitol, The Truth vs. Alex Jones*), que esmiúça não os sufrágios de 2020, mas a pressão e as tentativas para reverter (ou seja, manipular) os resultados. Descrito pela Max como “um relato lúcido de responsáveis republicanos que defenderam firmemente os seus princípios, muitas vezes com grande custo pessoal”, conta com depoimentos

Televisão

Os mais vistos da TV

Segunda-feira, 16		%	Aud.	Share
Secret Story - Especial	TVI	9,7	19,9	
Cacau	TVI	8,5	18,4	
Jornal Nacional	TVI	8,0	17,4	
A Promessa	SIC	7,4	16,1	
Jornal da Noite	SIC	7,3	15,5	

FONTE: CAEM



RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.24** Amor sem Igual **15.21** A Nossa Tarde **17.22** Hóquei em Patins: Argentina x Portugal (Campeonato do Mundo)

19.07 O Preço Certo

19.59 Telejornal

21.01 Primeira Pessoa

21.47 Joker

22.48 Alguém Tem de o Fazer

23.46 Viagem a Portugal **0.44** Janela Indiscreta **1.27** Anatomia de Grey **2.12** Amor sem Igual

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.10** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.35** Querida Filha **16.10** Linha Aberta **16.50** Júlia **18.20** Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite

22.10 A Promessa

22.55 Senhora do Mar

0.10 Nazaré

0.45 Papel Principal

1.05 Travessia **1.45** Passadeira Vermelha

3.05 Terra Brava

RTP2

6.32 Repórter África **7.00** Espaço Zig Zag **10.47** As Novas Viagens Philosophicas **11.23** Maravilhas da Europa **12.19** O Mundo em Chamas **13.21** Outra Escola **14.00** Sociedade Civil **15.08** A Fé dos Homens **15.41** Salto Mortal **16.12** Sobreviver à Estufa na Terra **17.06** Espaço Zig Zag **20.34** Folha de Sala

20.39 Engenharia Antiga **21.30** Jornal 2

22.01 O Escândalo dos Correios **22.47** Folha de Sala

22.56 Pintores e Cineastas **23.52** Nos Bastidores da História

0.48 Sociedade Civil **1.53** Folha de Sala **1.58** E2 - Escola Superior de Comunicação Social **2.24** Dormir a Todo o Custo **3.19** Sinfonia de Babel **3.55** O Canto da Casa **5.05** Cegonha Branca - Entre a Igreja e o Penhasco **5.54** Folha de Sala

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora **14.40** A Sentença **15.45** A Herdeira **16.30** Goucha **17.45** Secret Story

19.57 Jornal Nacional

21.35 Secret Story

22.30 Cacau

23.15 Festa É Festa

0.00 Secret Story **2.00** O Beijo do Escorpião

3.00 Sedução **3.25** O Princípio da Incerteza

TVCINE TOP

18.15 Sniper: G.R.I.T. - Global Response & Intelligence Team **19.45** Cult Killer **21.30** Shotgun Wedding - Casamento Explosivo **23.10** Dogman **1.00** Disco de Ouro

STAR MOVIES

17.40 O Preço do Poder **19.33** Uma Arma Entre Mil **21.15** O Morto Voltou **22.41** Garrinço **0.18** O Cavaleiro Solitário **1.46** Os Conquistadores do Oeste

HOLLYWOOD

17.45 Esquecido **19.50** Marcado para Matar **21.30** Goodbye Christopher Robin - A História de Winnie the Pooh **23.25** Blade **1.25** Três Reis

AXN

17.40 The Rookie **21.05** Hudson & Rex **22.00** Viola Come il Mare **0.15** Sem Hora Marcada **1.59** Viola Come il Mare

STAR CHANNEL

17.06 Investigação Criminal: Los Angeles **18.46** FBI **20.24** Hawai Força Especial **22.15** FBI: International **23.04** Chicago P.D. **0.51** FBI

DISNEY CHANNEL

17.15 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Hamster & Gretel **19.15** Primos **19.40** Os Green na Cidade Grande **20.50** Vamos Lá, Hailey! **21.35** A Raven Voltou

DISCOVERY

17.00 Mestres do Restauro **19.00** Aventura à Flor da Pele **21.00** Caçadores de Fantasma **22.54** Segredos das Catacumbas **0.42** Caçadores de Fantasma

HISTÓRIA

17.41 Grandes Descobertas **20.04** O Inexplicável **22.16** Os Maiores Mistérios da História **23.50** O Inexplicável **1.49** Os Maiores Mistérios da História

ODISSEIA

17.45 Animais: Encontros Épicos **18.32** Serpentes Letais da África do Sul **19.24** Estranha Vida Animal **21.05** Pesca Extrema Abaixo de Zero **22.30** Tubarão: Missão Mortal **23.39** Mortos de Tanto Rir! **1.17** Pesca Extrema Abaixo de Zero

de antigos colaboradores de Trump, funcionários da Casa Branca e republicanos em lugares de decisão. Os acontecimentos são comentados cronologicamente, culminando na invasão do Capitólio, a 6 de Janeiro de 2021.

Engenharia Antiga RTP2, 20h39

As maiores e mais intrigantes façanhas de engenharia alcançadas há séculos, um pouco por todo o mundo, são analisadas à lupa nesta série documental. A segunda temporada é reposta pela RTP2 a partir de hoje, de segunda a sexta. Ao mesmo tempo que recorda detalhes de estruturas, máquinas e técnicas antigas, vai sublinhando o seu potencial de influência e inspiração para a construção moderna. O primeiro episódio tem como tema As primeiras arenas, exemplificadas pelo Coliseu de Roma.

Pintores e Cineastas RTP2, 22h56

“A epopeia das imagens contada num documentário cinzelado.” É assim que o canal Arte descreve este trabalho do francês Stefan Cornic sobre a forma como a arte evoluiu quando se inventou a fotografia e depois o cinema, numa revolução de tudo aquilo que a pintura era até então. Monet e os irmãos Lumière são alguns dos nomes abordados para traçar um retrato da influência mútua entre estas artes.

Maria Prime Video, streaming

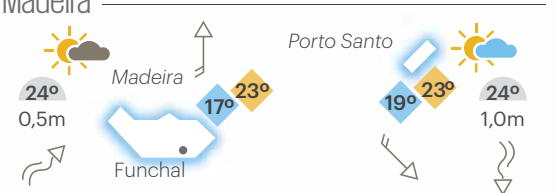
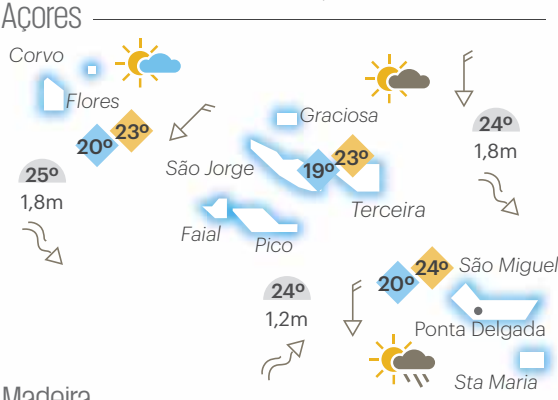
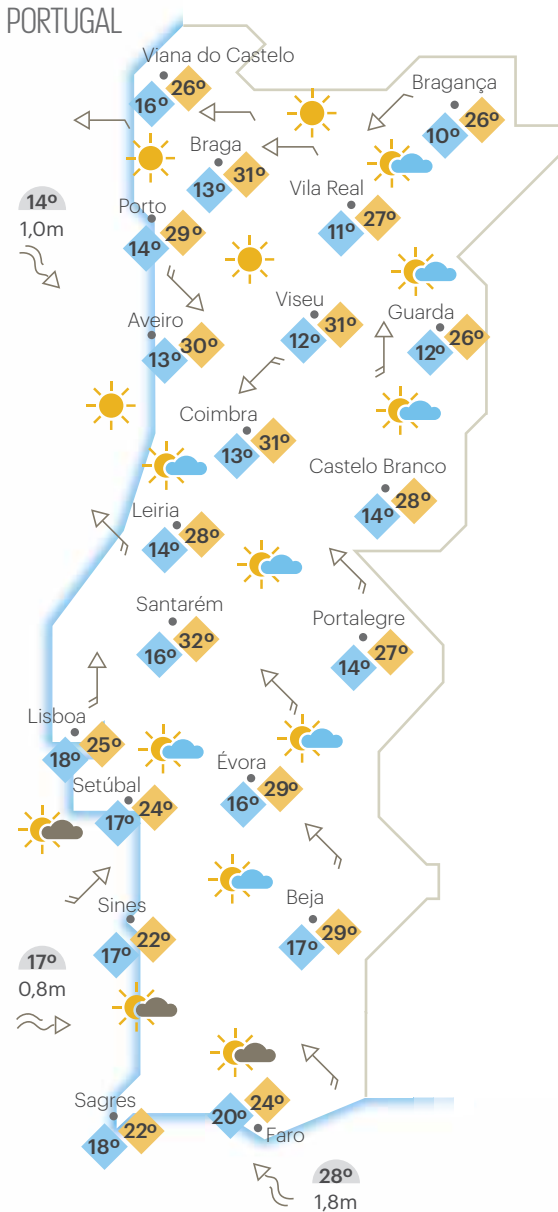
Estreia. É Maria Cerqueira Gomes quem está em foco neste novo documentário – mais um fruto da parceria TVI/Prime Video – que promete revelar “o lado mais pessoal e desconhecido da vida da apresentadora”, graças a testemunhos de familiares, amigos e colegas como Cristina Ferreira, Manuel Luís Goucha, Rúben Rua ou Cláudio Ramos.

INFORMAÇÃO


Primeira Pessoa RTP1, 21h01

Fátima Campos Ferreira conversa com a atriz Maria Rueff. Referência da comédia nacional, seja como parceira indefectível de Herman José ou em nome próprio (lembremos o Programa da Maria), pertencem-lhe personagens tão familiares como Idália, Zé Manel Taxista ou as imensas caricaturas de caras conhecidas. É atriz com provas dadas também noutros registos – basta recordar António e Maria, o monólogo inspirado por Lobo Antunes a que se lançou em 2015.


Meteorologia



MARÉS















Preia-mar



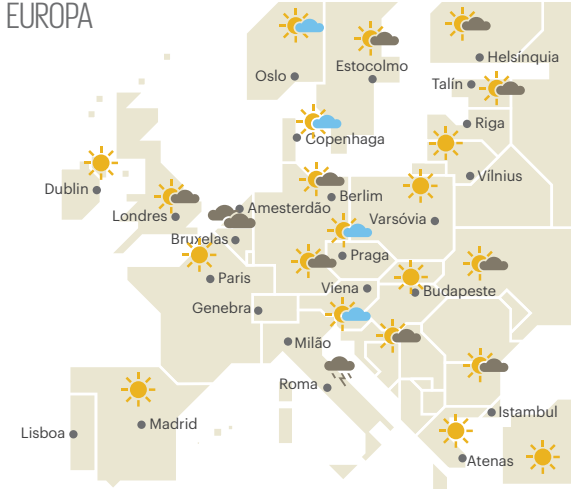
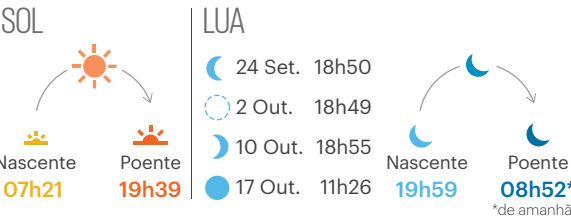
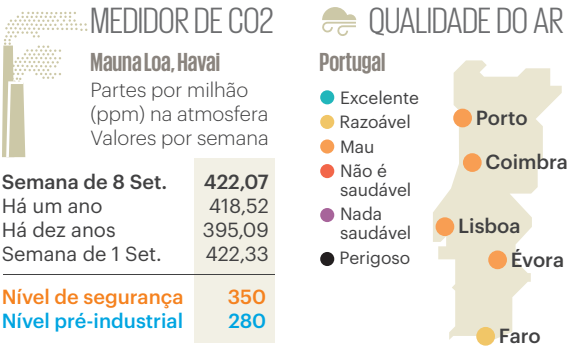
Baixa-mar

*de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
 09h39	0,3	 09h13	0,5	 09h11	0,3
 15h53	3,9	 15h29	3,9	 15h38	3,7
 22h06	0,2	 21h41	0,3	 21h38	0,2
 04h17*	3,7	 03h53*	3,7	 04h01*	3,6

PRÓXIMOS DIAS PORTO

Quarta-feira, 18	Quinta-feira, 19	Sexta-feira, 20
15° 29°	15° 24°	15° 23°
Índice UV	Índice UV	Índice UV
Vento	Vento	Vento
Humidade	Humidade	Humidade
Médio Fraco 66%	Médio Fraco 87%	Médio Fraco 89%



TEMPERATURAS °C

	Min.	Máx.		Min.	Máx.
Amsterdão	14	23	Roma	14	23
Atenas	19	27	Viena	11	22
Berlim	14	26	Bissau	25	29
Bruxelas	13	22	Buenos Aires	18	22
Bucareste	12	26	Cairo	23	34
Budapeste	13	24	Caracas	20	30
Copenhaga	11	21	Cid. do Cabo	11	14
Dublin	10	19	Cid. do México	14	25
Estocolmo	10	19	Dili	24	31
Frankfurt	14	26	Hong Kong	26	34
Genebra	9	20	Jerusalém	17	26
Istambul	18	26	Los Angeles	15	25
Kiev	12	21	Luanda	21	26
Londres	14	24	Nova Deli	24	28
Madrid	15	26	Nova Iorque	19	23
Milão	13	21	Pequim	20	27
Moscovo	12	25	Praia	25	29
Oslo	10	20	Rio de Janeiro	18	25
Paris	14	24	Riga	12	22
Praga	10	23	Singapura	26	32

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

YUVAL NOAH HARARI

Se as revoluções da informação criam novas estruturas políticas, novos modelos económicos e novas regras culturais, o que criará um mundo regido por inteligência artificial?

Uma grande entrevista com o conhecido historiador e filósofo israelita, Yuval Noah Harari, para ler no Ípsilon desta sexta-feira, 20 de Setembro.



Desporto Campeão português entrou com o pé direito na Champions



Sporting dominou primeiro os nervos e depois o Lille

Entrada tímida deu lugar a triunfo seguro perante um adversário fragilizado e sem capacidade para reagir à superioridade dos “leões”, que lançaram Harder





Crónica de jogo

Augusto Bernardino

O Sporting manteve a bitola do início de temporada e conseguiu, em Alvalade, uma entrada de “leão” na nova Liga dos Campeões, vencendo o Lille, por 2-0, com golos de Gyökeres (38’) e Debast (65’), impondo-se a um adversário que ficou reduzido a dez unidades nos instantes finais da primeira parte e só ameaçou os “verde e brancos” mesmo ao cair do pano. A equipa portuguesa até teve um início de jogo cinzento, incapaz de mostrar a competência que lhe tem garantido um arranque de época inatacável. Mas acabou por resolver com à-vontade o primeiro teste europeu de 2024-25. Contudo, no início, o “leão” denotou nervos que demorou a dominar, cometeu pequenos erros na transição ofensiva, com sucessivas perdas de bola, precipitou-se e permitiu

que o Lille se instalasse e aventuras-se num desenho táctico menos rígido e em terrenos que não esperaria poder explorar tão facilmente. De tal forma que, a meio da primeira parte, a bola passava mais tempo pelos pés dos franceses, com Morita e Gyökeres a esboçarem remates que nunca levaram perigo à baliza de Chevalier. **Azar de Gonçalo Inácio** Para piorar o cenário, Rúben Amorim foi obrigado a substituir o lesionado Gonçalo Inácio aos 13 minutos, situação que, depois da lesão de Quaresma, potenciava uma maior instabilidade no sector defensivo que só a determinação de Diomande conseguia disfarçar. Por outro lado, essa abordagem menos assertiva acabou por iludir o Lille, induzindo os “dogues” num erro capital. O espartilho formado pela linha de cinco defesas com que iniciou o jogo de Alvalade foi alargando, com os três centrais a sentirem-

	Sporting Gyökeres 38', Debast 65'	2
	Lille	0
Estádio de Alvalade, em Lisboa. Espectadores 41.024		
Sporting Franco Israel; Debast ● 86', Diomande, Gonçalo Inácio (Matheus Reis, 13'); Quenda (Maxi Araújo, 73'), Hjulmand, Morita ● 45+1' (Daniel Bragança, 46'), Geny Catamo; Trincão (Conrad Harder, 88'), Gyökeres, Pedro Gonçalves. Treinador Rúben Amorim		
Lille Chevalier; Meunier (Tiago Santos, Diakité, Mandi (Bouaddi, 63' ● 72'), Alessandro, Bakker (Gudmundsson, 82'); Zhegrova, Benjamin André ● 56', Angel Gomes ● 21' ● 40', Sahraoui (Cabella, 71'); Jonathan David ● 40' (Pardo, 63'). Treinador Bruno Génésio		
Árbitro Donatas Rumsas (Lituânia) VAR Aleandro Di Paolo (Itália)		

Positivo/Negativo	
	Gyökeres Facturou pelo sexto jogo consecutivo, sem contar os dois da Liga das Nações pela Suécia, marcando positivamente a estreia na Champions.
	Trincão Tocou a reunir e dinamizou o ataque, criando espaços para os companheiros. Está num grande momento.
	Gonçalo Inácio Abandonou aos 13 minutos, por lesão.
	Angel Gomes Expulso por acumulação de amarelos dois minutos depois do golo do Sporting.

se mais confortáveis para enfrentar a linha atacante dos “leões”, o que originou um par de situações fracturantes a partir da meia hora de jogo. Pedro Gonçalves, Gyökeres e Trincão emergiam e, com eles, as oportunidades reais de golo, em especial pela dupla portuguesa. O sueco castigava os adversários e, na sequência de um lançamento lateral dos franceses, o Sporting apertou o cerco, pressionou e forçou o erro que Gyökeres não perdoou, fazendo o golo que dava vantagem ao Sporting ao intervalo. Uma vantagem que não se limitava à diferença de produção, já que Angel Gomes foi expulso dois minutos depois do golo, deixando o Lille numa posição de grande fragilidade e subalternidade. A segunda parte acabou, naturalmente, por confirmar a superioridade do Sporting, com Rúben Amorim a deixar um desinspirado e “amarelado” Morita no balneário, passando a explorar com outra intencionalidade o jogo exterior de Quenda e Catamo, o que avolumou os problemas do Lille, que à entrada dos últimos cinco minutos contabilizava um remate contra 11 do Sporting, entre os quais um último disparo de Gyökeres às malhas laterais.

Estreia de Harder

Valeu ao Lille a ineficácia de Quenda, que desperdiçou duas oportunidades flagrantes, alimentando a esperança de surpreender a equipa portuguesa. Mas Debast, num disparo fulminante, acabou com quaisquer veleidades da formação de Bruno Génésio, que acabara de fazer três alterações para procurar o empate, tendo a estratégia implodido de imediato com o golo do defesa-central, assistido por Bragança. O Sporting teve então tempo para gerir e lançar o avançado dinamarquês Conrad Harder às feras, dando igualmente a Maxi Araújo a oportunidade de se mostrar mais uma vez depois do jogo de Arouca, apesar do erro que poderia ter resultado no golo do Lille. Com as alterações e a confiança de que o triunfo já não escaparia, o Sporting acabou por relaxar um pouco nos minutos finais. Uma quebra de concentração que levou o Lille a acreditar e a espreitar mesmo o golo que Franco Israel negou a Rémy Cabella, mas que se tivesse conseguido poderia ter abalado Alvalade. Aliás, a bola chegou mesmo a entrar na baliza de Israel, mas de forma irregular (fora-de-jogo de Alessandro), pelo que não houve direito a final dramático, permitindo ao Sporting voltar a vencer para a Liga dos Campeões – e, assim, agravar a pressão que a quarta derrota consecutiva vem exercer sobre um Lille com um início de época turbulento. O Sporting venceu e manteve a baliza inviolável pelo quarto jogo consecutivo.

Crise do AC Milan estende-se à Champions em dia de goleada

Nuno Sousa

Liverpool impôs-se em Milão com justiça. Bayern Munique construiu um dos resultados mais volumosos da história da prova

O início da aventura de Paulo Fonseca ao leme do AC Milan está a ser atribulado. Cinco jogos, um triunfo é o registo até à data e a derrota de ontem diante do Liverpool, na estreia na Champions, só veio comprovar que a equipa está longe do patamar projectado pelo treinador — e, já agora, pelos adeptos. Foi um 1-3, com um índice de aproveitamento altíssimo dos “rossoneri”, o que diz muito sobre a tendência do jogo.

Coloquemos as coisas nestes termos: o AC Milan fez um remate enquadrado com a baliza do Liverpool. Sim, um. E fez um golo, logo aos 3’, graças a uma assistência de Álvaro Morata, a desmarcar Christian Pulisic para um pontapé cruzado. Poderia ter sido o mote para um resultado positivo, para uma exibição convincente (depois do recente 4-0 ao Venezia na Série A), mas não, foi precisamente o contrário.

Espicaçado pela desvantagem, o Liverpool (em 4x2x3x1, espelhando



CLAUDIA GRECO/REUTERS

AC Milan desaproveitou uma vantagem madrugadora

o sistema do adversário) montou o cerco e tomou conta das operações, com Gakpo, Salah e Szoboszlai no apoio a Diogo Jota. Mas não foi através da mobilidade e das trocas curtas dos atacantes que virou o resultado, foi de bola parada, com recurso às duas “torres”.

Aos 22’, o central Konaté aproveitou um livre indirecto para cabecear com êxito. E aos 41’ foi o companheiro de sector a dar o melhor segui-

mento a um canto de Tsimikas. De cabeça, claro está, colocando a nu as fragilidades dos milaneses na bola parada defensiva.

No segundo tempo, o AC Milan não foi capaz de responder e ainda sofreu um terceiro golpe numa transição defensiva, com Szoboszlai a aproveitar um cruzamento perfeito de Gakpo para desviar para a baliza. Um 1-3 que confirmou a superioridade do Liverpool e a agonia italiana.

Calendário

FASE DE LIGA (JORNADA 1)

Juventus-PSV	3-1
Young Boys-Aston Villa	0-3
AC Milan-Liverpool	1-3
Bayern Munique-Dín. Zagreb	9-2
Real Madrid-Estugarda	3-1
Sporting-Lille	2-0
Bolonha-Shakhtar	17h45
Sparta Braga-Salzburg	17h45
Celtic-Slovan Bratislava	20h
Club Brugge-B. Dortmund	20h
Man. City-Inter Milão	20h
PSG-Girona	20h
Feyenoord-B. Leverkusen	qui, 17h45
Est. Vermelha-Benfica	qui, 17h45
Atalanta-Arsenal	qui, 20h
Atlético Madrid-RB Leipzig	qui, 20h
Brest-Sturm Graz	qui, 20h
Mónaco-Barcelona	qui, 20h

Mais vincada foi a supremacia do Bayern Munique diante de um Dínamo Zagreb que ainda transformou um 3-0 num 3-2. Mas foi sol de pouca dura. Os alemães voltaram a acelerar e chegaram a um improvável 9-2, patrocinado por quatro golos de Harry Kane (três de penálti), uma das maiores vitórias na história da Liga dos Campeões — margem maior, só um 8-0 em 2015 (Real Madrid) e outro em 2007 (Liverpool).

Segunda vitória de Portugal no Mundial de hóquei

Nuno Sousa

Está cumprido o primeiro objectivo, que era praticamente uma formalidade: Portugal vai discutir, na última jornada, o triunfo no Grupo A do Campeonato do Mundo de hóquei em patins. Em Novara, Itália, a selecção nacional ganhou com naturalidade a Angola (4-0), somou a segunda vitória em dois jogos e lutará hoje pelo primeiro lugar.

Depois da vitória robusta (10-2) mas pouco convincente diante dos EUA, com períodos de apagões inexplicáveis, Portugal começou desde cedo a construir o triunfo sobre Angola, quando Gonçalo Alves, na marcação de um livre directo, inaugurou o marcador logo aos 2’.

Frente a um adversário orientado por um treinador português (Rui Neto, técnico do OC Barcelos) e com

vários jogadores a actuarem também no campeonato português — Gonçalo Neto, Anderson Nery, Gonçalo Nunes, Rafael Lourenço —, Portugal manteve quase sempre a organização e foi utilizando a meia distância com alguma regularidade. Mas seria através de uma combinação entre

Rafa e João Rodrigues que Hélder Nunes se isolaria para fazer o 2-0, aos 3’ da segunda parte. Cinco minutos mais tarde, João Rodrigues, oportuno, aproveitou uma recarga para fazer o 3-0 e já no derradeiro minuto, em situação de *powerplay* (superioridade numérica), João Rodrigues

fechou o resultado. Pelo meio, Gonçalo Alves e Hélder Nunes falharam um livre directo cada, e o guarda-redes Ângelo Girão defendeu um penálti, garantindo que a selecção portuguesa terminaria o jogo sem golos sofridos.

Com o emparelhamento para os quartos-de-final escalonado em função da classificação (o primeiro de um dos grupos defronta o último do outro), o próximo passo é completar a missão. Mas para isso Portugal terá de passar esta tarde (17h30, RTP1) o verdadeiro teste nesta primeira fase, diante da Argentina, actual detentora do título mundial e um dos favoritos. Ontem, os sul-americanos levaram a melhor sobre os EUA, como se previa, com um resultado idêntico ao alcançado por Portugal (9-2), tendo Lucas Ordoñez, com cinco golos, como figura da partida.

Seleccção feminina repete 5-0, agora à França

Antes da congénere masculina, a selecção feminina somou a segunda goleada em dois jogos no Mundial de Novara, ao bater a França por 5-0, em encontro da segunda jornada do Grupo A. Ana Catarina Ferreira (24’), Raquel Santos (30’ e 31’), Inês

Severino (34’) e Sofia Moncívio (34’) apontaram os golos da formação portuguesa, que ocupa o segundo lugar na tabela, com os mesmos seis pontos da líder Argentina (14-0 em golos, contra 10-0), com a qual discutirá hoje, a partir das 16h, a vitória no grupo.

Breves

Futebol

Luís Castro deixa comando técnico do Al Nassr

O Al Nassr, clube onde actua Cristiano Ronaldo, anunciou ontem menos de 24 horas depois do empate (1-1) frente aos iraquianos do Al Shorta, referente à Liga dos Campeões asiática, a rescisão com o treinador português Luís Castro. Com um triunfo nos últimos cinco encontros, o técnico não resistiu à série de resultados negativos, com destaque para a derrota na Supertaça saudita (1-4) ante o Al Hilal, de Jorge Jesus. Em seis jogos em todas as competições, o Al Nassr somou duas vitórias, três empates e uma derrota, vendo Luís Castro (em 2023 contratado ao Botafogo) interrompido o trabalho no arranque da segunda época ao serviço do emblema saudita.



Futsal

Brasil, Paraguai e Tailândia estão nos “oitavos” do Mundial

O Brasil, recordista de títulos, apurou-se ontem para os oitavos-de-final do Mundial de futsal de 2024, que se disputa no Uzbequistão, assim como Tailândia e Paraguai, que assegurou a conquista do Grupo A. Cinco vezes campeão mundial, o Brasil protagonizou nova goleada na 2.ª jornada, agora perante a Croácia (8-1), depois dos 10-0 impostos a Cuba no arranque, e qualificou-se no Grupo B, assim com a Tailândia — bateu Cuba por 10-5, já depois do 2-1 com aos croatas, e vai disputar com os “canarinhos” o primeiro lugar. No Grupo A, o Paraguai tem o primeiro posto assegurado, depois de ter batido o Uzbequistão por 4-1.

BARTOON LUÍS AFONSO



Terra Incognita, povoada por dragões



Pedro Adão e Silva

Não é o fim do mundo

A cartografia antiga dava conta dos territórios desconhecidos, classificando-os como *terra* (ou *mare*) *incognita* (*incognitum*). Essas zonas vastas seriam povoadas por dragões (mitológicos), o que tendia também a ser assinalado nos mapas. Depois de Ptolomeu, na sua *Geografia*, ter primeiro introduzido a expressão *Terra Incognita*, foram precisos muitos séculos para que o homem fosse capaz de descobrir, cartografar e ocupar esses territórios. Foi uma das formas como o progresso se manifestou. Quando, de novo, assistimos ao nosso país a arder, talvez essa seja a melhor maneira de olhar para o que se vem repetindo: Portugal parece ser, de novo, *Terra Incognita*, um país com vastas zonas desconhecidas, abandonadas e eventualmente habitadas por “dragões”. Em parte importante, é por isso que o país arde

descontroladamente, de tempos a tempos, e com cada vez menos espaço temporal a mediar. Os números dos censos impressionam: 88% da população vive em áreas urbanas ou predominantemente urbanas; 83% em regiões do litoral; sendo que cerca de 90% do nosso território permanece rústico. Uma configuração estatística com consequências – enquanto temos zonas com densidade populacional particularmente alta (metade da população está concentrada em 30 municípios), uma grande parte do território foi mesmo abandonada. Esta talvez seja a face mais visível de um processo de modernização não só tardio (associado à democratização), mas também súbito. Entre nós, o êxodo rural deu-se num ápice e enquanto os portugueses se direcionavam para o litoral, acompanhando um processo de terceirização da economia, deixavam para trás um mundo rural com o qual mantiveram vínculos afetivos essencialmente nostálgicos. Por isso mesmo, é hoje mais correto falar de um território rústico do que num país rural. No passado, antes da hiperconcentração dos portugueses ao longo da costa, predominava um modo de vida



ADRIANO MIRANDA

Poucas coisas exibem tanto a nossa vulnerabilidade como estes momentos trágicos

rural, que ajudava a formar a identidade do território e de quem nele habitava. Hoje, com o abandono das terras, as características da ruralidade correspondem, no essencial, a uma imagem difusa cada vez mais distante e alimentada por uma certa saudade. O país que antes foi rural é hoje território desocupado, com uma estrutura de propriedade hiperfragmentada, em muitos casos por cadastrar, sem viabilidade económica e deixado à sua sorte. Sendo que a esta agonia material se junta uma persistente relação

sentimental de muitos portugueses com a terra, que ficou para trás, mas que de facto não foi simbolicamente abandonada e ainda é vista como último reduto de pertença – o que por si gera também importantes obstáculos à transformação do padrão de gestão económico do Portugal agora rústico. Se juntarmos as alterações climáticas (que têm provocado uma seca crescente em particular na Europa do sul) e o flagelo que é o vento leste durante o verão (que faz com que a massa combustível seque num instante), não surpreende esta vingança da natureza, para a qual nos mostramos não só indefesos como impreparados. No fim, poucas coisas exibem tanto a nossa vulnerabilidade como sociedade como estes momentos trágicos, em que o país irrompe em chamas. Fica recordada a fragilidade da nossa modernização e a forma como, nesse processo, se perdeu uma parte da nossa identidade coletiva. Fomos apressadamente para as cidades, abandonámos o mundo rural, agora economicamente inviável e condenado a arder. Até à próxima vez em que os ventos e a temperatura se apresentem desfavoráveis.

Colunista

P PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Todos os conteúdos do jornal estão protegidos por Direitos de Autor ao abrigo da legislação portuguesa, da União Europeia e dos Tratados Internacionais, não podendo ser utilizados fora das condições de uso livre permitidas por lei sem o consentimento expresso e escrito da PÚBLICO, Comunicação Social, S.A.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos

12557
5 601073 016049

O PÚBLICO dá-lhe mais

Apurar a arte de viver com o Fugas. Tudo o que é cultura, está no Ípsilon. Histórias para ler devagar no P2. Faça parte do Mundo PÚBLICO.



P

ASSINE JÁ



CONTACTE-NOS: assinaturas.online@publico.pt • 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h)

publico.pt/assinaturas